A Expiação

Gordon H. Clark

The Trinity Foundation

Conteúdo
Prefácio
Introdução ao Método
A Doutrina em Sua Simplicidade
O Pacto de Redenção
O Pacto da Graça
A Encarnação
O nascimento virginal
A Natureza Humana de Cristo
O Objetivo da Encarnação
Obediência Ativa
O Pacto de Obras
O sacrifício vicário
Expiação
Propiciação
Satisfação
Chefe Federal
Necessidade absoluta
Traduciamsm
A Soberania de Deus
A Extensão da Expiação
Apêndices:
A crise do nosso tempo
Munição intelectual

A expiação
1987 Lois A. Zeller e Elizabeth Clark George Segunda edição © 1996 John W. Robbins publicado pela The Trinity Foundation Hobbs, Novo México 88240

Livros de Gordon H. Clark
Readings in Ethics (1940)
Selections from Hellenistic Philosophy (1940)
A History of Philosophy (coauthor, 1941)
A Christian Philosophy of Education (1946, 1988)
A Christian View of Men and Things (1952, 1991)
What Presbyterians Believe (1956)1 Thales to Dewey (1957, 1989)
Dewey (I960)2
Religion, Reason and Revelation (1961, 1995)
William James (1963)2 Karl Barth's Theological Method (1963) The Philosophy of Science and Belief in God (1964, 1987)
What Do Presbyterians Believe? (1965, 1985)
Peter Speaks Today (1967)3 The Philosophy of Gordon H. Clark (1968) Biblical Predestination (1969)1
Historiography: Secular and Religious (1971, 1994)
II Peter (1972)3
The Johannine Logos (1972, 1989)
Three Types of Religious Philosophy (1973, 1989)
First Corinthians (1975, 1991)
Colossians (1979, 1989)
Predestination in the Old Testament (1979)4
I and II Peter (1980)3
Language and Theology (1980, 1993)
First John (1980, 1992)
God's Hammer: The Bible and Its Critics (1982,1995)
Behaviorism and Christianity (1982) Faith and Saving Faith (1983, 1990)
In Defense of Theology (1984)
The Pastoral Epistles (1984)
The Biblical Doctrine of Man (1984, 1992)
The Trinity (1985, 1990)
Logic (1985, 1988)
Ephesians (1985)
Clark Speaks From The Grave (1986) Logical Criticisms of Textual Criticism (1986, 1990)
First and Second Thessalonians (1986) Predestination (1987)

The Atonement (1987, 1996)
The Incarnation (1988)
Today 's Evangelism: Counterfeit or Genuine? (1990)
Essays on Ethics and Politics (1992) Sanctification (1992)
New Heavens, New Earth (1993)
The Holy Spirit (1993)
An Introduction to Christian Philosophy (1993)
Lord God of Truth (1994)
William James and John Dewey (1995) God and Evil (1996)5

Prefácio

Nestes dias de saúde para todos, educação para todos, direitos para todos e oportunidades para todos, parece quase inevitável que o Evangelho de Jesus Cristo seja obscurecido pelo ensino religioso popular da salvação para todos. Os ideais democráticos de igualdade e oportunidades iguais invadiram a teologia e também a política.

A maioria das igrejas nos Estados Unidos que se autodenominam cristãs rejeitam o Evangelho. Elas ensinam, se forem liberais, que Jesus foi um bom homem - até mesmo um mártir - mas ele morreu em lugar de ninguém; ou, se forem conservadores, que Jesus morreu no lugar de todos, deseja que todos os homens sejam salvos e oferece salvação a todos. Mas realmente faz pouca diferença se uma igreja é grande, respeitável, liberal e ensina que Jesus morreu por ninguém; ou entusiasta, crescente, conservador e ensina que Jesus morreu por todos. O resultado é o mesmo: Jesus Cristo na verdade não salva ninguém - ninguém mesmo. Tanto liberais quanto conservadores concordam que as pessoas se salvam pelo exercício de sua vontade. O "Cristo" conservador torna a salvação possível, se as pessoas permitirem que ele entre em seus corações; o "Cristo" liberal indica o caminho para a salvação, se as pessoas seguirem seu exemplo. Nem um nem outro "Cristo" salva.

Os liberais talvez sejam mais francos em negar o Evangelho; dizem que Jesus foi apenas um bom exemplo ou um bom professor. Eles não fingem apresentar um Salvador. Os conservadores disfarçam o fato de que não têm nenhum Evangelho - nenhuma boa notícia - dizendo que Deus ama a todos e oferece salvação a todos. Mas o significado de ambas as mensagens liberais

e a mensagem conservadora é a mesma: Nem um bom professor de moral nem uma mera oferta de salvação realmente salva. Nem os liberais nem os conservadores, os humanistas nem os arminianos têm um Salvador. O "Cristo" liberal, na melhor das hipóteses, é uma alma corajosa que suporta a injustiça em vez de renunciar à sua crença na humanidade; o "Cristo" conservador é um covarde que implora que as pessoas o deixem entrar em seus corações.

O que nem liberais nem conservadores, protestantes nem católicos romanos, carismáticos ou fundamentalistas ensinam é a doutrina bíblica da Expiação: Deus Pai, possuindo todo o poder e todo o conhecimento, desde a eternidade escolheu os indivíduos específicos que salvaria; Deus o Filho, possuindo todo o poder e todo o conhecimento, se fez carne para propiciar a ira do Pai morrendo no lugar daqueles que o Pai havia escolhido; e Deus, o Espírito Santo, possuindo todo o poder e todo o conhecimento, irresistivelmente e no tempo devido dá às pessoas eleitas pelo Pai e resgatadas pelo Filho a fé e a salvação que Cristo conquistou para elas. Esta doutrina bíblica da Expiação é o Evangelho, as boas novas, sobre o que Deus fez por seu povo. São as boas novas sobre Jesus Cristo, o autor e consumador de nossa fé. A salvação é um dom de Deus ao seu povo do início ao fim.

A teologia bíblica, particularmente a doutrina da Expiação, é antidemocrática; ela entra em conflito com os ideais modernos de igualdade e igualdade de oportunidades. Mas Deus não é um Salvador de oportunidades iguais. Cristo morreu e ora apenas por aqueles que o Pai o enviou para salvar. É somente a eles que o dom da fé será concedido. São apenas eles que Cristo realmente salva. Sua salvação ilustra a misericórdia de Deus, pois eles não têm direito a seu Criador e são tão pecadores quanto os condenados. A condenação do réprobo ilustra a justiça de Deus. Tanto os eleitos quanto os condenados ilustram sua soberania.

Muitos daqueles que Deus predestinou para o Inferno são pessoas muito religiosas. Dois mil anos atrás, eles eram os líderes religiosos de Israel, os escribas e os fariseus. Parece que não mudou muito nos últimos dois mil anos, pois hoje muitos incrédulos frequentam, apóiam e lideram grandes igrejas e organizações religiosas nos Estados Unidos; eles são descritos em Mateus 7:

Nem todo mundo que me diz: "Senhor, Senhor", entrará no reino dos céus, mas sim aquele que faz a vontade de meu Pai Celestial.

Muitos me dirão naquele dia: "Senhor, Senhor, não profetizamos em Teu nome, não expulsamos demônios em Teu nome e não fizemos muitas maravilhas em Teu nome?"

E então vou declarar a eles: "Eu nunca os conheci; afasta-te de mim, tu que praticas a ilegalidade! "

A doutrina da Expiação é o cerne da mensagem bíblica. É esta doutrina cristã, junto com a doutrina da inerrância da Escritura, na qual o mundo em sua sabedoria diabólica concentrou seus ataques. Neste livro, o Dr. Clark traz uma clareza incomparável de pensamento e expressão a uma doutrina cristã crítica, e sua explicação sistemática da Expiação recompensará ricamente o leitor crente. Mas para aqueles que estão perecendo, como diz Paulo, a mensagem deste livro será o cheiro da morte. Oramos para que o Deus Eterno e Todo-Poderoso, que opera todas as coisas de acordo com sua própria vontade entre as hostes do Céu e da Terra, faça com que aqueles que leem A Expiação creiam na verdade sobre nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

John W. Robbins

1. Introdução ao Método

Quando um pastor prega um sermão sobre a Expiação, ele irá, se acreditar na Bíblia, escolher um texto ou passagem e explicar seu significado. Este é o mesmo método que um professor de filosofia usa ao dar uma aula sobre Aristóteles para uma turma da faculdade. Ao contrário do pastor, o professor pode não acreditar

em tudo que seu texto diz, mas em ambos os casos o método consiste em explicar exatamente o que o texto quer dizer.
Se, entretanto, o pastor deseja convencer alguns não-cristãos que podem estar em sua audiência da verdade de sua mensagem, ele pode ir além da pura exposição e tentar persuasão. Em linguagem teológica, isso significa que ele emprega algum método apologético. Teólogos fazem isso com mais freqüência do que pastores, pois os teólogos geralmente buscam persuadir ou pelo menos refutar aqueles que rejeitam a doutrina. É claro que os pastores às vezes buscam refutar, e certamente os teólogos buscam expor; mas apologética ou polêmica não soa como pura exposição. Sua relação precisa e técnica pode ser discutida mais tarde.
Qualquer que seja essa relação precisa, este tratado tenta fazer as duas coisas. Muitos cristãos comuns são terrivelmente ignorantes. Em uma classe de entusiastas estudantes cristãos em uma conferência de verão, todos de nível universitário, todos "em chamas por Jesus", cantando "canções gospel" selvagens com abandono, trinta e quatro entre trinta e cinco não tinham a mais vaga noção de justificação por fé.
Eles podiam bater palmas e bater os pés, mas nenhum dos trinta e quatro poderia recitar os Dez Mandamentos. Na verdade, a única exceção não foi um membro da equipe da conferência, mas um visitante que acabou de se sentar. O presente tratado irá pelo menos citar algumas passagens bíblicas muito elementares, se não para a edificação daqueles dervixes rodopiantes, pelo menos para os sóbrios -membro, mesmo que mal instruído, membros da igreja que genuinamente querem entender esta doutrina central do Cristianismo. Não desprezo os cristãos ignorantes por causa de sua ignorância, mas quem pode elogiar aqueles que estão decididos a não aprender?
Os cristãos e quaisquer outros que são ignorantes e estúpidos ressentem-se de serem chamados de ignorantes. Os cristãos e quaisquer outros que sejam ignorantes, mas inteligentes, admitem sua deficiência e fazem um esforço honesto para aprender. A maioria dos cristãos hoje não percebe a que nível baixo o cristianismo evangélico - ou assim chamado evangélico - caiu desde 1660. Poucos cristãos modernos podem suportar a leitura de um comentário puritano. Alguns são extremamente tediosos e alguns realmente têm pouco valor. Mas muitos são tão detalhados porque seus leitores queriam saber todos os detalhes bíblicos que pudessem. John Owen escreveu um comentário sobre Hebreus com cerca de 4.000 páginas. Pode parecer tedioso para muitas pessoas; e, sem dúvida, contém vários erros - pois apenas a Escritura é infalível - mas, por sua aclamação popular, atesta um alto nível de inteligência cristã no século XVII.
Alguns adolescentes espertinhos e, claro, os críticos liberais, continuarão a rejeitar o calvinismo; nem se deve confiar apenas na evidência de comentários puritanos. O valor do estudo detalhado da Bíblia é afirmado pela própria Bíblia. Aqueles que ainda acreditam que as Escrituras são a palavra inerrante do Deus infalível, que é a própria verdade, devem estudar cuidadosamente que tratamento a Bíblia exige para si mesma. Apenas alguns versículos serão citados, mas eles devem ser lidos bem devagar para que seu significado possa ser assimilado.
Deuteronômio 6: 6,7: Estas palavras. . . estará em seu coração; você deve ensiná-los diligentemente a seus filhos, e deve falar deles ....
Deuteronômio 17:19: Ele o lerá todos os dias de sua vida ....
Salmo 1: 2: Seu prazer está na lei do Senhor, e em sua lei medita dia e noite.
Salmo 119: 97: Oh, como amo a tua lei! É minha meditação o dia todo.
Salmo 119: 148: Os meus olhos estão despertos nas vigílias da noite, para meditar na tua palavra.
João 5:39: Pesquise as Escrituras ....
João 17:17: Santifique-os na verdade. Sua palavra é verdade.
Atos 17:11: Estes. .. pesquisou as Escrituras diariamente.
Colossenses 3:16: Deixe a palavra de Cristo habitar em você ricamente em toda a sabedoria.

Esses versículos de uma forma ou de outra enfatizam a necessidade de ler, compreender e traçar as implicações da revelação escrita de Deus. Alguém pode se perguntar por que 2 Timóteo 2:15 não foi citado. Não nos manda estudar as Escrituras? E o presente escritor não deseja enfatizar o estudo das Escrituras? Bem, a palavra grega não é estudo. Mas não deixe a pessoa intelectualmente preguiçosa se alegrar. O verbo grego significa estar ansioso, fazer todo o esforço, ser zeloso para chegar a uma compreensão correta da palavra da verdade.
Esta página de abertura não exibiu, nem parecia prometer, nenhum grande grau de erudição profunda. Mas as aparências enganam. O primeiro passo é fazer com que os membros comuns da igreja, que inconscientemente absorveram as tendências anti-intelectuais da neo-ortodoxia, percebam que Deus fala a verdade; e que ele falou a verdade para que pudéssemos obter uma compreensão de sua mente, para que também nós mesmos pudéssemos ter a mente de Cristo. Em nenhum lugar somos informados de que devemos ter as emoções de Cristo. Mas a Escritura repete e repete a exortação para compreender a verdade divina. Este é o mandamento de Deus, embora a obediência a ele muitas vezes seja muito difícil.
Esse tratado logo se tornará muito complicado porque a doutrina da Expiação é muito complicada, muito mais complicada do que a vasta maioria dos cristãos pode imaginar. Teólogos eruditos podem desdenhar de citar algumas passagens desconexas. Os livros mais eruditos presumem que seus leitores já conheçam esses versículos. Tal suposição talvez já tenha sido justificada, mas dificilmente agora. De qualquer forma, algumas citações fáceis podem induzir um aquecedor de bancos desavisado a mergulhar na teologia antes que ele perceba os perigos de não saber nadar. Mas como aprender a nadar sem pular? Outros versículos serão citados posteriormente, conforme necessário; mas esse é um começo fácil, talvez aparentemente fácil.

Gênesis 3:15: Ele lhe ferirá a cabeça, e você lhe ferirá o calcanhar.
Isaías 53: 5,11: Ele foi ferido por nossas transgressões ... ele verá o trabalho de sua alma e ficará satisfeito.
Mateus 1:21: Você deve chamar seu nome de Jesus, porque ele salvará seu povo de seus pecados.
1 Pedro 2:24: Ele mesmo carregou os nossos pecados em seu próprio corpo, no madeiro ... por cujas pisaduras você foi curado.

Além das informações que esses versículos fornecem, seus
o uso influencia a distinção entre exposição e apologética, ou pelo menos alguma apologética. Levando em consideração todo o empreendimento cristão, devemos nos limitar às Escrituras e aos argumentos nelas baseados? Ou devemos encontrar premissas na opinião sincera e comum - experiência humana - a partir das quais podemos estabelecer os princípios básicos do Cristianismo e assim justificar o uso da revelação? Embora uma conclusão final sobre este ponto seja inadequada tão cedo na discussão, o leitor não deve ficar inconsciente de sua importância generalizada. Um exemplo, a ser discutido mais detalhadamente mais tarde, pode ser introduzido por outra citação bíblica. Em um parágrafo tremendo, Paulo escreveu

Romanos 3:26:. . . para que seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus.

Esse versículo diz algo sobre a justiça de Deus, e a justiça de Deus é a faceta mais importante da doutrina da Expiação. Mas, no momento, estamos interessados apenas no método usado para defender a justiça divina. Aqui está um exemplo.
Jonathan Edwards escreveu um artigo de trinta e cinco páginas sobre a necessidade e a razoabilidade da doutrina cristã da satisfação pelo pecado (Works, Volume VIII, 1811). Ele introduz seu assunto com a proposição: "A justiça exige que o pecado seja punido". Ele apela à crença universal de que "alguns crimes são tão horríveis. . . que é necessário que eles não fiquem impunes, a menos que. . . alguma medida [de compensação ou arrependimento] pelo menos equilibra o deserto da punição. " Nos dias de Jonathan Edwards, dificilmente alguém teria discordado e, portanto, Edwards podia confiar na visão comumente aceita como uma introdução suficiente à sua teologia. Hoje não é esse o caso. Muitas pessoas afirmam que o crime é apenas uma doença; o criminoso não é culpado, mas doente; e mesmo sua doença é o resultado de uma sociedade mal orientada, e não de uma mente ou vontade individual depravada. Se então for nosso negócio manter a verdade da doutrina cristã da Expiação, em vez de meramente explicá-la, devemos enfrentar um problema com o qual Edwards nem sonhou. Em vista do behaviorismo prevalente e da psicologia freudiana, não podemos confiar na opinião comum e na chamada razão humana. No entanto, se dependemos apenas da revelação, não estamos implorando pela pergunta e perdendo nosso público? Edwards podia apelar plausivelmente à razão humana porque a razão humana que ele conhecia era a razão inglesa já permeada por idéias cristãs. Mas isso não é mais o caso. Edwards pensava que o crime excita "tal aversão e indignação que. . . por isso tudo é concedido que precisa ser concedido, para mostrar que o merecimento do castigo acarreta uma condição do castigo merecido "(500). Mas hoje os behavioristas (por exemplo, John Watson e B.F. Skinner) visam remover a ideia de punição das leis e da mente do homem. A Suécia, por exemplo, tornou ilegal os pais baterem em seus filhos ou mesmo repreendê-los. Naturalmente: o socialismo é anticristão.
Da opinião cristã do século dezoito de que todo crime exige punição, a menos que haja algo para equilibrá-lo, Edwards infere que, uma vez que qualquer pecado contra Deus é tão grande que nada pode equilibrá-lo, Deus deve puni-lo. "Se alguém perguntar, por que Deus não poderia perdoar a injúria no arrependimento, sem outra satisfação, sem dano à justiça; Eu pergunto à mesma pessoa por que ela não poderia perdoar a lesão sem arrependimento? " Para Edwards, isso é impensável, mas poucos hoje reconheceriam que seu argumento é válido. Na página seguinte (502), ele apela não apenas para a consciência cristã, mas também para "as consciências dos pagãos". No entanto, ele deve adicionar a condição prejudicial "a menos que a consciência tenha sido estupefata por violações frequentes." Na página 506, ele também admite "tudo, menos
Os epicureus reconhecerão que todos os agentes morais são súditos do governo moral de Deus. " Esta é uma afirmação falsa. Outros além dos epicuristas também são exceções. É claro que Jonathan Edwards antecedeu os positivistas lógicos modernos (que estão longe de ser epicuristas), mas, além de Demócrito, nem mesmo Aristóteles satisfaz a afirmação de Edwards. Por falar nisso, mesmo uma exceção à sua norma destrói sua posição. No entanto, de sua observação inadequada, ele conclui que, portanto, a consciência de Deus deve ser como a nossa. Portanto, o argumento de Edwards falha em dois aspectos: inferência inválida e premissas falsas.
Para concluir esta primeira seção e para antecipar, o método usado aqui será, primeiro, alguma exposição - mais aqui e ali o desenho de inferências a partir dos versos citados; depois, em segundo lugar, a refutação de dois tipos de argumentos - defesas bem intencionadas, mas inadequadas, das verdades bíblicas e ataques definitivos à fé cristã.

2. A Doutrina em Sua Simplicidade
Um cristão individual, sem ambições acadêmicas, lê a Bíblia e anota certas declarações a respeito da morte de Cristo. Com mais meditação, se ele se qualificar como um exemplo do Salmo 1: 2, ele perceberá que vários versículos dizem praticamente a mesma coisa, enquanto outra meia dúzia apresenta um ponto diferente. Com o tempo, esse procedimento resultará em uma compreensão elementar da Expiação dividida em quatro, cinco ou seis pontos. Esses pontos podem ser que a morte de Cristo foi (1) um sacrifício, pois 1 Coríntios 5: 7 diz: "Cristo, nossa Páscoa, foi sacrificado por nós"; (2) um sacrifício expiatório, pois Mateus 26:28 fala de "meu sangue. . . que é derramado por muitos para remissão de pecados "; (3) um sacrifício vicário ou substitutivo, pois Marcos 10:45 diz que "o Filho do Homem [veio] ... para dar a sua vida em resgate por muitos"; (4) a
a propiciação, pois 2 Coríntios 5:18 diz: "Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Jesus Cristo"; e (5) uma satisfação da justiça divina, pois Romanos 3:25, 26 especifica tanto a propiciação quanto a satisfação: "a quem Deus estabeleceu para ser uma propiciação. . . para que seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus ".
Depois de um estudo mais aprofundado, na verdade depois de muito estudo e discussão entre si, grupos de homens devotos tentaram resumir o ensino bíblico. Suas declarações podem não ter reproduzido cada jota e til do ensino, mas algumas formulações foram notavelmente completas. Houve às vezes autores individuais que escreveram livros sobre o assunto, dos quais Anselmo é um dos mais conhecidos; mas a referência aqui é a grupos de teólogos que escreveram resumos curtos, pelo menos mais curtos do que um livro. O melhor e mais importante desses resumos - e esta não é apenas minha opinião - é o capítulo oito da Confissão de

Westminster. Este documento é mais do que um resumo da doutrina da Expiação. De 1643 a 1649 (teoricamente até 1652), aproximadamente sessenta a setenta dos mais eruditos teólogos ingleses e escoceses trabalharam em um resumo de todos os principais ensinamentos bíblicos. Nenhum documento desde essa data chega perto de substituí-lo. O capítulo oito agora será citado; mas primeiro, em vista de alguma confusão contemporânea, uma distinção deve ser feita.
Em 1924, um documento chamado Auburn Affirmation foi assinado e publicado por cerca de 1.300 ministros da Igreja Presbiteriana nos EUA. Esses 1.300 ministros rejeitaram unanimemente a inerrância das Escrituras e, além disso, afirmaram que as doutrinas do nascimento virginal, os milagres, a expiação e a ressurreição não são essenciais. De certa forma, disfarçaram sua incredulidade, declarando que todos acreditavam no fato da Expiação, embora não fosse importante aceitar a doutrina da Expiação. Esta tentativa de distinguir entre o fato da Expiação e
a doutrina da Expiação é ofuscante. A Expiação é uma doutrina, não um fato. O Antigo Testamento, e em menor medida o Novo Testamento também, contém muitas declarações de eventos históricos: o dilúvio, a migração de Abraão para a Palestina, o Êxodo e o fato de que Davi nasceu na tribo de Judá. E daí? Outras pessoas migraram e outras crianças nasceram na tribo de Judá e outros ainda na tribo de Efraim. E daí? A morte de Jesus também foi um evento histórico. Aconteceu na sexta-feira, dia 14 de Nissan, no ano 30 d.C. (ou por aí). Mas a morte de dois ladrões ao mesmo tempo e lugar também foi um evento histórico. Por fim, Pôncio Pilatos morreu, e também o sumo sacerdote. A morte de Jesus como um simples evento histórico seria tão sem importância quanto a deles. A tremenda diferença entre a morte de Jesus e a morte dos outros é o seu significado. A Bíblia narra o evento, com certeza, mas também adiciona a explicação do evento. A doutrina da Expiação é essa explicação. Esta doutrina ou explicação não é uma ocorrência temporal: é uma parte do plano divino, um pensamento eterno na mente de Deus. Qual é o pensamento eterno de Deus, ele revelou na Bíblia; e a Confissão de Westminster resume o ensino bíblico. Os cinco pontos mencionados no primeiro parágrafo desta subseção fornecem a forma bíblica mais simples; outros versículos devem ser acrescentados a eles por cada pessoa que lê a Bíblia; a Confissão de Westminster visa resumir esses versos. Seu resumo não é tão simples quanto os versos. Mas não está além do alcance de um intelecto médio.
Aprouve a Deus, em seu propósito eterno, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem; o Profeta, Sacerdote e Rei; a Cabeça e Salvador de sua Igreja; o herdeiro de todas as coisas; e Juiz do mundo; a quem ele deu, desde toda a eternidade, um povo para ser sua semente e para ser por ele redimido, chamado, justificado, santificado e glorificado no tempo.
Algumas edições da Confissão imprimem oito ou dez versos em apoio ao texto; outras edições fornecem apenas livro, capítulo e versículo. Por exemplo, na seção um, o propósito eterno de Deus de escolher Jesus Cristo como mediador é apoiado por Isaías 42: 1, "Eis! Meu servo a quem apóio, meu eleito em quem minha alma se deleita! Coloquei meu Espírito sobre ele; ele trará justiça aos gentios. " Seguem quatro outros versículos com o mesmo propósito. Como alguém familiarizado com as Escrituras pode supor, estes não são os únicos versículos que lançam luz sobre a escolha eterna de Cristo pelo Pai. Eles são apenas amostras. A nota de rodapé da frase final de VIII, viii dá seis versos. Os alunos do primeiro ano do seminário e todo cristão que ama a Bíblia devem se familiarizar com esse material.
Será de interesse histórico e também de importância teológica citar um pouco da Confissão dos Valdenses. Foi escrito um pouco como um apelo às nações protestantes em conseqüência de um massacre terrível e bárbaro dos valdenses pelos romanistas. Cromwell, na Inglaterra, doou de seu próprio bolso £ 2.000 e, assim, iniciou uma assinatura pública para o alívio dos sobreviventes. Cerca de £ 38.000 foram arrecadados; mas como Cromwell morreu naquela época, o licencioso e semicatólico Carlos II roubou cerca de £ 16.000. Aqui está uma parte da Confissão: "Nós acreditamos. . . que Deus salva desta corrupção e condenação aqueles que ele escolheu de sua misericórdia em Jesus Cristo seu Filho; passando por todos os demais, segundo a razão irrepreensível de sua liberdade e justiça ".
Cerca de cinquenta anos antes desses dois credos, a Igreja Inglesa havia adotado seus Trinta e Nove Artigos, dos quais o
XXXI é o seguinte:
A oferta de Cristo, uma vez feita, é aquela redenção, propiciação e satisfação perfeitas por todos os pecados do mundo inteiro, tanto originais quanto atuais; e não há nenhuma outra satisfação para o pecado, mas somente essa. Portanto os sacrifícios de missas, em que era comumente dito que o sacerdote oferecia Cristo pelos vivos e pelos mortos, para remissão da dor e da culpa, eram fábulas blasfemas e enganos perigosos.
Essas são, então, declarações simples, mas oficiais da doutrina que este tratado pretende examinar.

3. O Pacto de Redenção
A simplicidade das narrativas da paixão nos quatro Evangelhos começa a se tornar complexa para nós quando percebemos que os eventos têm um significado eterno. A doutrina da Expiação é uma parte, a parte mais importante, do plano divino e onisciente do universo. Não é um evento temporal: é um decreto eterno. A relação extremamente intrigante entre o tempo e a eternidade é a pior complexidade embutida na doutrina da Expiação e em todas as doutrinas bíblicas, pois todos estão relacionados e dependem do Deus eterno. Tal dificuldade dificilmente é apropriada para qualquer estudo elementar da Bíblia; ainda assim, não pode ser totalmente evitado. Talvez seja pedagogicamente, mas não teoricamente suficiente, apontar a dificuldade e seguir em frente.
Como em todo problema, a etapa mais importante é definir os termos. Agostinho de Hipona fez a observação freqüentemente citada: Se você não me perguntar que horas são, eu sei, mas se você me perguntar, eu não sei. Sir Isaac Newton postulou o tempo e o espaço como as duas estruturas independentes dentro das quais tudo acontece. Mas hoje, aparentemente, nenhum cientista aceita essa visão. Uma diminuição na velocidade aumenta o diâmetro de um objeto - ou algo parecido. The Encyclopedia of Philosophy, editada por Paul Edwards, tem vários artigos sobre "Time". A maioria dos leitores os achará ininteligíveis. Cientistas seculares não estão interessados na eternidade, mas filósofos seculares - mesmo filósofos pagãos como Platão - estão.
É pedagogicamente incorreto seguir este assunto muito longe neste tratado. No entanto, uma dica pode ser de alguma ajuda. Agostinho, com toda a sua hesitação, definiu o tempo como a sequência de idéias em uma

mente criada. Talvez isso seja circular e implore a questão, mas com base nisso podemos definir a eternidade como onisciência. Não há sequência de idéias na mente de Deus: nenhuma sequência temporal. Se houvesse, Deus saberia algumas coisas hoje que não sabia ontem. Mas onisciência significa que Deus sempre sabe tudo. As ideias não vêm e vão. Sua mente, isto é, o próprio Deus, é imutável; ele não está sujeito a mudanças. Portanto, falamos de um decreto eterno. O plano de Deus para o universo nunca começou e nunca foi alterado. Isso inclui a doutrina da Expiação, como diz a Confissão: "Aprouve a Deus, em seu propósito eterno, escolher e ordenar o Senhor Jesus. . .
Essa escolha pode e tem sido chamada de aliança de redenção.
Não importa o quão mal preparado um jovem estudante cristão possa estar, ele dificilmente pode ignorar o fato de que a Bíblia prescreve um método pelo qual os pecadores devem ser perdoados, escapar da pena pelo pecado e encontrar o favor de Deus. Os teólogos bíblicos freqüentemente dividem os passos preparatórios para esta salvação real em duas alianças: a aliança da redenção e a aliança da graça. Esta é uma divisão conveniente porque, mesmo que alguns teólogos queiram fundi-los e usar apenas o segundo título, há duas etapas na preparação para a Expiação e sua aplicação; e esses dois devem ser incluídos em algum lugar da discussão. O
a divisão depende da primeira parte ser uma relação entre o Pai e o Filho, enquanto a segunda parte é uma relação entre o Filho e as pessoas que ele veio salvar. O que é pior do que fundir essas duas partes é a negação total da primeira parte por vários teólogos não calvinistas. Suas razões para tal negação são duas. Primeiro, a teologia geral do Arminianismo impede o reconhecimento da aliança de redenção. Para responder a essa objeção, deve-se mostrar que Agostinho, Calvino e Hodge entenderam corretamente a Bíblia, ao passo que Arminius não. A segunda razão para não reconhecer a aliança de redenção é a impressão de que a Bíblia em nenhum lugar descreve tal consulta entre o Pai e o Filho. Esta objeção mais estreita e direta pode ser respondida mostrando que tal acordo entre o Pai e o Filho não é de forma alguma uma idéia obscura enterrada em uma ou duas frases subsidiárias. Pelo contrário, a Escritura dá um fundamento bastante amplo para a doutrina. Para mostrar que realmente existe um pacto de redenção, uma dúzia de versículos será citada primeiro, e então a exegese seguirá.

Lucas 22:29: E eu concedo a você um reino assim como meu Pai concedeu um para mim.
João 5:30: Eu não posso fazer nada por mim mesmo. Pelo que ouço, julgo e meu julgamento é justo, porque não busco minha própria vontade, mas a vontade do Pai que me enviou.
João 5:43: Eu vim em nome de meu Pai.
João 6: 37-39: Todo aquele que o Pai me dá virá a mim, e aquele que vem a mim de maneira nenhuma o lançarei fora. Pois eu desci do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou. Esta é a vontade do Pai que
enviou-me, para que eu não perdesse nada de tudo o que ele me deu, mas que o ressuscitasse no último dia.
João 8:42: Eu continuei e vim de Deus; nem vim de mim mesmo, mas ele me enviou.
João 10:29: Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos.
João 17: 6ss: ... os homens que você me deu do mundo. Eles eram seus e você os deu para mim ... Pois eu lhes dei as palavras que você me deu. . . aqueles que você me deu. . .
Romanos 5:19: ... pela obediência de um homem [ou seja, de Jesus ao Pai.]
Romanos 8: 3: Deus fez isso ao enviar seu próprio Filho. . . .
Efésios 1: 45 -: ... ele nos escolheu nele. . . tendo nos predestinado ... por Jesus Cristo.
Efésios 3:11: ... o propósito eterno que ele cumpriu em Cristo Jesus nosso Senhor. . .
2 Timóteo 1: 9: ... de acordo com seu próprio propósito e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes do tempo começar. . .

Esta lista de versículos é mais longa do que o normal porque alguns teólogos negam o conceito e alguns pastores pensam que se houver tal aliança, é muito sem importância pregar sobre ela. Um estudo da Escritura, uma exegese desses versículos, deve dissipar as objeções.
O primeiro desses versículos citados afirma que o Pai concedeu ou atribuiu uma tarefa ao Filho. O verbo conceder significa fazer um testamento ou convênio. Ele tem a mesma raiz que o Novo Testamento. O Pai é aqui descrito como fazendo
uma vontade, um testamento ou uma aliança com o Filho. O Filho claramente aceitou a tarefa, pois no cumprimento da tarefa que o Pai lhe deu, ele dá uma tarefa semelhante aos seus discípulos.
Os próximos dois versículos ensinam que o Filho não age somente com base em sua autoridade individual: Ele tem a intenção de cumprir a vontade de seu Pai - ele age em nome de seu Pai. Obviamente, deve ter havido algum acordo entre o Pai e o Filho antes da encarnação do Filho. João 8:42 repete essas idéias.
João 6: 37-39 não apenas repete que o Filho faz a vontade do Pai, mas, além disso, especifica qual é essa vontade. Com João 10 e João 17, todos eles ensinam que o Pai selecionou um certo grupo de pessoas do mundo como as pessoas particulares a quem o Filho deveria salvar. Isso é dito não apenas uma vez, mas é repetido várias vezes neste grupo de versículos.
O contexto de Romanos 5:19 expõe uma comparação entre Adão e Cristo. Visto que a desobediência do primeiro Adão reflete uma aliança de obras com Deus, a comparação sugere naturalmente algum tipo de aliança entre o Pai e o Filho. Caso contrário, a comparação seria completamente acidental e inconsistente com um plano onisciente de redenção. O mesmo pode ser dito da declaração extremamente condensada em 1 Coríntios 15: 21-22.
Romanos 8: 3 pode não acrescentar muito, mas pelo menos repete a mesma ideia: Deus enviou seu Filho para fazer uma determinada tarefa. Todos esses versículos indicam um plano divino para salvar certas pessoas por Jesus Cristo. Essa predestinação ocorreu de acordo com o bom prazer da vontade de Deus. A relação do Pai com o Filho é explicada duas vezes, embora não enfatizada, em Efésios 1: 4-5. Maior ênfase vem em Efésios 3:11 porque o versículo é mais curto do que o anterior, com várias frases adicionais omitidas. Por causa dessas omissões, a idéia do propósito eterno que o Pai cumpriu em Cristo Jesus nosso Senhor recebe a ênfase exclusiva. 2 Timóteo 1: 9 indica claramente que os eleitos receberam a graça de Cristo antes do início do mundo. Obviamente, Cristo concordou em cumprir esse plano a tempo. Para que a lista não seja

considerada muito longa, note-se que 1 Pedro 1: 2 também indica um plano combinado no qual as três pessoas da Trindade têm uma parte.
Como uma ênfase bíblica conclusiva, outro versículo pertinente é

Hebreus 10: 7: Eis que vim ... para fazer a tua vontade, ó Deus.

Este versículo requer claramente um acordo do Filho para cumprir o que o Pai desejou que ele fizesse. Isso não justifica a aceitação de um teólogo do conceito de uma aliança de redenção?
Os principais termos do convênio são apresentados nas várias passagens citadas. Algumas especificações e desenvolvimentos podem ser discutidos mais apropriadamente em subtítulos posteriores, mas a idéia principal é que o Filho consentiu em expiar os pecados daquelas pessoas que o Pai havia dado a ele. O método desse desenvolvimento é, naturalmente, a doutrina completa: sua encarnação, sua morte, sua satisfação da justiça divina e, se alguém desejar, sua ressurreição com suas consequências. Visto que todas essas coisas conduzem ou fazem parte do pacto da graça, é bom notar que para o próprio Cristo o pacto da redenção não era um pacto da graça. As duas alianças, reconhecidamente ambas as partes de um decreto eterno unitário, são essencialmente distintas porque para Cristo a aliança de redenção era uma aliança de obras. Era necessário que ele vivesse uma vida sem pecado, em plena obediência à lei, e então sofresse o castigo devido aos pecadores que veio salvar. Cristo ganhou a salvação.
Para material de sermão, muitos versículos convidam a alguma referência a este convênio. Hebreus 10: 5 indica que o outro preparou um corpo adequado para a encarnação do Filho. Isaías 42: 1-7 relata certas promessas que o Pai fez ao Filho. Atos 2:27 cita a promessa do Salmo 16:10 conforme o contexto descreve seu cumprimento.
É claro, portanto, que o pacto de redenção não é uma invenção de teólogos imaginativos; nem é uma implicação obscura enterrada em algumas frases breves; pelo contrário, todos esses versículos ensinam (1) que o Filho veio à Terra sob a autoridade do Pai que o enviou; (2) que o Pai havia dado a ele um número definido de pessoas para salvar; e (3) várias outras coisas que serão pertinentes mais tarde. Mas os primeiros dois pontos, que poderiam ser deduzidos da doutrina da onisciência mais os eventos históricos, são claramente explicitados. E isso equivale à afirmação de que um acordo ou aliança entre o Pai e o Filho existiu desde toda a eternidade.

4. O Pacto da Graça
Embora a palavra pacto tenha sido constantemente usada na discussão anterior, pode ser sábio, antes que os detalhes do pacto da graça sejam examinados, falar um pouco mais sobre a ideia ou definição de um pacto. Isso é particularmente apropriado porque as denominações Presbiterianas e Reformadas ensinaram historicamente a "teologia da aliança". Isso quer dizer que essas igrejas têm visto as Escrituras como uma revelação em desenvolvimento - evoluindo de uma forma menos detalhada para uma forma mais detalhada - de um único plano de salvação. Este único tema, a Bíblia chama de aliança; e por esta aliança entre Deus e seu povo, este último é preparado e levado à sua fruição completa no céu.
A seção anterior presumia que uma aliança era um acordo entre duas ou mais pessoas. Embora esta seja a definição calvinista padrão, às vezes é considerada incorreta. Com efeito, corre o risco de produzir um mal-entendido. Atualmente, os acordos ou contratos são geralmente redigidos por duas ou mais partes razoavelmente iguais. Pelo menos, mesmo a parte mais fraca pode forçar a aceitação de uma ou duas cláusulas subordinadas. No pacto da graça, entretanto, o homem pecador não tem voz sobre quais serão os termos do pacto. Portanto, a transação pode ser chamada de imposição, promessa, comando, mas dificilmente um contrato. Embora tal mal-entendido seja possível, ainda não é uma objeção à definição de aliança como um acordo. A aliança mais freqüentemente repetida no Antigo Testamento era a aliança de casamento. No entanto, naquela época a esposa não era igual ao marido, nem tampouco o noivo tinha plena liberdade para estabelecer os termos do acordo. Nem um casal cristão hoje tem autoridade para formular os termos principais. A ideia de acordo, portanto, não exige que as partes sejam iguais, nem que as próprias partes determinem as condições. No entanto, quando eles aceitam as condições, existe um acordo.
Os termos da aliança da graça são de fato ditados por Deus. Nenhum homem pode mudá-los. A aliança é totalmente divina em sua origem e especificações. Na verdade, isso é tão verdadeiro que Deus diz: "Eu estabelecerei minha aliança com você". Ele não pergunta: devemos formular uma aliança? Noé concordou, e o relato da relação de Noé com Deus servirá como um bom exemplo.
Sem negar a ideia de acordo, vale a pena enfatizar a iniciativa divina. Não apenas uma, mas pelo menos quatro vezes no relato de Noé, Deus diz: "Eu estabeleço minha aliança com você". Além dessas quatro afirmações, Deus também disse: "Coloquei meu arco-íris na nuvem" e "Vou me lembrar de minha aliança". O arco-íris não é tanto para lembrar Noé da aliança de Deus, mas para lembrar o próprio Deus:
"O arco-íris será visto na nuvem e eu me lembrarei. ... Olharei para ele para me lembrar da aliança eterna "(Gênesis 9: 8-17).
Os termos da aliança com Noé têm a ver com a promessa divina de não destruir a Terra pelo dilúvio novamente. O texto não menciona explicitamente a salvação do pecado. No entanto, uma vez que o dilúvio veio por causa da grande pecaminosidade da raça, e uma vez que Noé foi salvo da punição imediata desse pecado, o todo pode ser tomado como um tipo ou antecipação de uma salvação ainda maior. Portanto, a aliança com Noé pode ser vista apropriadamente como uma forma inicial da aliança da graça. Deus explicou o convênio com mais detalhes a Abraão, e esses detalhes Moisés, por inspiração, registrou.
No caso de Abraão, a iniciativa divina é ainda mais clara do que foi com Noé, se isso fosse possível. Gênesis 15:18 diz: "No mesmo dia o Senhor fez um pacto com Abrão". Nota: Não diz que o Senhor e Abrão fizeram um pacto entre si, mas "o Senhor fez um pacto com Abrão". Não apenas há afirmações explícitas em Gênesis 15:18 e 17: 2,7, além de outros versículos no último capítulo, mas também há no capítulo anterior o terrível horror de grandes trevas em que Abrão era um recipiente totalmente passivo de profecia . Moisés também em Êxodo 24: 8 expressa a iniciativa divina; David também, em 2 Samuel 23: 5. Em seguida, Isaías 55: 3 diz: "Farei uma aliança eterna com você - as misericórdias seguras de Davi". Compare Jeremias 31: 31-33. A definição de

uma aliança como um acordo destina-se a cobrir as alianças de Deus, a aliança de casamento e outros contratos. Se, entretanto, a palavra acordo obscurece a idéia de que Deus soberanamente impõe os termos, então talvez seja aconselhável abandonar a palavra acordo e usar alguma outra palavra. No entanto, isso seria lamentável, pois Abraão certamente concordou com os termos.
Os termos da aliança da graça não são mais do que ligeiramente sugeridos em Gênesis 3:15. Um pouco mais explícito é a revelação de Deus a Abraão em Gênesis 12, onde Deus promete abençoar Abraão e nele todas as famílias da Terra, embora ele amaldiçoe aqueles que amaldiçoam Abraão. Maiores detalhes estão no horror das grandes trevas em Gênesis 15; e outros detalhes, incluindo a circuncisão como um sinal da aliança, em Gênesis 17. A extensão da aliança não se limita apenas aos descendentes de Abraão, mas "em Isaque será chamada a tua semente". Não é necessário, entretanto, traçar o desenvolvimento histórico da revelação através do Antigo Testamento; pois como o todo é a doutrina da Expiação, seus detalhes serão abordados na exposição sistemática.
Alguns parágrafos acima, havia uma referência à "teologia da aliança" das igrejas Presbiteriana e Reformada. Embora o objetivo aqui seja mostrar que essa teologia é bíblica, assim como as doutrinas da Trindade e as duas naturezas de Cristo, ainda assim, na história da cristandade nenhuma dessas três doutrinas foi bem compreendida por séculos após os apóstolos. Talvez o crédito de ter descoberto essa doutrina possa ser atribuído a Zwínglio. Calvino menciona a doutrina, mas sua ênfase está em outros assuntos. Ursinus na Alemanha, e um pouco mais tarde Ussher na Irlanda, desenvolveu a ideia. A Assembleia de Westminster deu-lhe status confessional. Na Holanda, Cocceius o popularizou - embora, infelizmente, tenha acrescentado alguns detalhes fantasiosos. Os anabatistas negaram o pacto da graça, como fizeram alguns batistas antes de John Gill; e naturalmente os arminianos, wesleyanos e metodistas não encontraram lugar para isso. Sua menção frequente na Escritura, entretanto, torna tais negações ou negligência um fenômeno estranho entre aqueles que professam aceitar a Bíblia.
Mais recentemente, o extremo oposto da multiplicação de convênios ou dispensações deu origem ao dispensacionalismo. A Bíblia Scofield enumera sete dispensações. Ele define dispensação no subtítulo de Gênesis 1:28: "Dispensação é um período de tempo durante o qual o homem é testado quanto à obediência a alguma revelação específica da vontade de Deus". Em si, essa definição não é particularmente ruim. A história do Antigo Testamento descreve várias ocasiões em que Deus testou o homem por meio de alguma revelação específica. Isso foi verdade não apenas para Noé, Abraão e Moisés, mas também para muitos outros. Existem vários casos em Juízes, como o teste de Gideão reduzindo seu exército, conforme descrito no sétimo capítulo. Depois, há o caso de Saul e Agague (1 Samuel 15: 3, 8, 14): Saul falhou no teste; Gideon passou no teste. Então também há o caso de Davi numerar o povo (2 Samuel 24: 1, 10, 12).
Estes, no entanto, não são o que Scofield entende por dispensações, embora sejam casos de Deus testando os homens por uma revelação especial. Scofield enumera sete dispensas. Mesmo isso, embora um tanto fantasioso, não é nada que cause grande alarme. A descrição da primeira dispensação na nota de rodapé de Gênesis 1:28 é muito boa. O erro realmente sério, o erro realmente fatal, do dispensacionalismo é a construção dessas dispensações de modo a fornecer, desde a queda, dois (ou mais) planos separados e distintos de salvação. Lewis Sperry Chafer escreveu: "Existem duas disposições divinas amplamente diferentes e padronizadas, por meio das quais o homem, que está totalmente caído, pode cair no favor de Deus" (Bibliotheca Sacra, Vol. 93, 1936, 410). Em 1 João 3: 7, "aquele que pratica a justiça é justo", a nota da Bíblia Scofield é em parte: "O homem justo sob a lei tornou-se justo por agir com retidão; sob a graça, ele age justamente porque foi feito justo. " Assim, em vez de uma aliança da graça, estendendo-se de Adão, passando por Abraão, até Gálatas e até a culminação, o Dispensacionalismo tem dois métodos de salvação.
Por exemplo, a nota de rodapé de Scofield em Romanos 7: 6 fala de "dois métodos de tratamento divino: um por meio da lei, o outro por meio do Espírito Santo". Agora, antes de sua conversão, Paulo pode ter uma concepção errada da lei mosaica, mas isso não significa que na realidade o Espírito Santo era inoperante no Antigo Testamento. Da mesma forma, a nota de rodapé de João 1:17, "Graça ... é constantemente posta em contraste com a lei, sob a qual Deus exige justiça do homem." Mas Deus ainda exige justiça do homem, embora essa justiça seja um presente de Deus. A justiça pela qual um santo do Antigo Testamento foi salvo também foi um dom divino. Portanto, Scofield está completamente errado na seguinte nota de rodapé, que diz: "Como uma dispensação, a graça começa com a morte e ressurreição de Cristo. . . . O objetivo do teste não é mais a obediência legal como condição de salvação. " Mas a dispensação da graça não começou com a crucificação. Deus começou a dispensar graça a Adão. Além disso, a obediência legal não era a condição de salvação na "dispensação" mosaica. A condição era fé em um futuro sacrifício.
Esse desvio radical da doutrina de que a salvação em todas as épocas pode ser encontrada somente em Cristo resulta em outra distorção surpreendente do Antigo Testamento. Em sua nota sobre Mateus 4:17, Scofield diz - e para garantir contra a acusação de deturpação por omissão, a nota será reproduzida na íntegra:
"À mão" nunca é uma afirmação positiva de que a pessoa ou coisa dita como "à mão" aparecerá imediatamente, mas apenas que nenhum evento conhecido ou previsto deve intervir. Quando Cristo apareceu ao povo judeu, a próxima coisa, na ordem da revelação como então se encontrava, deveria ter sido o estabelecimento do reino davídico. No conhecimento de Deus, ainda não divulgado, estava a rejeição do reino (e do Rei), o longo período da forma misteriosa do reino, a pregação mundial da cruz e o chamado da Igreja . Mas isso ainda estava encerrado nos conselhos secretos de Deus (Mt. 13.11, 17; Ef 3.3-10).
Esta nota de rodapé deve ser examinada cuidadosamente para ver o quão fatalmente herética ela é. Se "à mão" realmente significa o que Scofield diz não é importante. O que é importante é que Scofield entende que "nenhum evento conhecido ou previsto deve intervir" antes do que está "próximo". Portanto, quando Jesus diz que o Reino está próximo, Scofield conclui que o Antigo Testamento não tem predição de nada que ocorra entre o momento da pregação de Jesus e seu segundo advento para instituir o milênio. Isso significa que o Velho Testamento não contém nenhuma profecia sobre a Expiação. Por mais incrível que isso seja para uma interpretação do Antigo Testamento, Scofield coloca isso de forma bastante explícita: "Quando Cristo apareceu ao povo judeu, a próxima coisa na ordem da revelação, como então se encontrava [isto é, nas profecias do Antigo Testamento] deveria ter foi a criação do Reino davídico. No conhecimento de Deus, ainda não divulgado [isto é, não profetizado no Antigo Testamento] estava a rejeição do reino (e do Rei) [o

parêntese de Scofield inclui a crucificação e ressurreição],. . . Isso ainda estava encerrado nos conselhos secretos de Deus ". Esta é uma negação explícita de que haja alguma profecia no Antigo Testamento relacionada à crucificação. "A pregação mundial da cruz", incluindo os eventos de Pentecostes, que Pedro disse ser o cumprimento de uma profecia de Joel, estava tudo encerrado no conselho secreto de Deus. Incrível!
Embora não possa ser explicado tão explicitamente, a nota de rodapé de Mateus 5: 2 com efeito diz que os pecadores durante o milênio serão salvos - não pelo sangue, méritos e graça de Cristo - mas por sua obediência às bem-aventuranças, que são "lei pura".
Mas isso contradiz a proposição universal de Atos 4:12: "Nem há salvação em nenhum outro, pois não há outro nome debaixo do céu dado entre os homens pelo qual nós
deve ser salvo. "
A Escritura, bem o contrário do dispensacionalismo, afirma que existe apenas um meio de salvação. É verdade que o plano divino em toda a sua integridade, como Paulo disse em Efésios 3: 5, "em outras épocas não foi dado a conhecer aos filhos dos homens, como agora foi revelado pelo Espírito aos seus santos apóstolos e profetas" ; mas a explicação doutrinária mais completa de Paulo é precisamente a mesma aliança que foi menos totalmente revelada em Gênesis 3:15: "Porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; ele deve machucar sua cabeça, e você deve machucar seu calcanhar. "
Embora este seja o erro fatal que remove o dispensacionalismo da esfera do cristianismo evangélico, há também algumas infelicidades menores que, embora ofuscadas, não precisam ser negligenciadas.
Quando se trata de Noé, a Bíblia Scofield professa ver apenas uma aliança do governo civil. Supostamente, esse teste divino do homem se limita ao governo civil. Se isso tem alguma relação com a salvação, parece que o Céu deve ser alcançado por meio de agências governamentais. Se não tem relação com a vida eterna, a teoria enfrenta duas dificuldades. O primeiro e mais importante ponto é que toda a transação deve contemplar a salvação do pecado. Este pano de fundo é a maldade da raça humana, conforme descrito em Gênesis 6. Deus decidiu destruir a humanidade por causa de seus pecados,

Gênesis 6: 8: Mas Noé achou graça aos olhos do Senhor.

Aqui, então, está o pacto da graça. Noé não deveria ser punido e destruído com os outros porque

Gênesis 6:18: Eu estabelecerei minha aliança com você.
Naturalmente, a libertação imediata é do dilúvio; mas como o dilúvio foi a punição pelo pecado, é difícil expressar uma antecipação de uma libertação final e completa. Explicitamente no capítulo seguinte, ele diz

Gênesis 7: 1: Tenho visto que você é justo diante de mim.

O motivo subjacente, portanto, é o pecado e a salvação, não apenas um dilúvio e uma fuga do afogamento. Mas, se for esse o caso, não se pode supor que Noé alcançou o céu com base em que instituiu o governo civil.
Em segundo lugar, é difícil encontrar qualquer referência ao governo civil. O capítulo nove realmente menciona a pena de morte; mas isso pode ser infligido, e foi infligido, pela família do homem assassinado. Essa suposição é reforçada pela palavra "irmão" em Gênesis 9: 5. O governo civil simplesmente não aparece. Em vez disso, se alguém deseja excluir a salvação do pecado, a passagem se torna simplesmente uma aliança ou promessa de não causar outro dilúvio mundial. Mas embora esta seja a preocupação imediata, tal interpretação desconsidera a causa e o propósito do dilúvio.
É na aliança abraâmica que o dispensacionalismo mais obviamente se funda. Uma suposta antítese entre a aliança abraâmica e a dispensação mosaica, mais a antítese e incompatibilidade mútua entre ambas e a aliança da graça do Novo Testamento, é uma contradição de ambos os Testamentos. Mesmo na chamada dispensação mosaica, Deuteronômio 1: 8 e 4:31 breve e parcialmente, mas inequivocamente, apela à aliança com Abraão. Em uma passagem anterior, Moisés ora por perdão com base na promessa feita a Abraão (Êxodo 32:13). Mais claramente, Levítico 26:42 especifica a aliança abraâmica como a base para o tratamento de Deus com os israelitas após o Êxodo. A unidade do
aliança e sua aplicação durante o tempo de Davi é expressa em

Salmo 105: 8-10: Ele se lembrou de sua aliança para sempre, a palavra que ordenou por mil gerações, a aliança que fez com Abraão, e seu juramento a Isaque, e o confirmou a Jacó por estatuto, a Israel por uma aliança eterna.

Observe que é uma aliança eterna, que não cessou no Êxodo. Mas, claro, a passagem mais clara e importante é

Gálatas 3: 6-9,17: ... como Abraão "creu em Deus, e isso lhe foi imputado como justiça". Portanto, saibam que aqueles que são da fé são aqueles que são Filhos de Abraão. E a Escritura, prevendo que Deus justificaria as nações pela fé, pregou de antemão o Evangelho a Abraão, dizendo: "Em ti serão benditas todas as nações". Então, aqueles que são da fé são abençoados com a fé em Abraão. . . . E digo isto, que a lei que veio quatrocentos e trinta anos depois, não pode anular o pacto que foi confirmado antes por Deus em Cristo, de que tornaria a promessa sem efeito.

Os primeiros versículos desta citação mostram que os eleitos nos tempos do Novo Testamento são salvos com base no
Convênio abraâmico e são contados como filhos do patriarca. Além disso, esses versículos afirmam que a declaração de Deus a Abraão foi em essência o próprio Evangelho que Paulo pregou. Não apenas isso, mas na época de Abraão, Deus explicou a ele que a aliança incluía os gentios. Em seguida, Paulo afirma

expressamente que a “dispensação” mosaica não poderia anular a aliança abraâmica que quatrocentos e trinta anos antes havia sido confirmada em Cristo. Em Cristo, nada menos. O ritual mosaico, explica Paulo, era um arranjo temporário necessário por causa dos pecados dos israelitas. Deveria cessar quando o Messias viesse. Mesmo durante a administração mosaica, a aliança abraâmica não foi anulada, posta de lado, invalidada ou tornada sem efeito. A aliança abraâmica funcionou durante toda a suposta dispensação da lei. Ninguém jamais foi salvo por guardar a lei. Ninguém nunca guardou a lei. A salvação, agora, então, e sempre foi pela graça, somente por meio da fé. Conseqüentemente, desde a queda de Adão, houve uma, apenas uma, aliança contínua da graça.
Isso desmascara outra subsidiária, embora importante, instância na nota de rodapé de Scofield em Mateus 16:18:. . Israel
era uma verdadeira 'igreja', mas não em nenhum sentido o N.T. igreja - o único ponto de semelhança é que ambos foram "chamados" [ekklesia] e pelo mesmo Deus. Tudo o mais é contraste. ”
Mas nem tudo o mais é contraste. Israel e os gentios do Novo Testamento não foram apenas chamados pelo mesmo Deus, eles foram chamados para a mesma salvação do pecado. Essa salvação em ambos os casos dependia da fé nas mesmas promessas. Dizer o contrário, como faz Scofield, é implicar que David ou Cornelius não conseguiram chegar ao céu.
Louis Berkhof (Systematic Theology, Eerdmans, 1939, [1968], 279), pouco antes de descartar os dispensacionalistas em quatro linhas, contrasta a doutrina reformada com alguns pontos de vista anteriores. Ele escreve,
Ele [o pacto da graça] é essencialmente o mesmo em todas as dispensações, embora sua forma de administração mude. Isso é contradito por todos aqueles que afirmam que os santos do Antigo Testamento foram salvos de uma maneira diferente dos crentes do Novo Testamento, como por exemplo, pelagianos e soeinianos, que sustentam que Deus deu ajuda adicional no exemplo e nos ensinos de Cristo; os católicos romanos, que afirmam que os santos do Antigo Testamento estavam no Limbus Patrum até a descida de Cristo ao inferno; os seguidores de Coccejus, que afirmam que os crentes do Antigo Testamento gozavam apenas de uma paresia (uma passagem) e nenhuma aphesis (perdão total dos pecados).
Como sugerido alguns parágrafos atrás, há muitas facetas da doutrina do pacto da graça que poderiam ser incluídas aqui: as partes do pacto; sua natureza, termos e condições; seus objetivos e benefícios; sua administração tanto com o indivíduo quanto na atividade corporativa da igreja. Mas esses tópicos podem ser colocados de forma mais lógica posteriormente.

5. A Encarnação
Pelo termo encarnação, uma palavra de derivação latina que poderia ser grosseiramente expressa como carne, o cristianismo assume que havia uma pessoa que existia antes de nascer. Seu nascimento, ou concepção, foi a ocasião de seu aparecimento em carne.

João 8:58: Antes que Abraão existisse, eu sou.

Além do significado mais profundo das palavras “Eu sou”, Jesus diz pelo menos que sua existência não começou em Belém, mas que é anterior a Abraão. Portanto, o nascimento de Jesus foi o nascimento de uma pessoa preexistente. Que Jesus era preexistente não prova por si só que ele era
Deus. Ário afirmava que Jesus era um anjo criado, criado antes que Abraão vivesse, mas mesmo assim uma criatura e não Deus. É inútil, portanto, citar versículos que não dizem nada mais do que Jesus existia antes de seu nascimento. Se Jesus era Deus, se a doutrina da Trindade é verdadeira, a preexistência não pode ser negada.
Daí a importância do último versículo citado não estar nas palavras “Antes que Abraão existisse”, mas no conceito mais profundo de eternidade embutido no “Eu sou” que lembra as palavras do Êxodo. Assim, a doutrina da Encarnação se sobrepõe à doutrina da Divindade de Cristo e depende da doutrina da Trindade. Algumas referências das Escrituras foram adicionadas.

Mateus 16: 16,17: E Simão Pedro respondeu e disse: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo”. Jesus respondeu e disse-lhe: “Bem-aventurado és, Simão Bar-Jona, porque isso não te revelou carne e sangue, mas meu Pai que está nos céus”.

Observe aqui não apenas que Pedro afirma a divindade de Cristo; e não apenas que Jesus aceita a confissão de Pedro e de fato chama isso de uma revelação direta do Pai; mas observe também que Mateus, como autor, registra o evento, e essa gravação é inspirada - as palavras que Deus soprou no manuscrito.
Existe outra forma de fraseologia que apóia a preexistência e divindade de Jesus. Mateus 22:44, com seus paralelos, e citação de Atos 2: 34-35

Salmo 110: 1: O Senhor disse ao meu Senhor: “Senta-te à minha direita, até que eu faça dos teus inimigos o teu escabelo”.
Muitos outros versículos se referem a Jesus como Senhor. Eles são muito numerosos para listar e muito conhecidos, mas dois serão fornecidos mesmo assim.

Romanos 10: 9: Se você confessar com sua boca que Jesus é o Senhor. . . .
2 Coríntios 13:14: A graça do Senhor Jesus Cristo. . . .

Cerca de dois séculos antes do nascimento de Jesus, os rabinos de Alexandria - onde a grande população judaica havia se esquecido do hebraico - traduziram o Antigo Testamento para o grego. Esta tradução, chamada de Septuaginta, usa a palavra grega Kurios para o hebraico JHVH. O Novo Testamento, que freqüentemente usa a tradução da Septuaginta, aplica este título grego a Jesus: o Senhor Jesus. Assim, os

autores dos livros do Novo Testamento identificam Jesus como Jeová.
Por exemplo, Mateus 3: 3 cita Isaías 40: 3, “o caminho de [Jeová]” (compare Marcos 1: 3, Lucas 3: 4 e João 1:23). 1 Coríntios 1:31 cita Jeremias 9:24: “Aquele que se gloria. . . glória. . . que eu sou [Jeová]. ” Isaías 8:13, “Santifica Jeová” é repetido em 1 Pedro 3:15 como “Santifica Cristo como Senhor” (Versão Revisada).
Visto que esses versículos ajudam a estabelecer a doutrina da Trindade, e assim enfatizam a divindade de Cristo, a preexistência da pessoa nascida de Maria também está suficientemente estabelecida. Mais particularmente com referência ao evento da encarnação, Louis Berkhof - talvez tendo em mente a frase oriental, "Deus se fez homem para que o homem pudesse se tornar Deus", (Teologia Sistemática, 4ª ed., 333) - escreve: "Não foi o Deus triúno, mas a segunda pessoa da Trindade que assumiu a natureza humana. Por isso, é melhor dizer que o Verbo se fez carne do que Deus se fez homem. Ao mesmo tempo, devemos lembrar que cada uma das pessoas divinas foi ativa na encarnação. ”
Berkhof então se refere a,

Mateus 1:20: Não tenha medo de tomar para você Maria, sua mulher, porque o que nela foi concebido é do Espírito Santo. [Compare Lucas 1:35.]
Romanos 8: 3: ... Deus fez enviando seu próprio Filho. . . .
Filipenses 2: 7: ... mas se fez sem fama. . . .

Esses três versículos mostram a cooperação do Espírito, do Pai e do Filho na Encarnação. Preexistência não implica divindade, mas divindade implica preexistência.
Em seguida, Berkhof continua com a observação importante: "Isso também significa que a encarnação não foi algo que simplesmente aconteceu ao Logos, mas foi uma realização ativa de sua parte."
Se milagres - especialmente o milagre do nascimento virginal - perturbaram os modernistas do final do século XIX e início do século XX, Soren Kierkegaard, cuja influência só apareceu nos Estados Unidos depois que o modernismo começou a diminuir, fez objeções mais sérias à própria Encarnação. Para ele, a eternidade é tão antitética ao tempo que não há possibilidade de o eterno se tornar temporal. Teólogos neo-ortodoxos posteriores tentaram preservar algum contato entre a eternidade e o tempo retratando a eternidade como uma linha vertical descendo e cortando a linha do tempo horizontal em um ponto. Assim, o eterno corta o tempo em um ponto. Visto que a intersecção de duas linhas é um ponto e não tem comprimento, largura ou espessura, o contato entre a eternidade e o tempo não tem extensão temporal. Assim, por uma analogia geométrica (certamente inadequada para o material que pretende ilustrar), os eventos do ministério de Jesus, de três anos de duração, são reduzidos à trivialidade.
Antes da linha de Barth e Brunner que vem senkrecht von oben, o próprio Kierkegaard escreveu: "Que Deus existiu na forma humana, nasceu, cresceu e assim por diante é certamente o paradox sensu strictissimo, o paradoxo absoluto" (Concluding Unscientific Postscript , 194).
Kierkegaard não usa o termo paradoxo em seu sentido inglês comum. Em inglês, um paradoxo é um cavalo charley entre as orelhas que pode ser eliminado por uma massagem racional. Mas Kierkegaard deixa claro que se um paradoxo, em seu sentido, pode ser explicado, não é um paradoxo. Um paradoxo é um absurdo para o entendimento. Ele deixa seu irracionalismo perfeitamente claro. Ele ensina que, se Deus não é absurdo, devemos aceitar o panteísmo em vez do cristianismo. A fé cristã deve ser absurda. O paradoxo é uma loucura para o entendimento. Essas frases e todo o teor de seu pensamento afirmam sua principal afirmação de que a fé é contrária à razão. A lógica deve ser abandonada. A lei do terceiro excluído e a lei da contradição são negadas no paradoxo da fé (compare Concluding Unscientific Postscript, 189, 513). Não pode haver Trindade se Deus for racional. O Deus cristão deve ser absurdo.
Não é fácil dizer quanta atenção um livro sobre a doutrina cristã deve dar a esses autores anticristãos. Visto que eles operam em suposições pagãs, não é surpreendente que suas inferências resultem em conclusões antibíblicas. Mesmo que suas implicações sejam válidas - como muitas vezes podem ser - eles não podem convencer um cristão, pois o cristão não concede as premissas. Mesmo assim, há alguma utilidade em estudar Kierkegaard e Barth. Visto que a teologia dialética tem sido amplamente influente desde a Segunda Guerra Mundial, o cristão deve entender o que causa aberrações entre alguns cristãos e resulta em seminários outrora cristãos com coceira nos ouvidos afastando-se da fé. Mas, além dessa razão para saber um pouco sobre a neo-ortodoxia, há outra razão mais fundamental. O objetivo do teólogo ortodoxo é, naturalmente, sistematizar o que a Bíblia ensina. Ao fazer isso, entretanto, sempre existe a possibilidade de cometermos um erro; e é igualmente possível que nossos piores inimigos o apontem. Portanto, temos alguma responsabilidade de mostrar que suas objeções não se aplicam às Escrituras nem mesmo à nossa sistematização.
Neste caso, não é muito difícil descartar as objeções de Kierkegaard. Eles não se aplicam à doutrina bíblica da Encarnação. Kierkegaard pensa que sim apenas porque ele não entende a doutrina e a distorce para refutá-la. Claro, é impossível e absurdo que o eterno seja temporal. Por mera tautologia, aquilo que não tem sucessão no tempo não pode simplificar o que tem sucessão no tempo. Mas a doutrina bíblica não afirma esse absurdo. Portanto, Kierkegaard está longe do alvo.
O ponto em questão é a impassibilidade da natureza divina. As pessoas hoje geralmente pensam que Deus tem emoções. Isso vicia todo o Cristianismo. Também indica o baixo nível ao qual o cristianismo pessoal caiu desde o século XVIII, para não mencionar o século XVII. Para indicar o que os primeiros cristãos mais educados pensavam, cito Augustus Toplady, o divino anglicano que escreveu o Rock of Ages e mais de uma centena de outros hinos: “Deus não é irascível e apaziguável, sujeito a emoções de alegria e tristeza; ou em qualquer aspecto passivo. ” Além disso, “quando o amor é predicado por Deus, não queremos dizer que ele o possua como uma paixão ou afeição” (Complete Works, 1896, 106, 107, 687).
Mais uma vez, Louis Berkhof é fiel às Escrituras quando escreve: “A natureza divina não sofreu nenhuma mudança essencial na encarnação. Isso também significa que permaneceu intransponível, ou seja, incapaz de sofrer e morrer ”.7 Em outras palavras, a posição cristã não afirma que uma pessoa divina se tornou uma pessoa humana. Mesmo isso não é tautologicamente absurdo, pois, embora Deus não possa cometer suicídio, se uma pessoa divina se tornasse uma pessoa humana, ela não seria as duas coisas ao mesmo tempo que o absurdo de Kierkegaard exige. Muito menos a posição cristã afirma esse absurdo. Cristo, como

as referências das Escrituras logo mostrarão - era uma Pessoa divina, o Jeová eterno, a Sabedoria, o Poder e o Logos de Deus; e, embora permanecendo o que era, associou-se a si mesmo ou assumiu uma natureza humana completa. Uma vez que este material aparece mais claramente na vida e ministério de Jesus, os muitos detalhes e as conclusões deles - pelas quais as interpretações errôneas de Kierkegaard são desmascaradas - serão adiados para a subseção apropriada.
Existe, no entanto, um pensamento que o Paradoxo de Kierkegaard pode sugerir a um estudante da Bíblia. É claro que um estudante da Bíblia pode e até deve pensar nisso por conta própria, pois mesmo um mínimo de consideração deve dar a qualquer um uma idéia de quão estupenda é a idéia da Encarnação. Considere, considere: O Deus Soberano Eterno, autoexistente e auto-suficiente, invisível, que mora na luz inacessível e só tem a imortalidade, o Deus Todo-Poderoso, cuja grandeza é insondável, o bendito e único Potentado, ao lado do qual não há outro , o primeiro e o último, Alfa e Ômega, o Criador Onipotente, o único Deus sábio, vestido com majestade e com honra e com luz como uma vestimenta, que estendeu os céus como uma cortina, que colocou sua glória acima do céus, cujas mãos lançaram os alicerces da Terra: o Céu é seu trono e a Terra seu escabelo; o Rei eterno, o Rei dos reis e Senhor dos senhores, o Rei da glória - Quando eu considero seus céus, a obra de seus dedos, a lua e as estrelas que você ordenou, o que é o homem que você se preocupa com ele e o filho do homem que você o visita? Pense no seguinte: Por que o Altíssimo deveria se tornar sem reputação, assumir a forma de servo e ser feito à semelhança dos homens? Por quê?
Por mais estupendo que tudo isso seja, há uma resposta para a pergunta. E não é um absurdo paradoxal.

6. O nascimento virginal
O Novo Testamento afirma explicitamente o "milagre biológico" do nascimento virginal.

Mateus 1: 16,18,20,23: ... José, marido de Maria, da qual nasceu Jesus. . . . Depois que sua mãe, Maria, foi prometida a José, antes de se encontrarem, ela foi encontrada grávida do Espírito Santo. . . . um anjo do Senhor apareceu-lhe em sonho, dizendo: "José, filho de Davi, não temas levar para ti Maria, tua mulher, porque o que nela se concebeu é do Espírito Santo". . . . Eis que uma virgem engravidará.

Lucas 1:34, 35: Então Maria disse ao anjo: "Como pode ser isso, se eu não conheço homem?" E o anjo respondeu e disse-lhe: "O Espírito Santo virá sobre ti, e o poder do Altíssimo a cobrirá com a sua sombra; portanto, também, aquele Santo que há de nascer será chamado de Filho de Deus ".
A respeito desses versos, pode-se notar que o parente de quem é feminino singular, e nem masculino, nem plural. Mateus cita a profecia do Antigo Testamento sobre uma virgem. Estudiosos incrédulos tentaram negar que a palavra hebraica almah pode significar virgem. Aqui, dois pontos podem ser observados: (1) Não há passagem no Antigo Testamento onde almah não possa significar virgem, embora em um caso o status da menina não seja explicitado; (2) Mateus traduz almah como parthenos, e Mateus sabia o suficiente de ambas as línguas para traduzi-lo corretamente. Partenos deve significar virgem. Então, de forma mais conclusiva, a Septuaginta, traduzida pelos judeus alexandrinos mais de um século antes de Cristo, usa parthenos para almah na passagem que Mateus cita. Sem creditar a acusação de que Mateus distorceu o Antigo Testamento para favorecer o Cristianismo, um cristão pode responder que os judeus alexandrinos não tinham esse preconceito. Nem podem ser acusados de ignorância do hebraico e do grego. Da mesma forma, em Gênesis 24:43, os tradutores da Septuaginta usaram parthenos para almah; e certamente Rebeca era virgem. Esse argumento não é de forma alguma enfraquecido pelo fato de que a Septuaginta também usa outras palavras para traduzir almah.
Mais um ponto sobre Mateus e os críticos destrutivos. É o caso notável da Versão Padrão Revisada. O Novo Testamento foi publicado separadamente cerca de um ano antes de o Antigo Testamento ser concluído. Em sua primeira página não há nada de suspeito. Mas quando a Bíblia inteira foi publicada, e a primeira página de Mateus provavelmente não seria a primeira que o leitor veria, apareceu uma nota de rodapé que não havia sido incluída na edição do Novo Testamento. Ele afirmava: "Outras autoridades antigas leram, José, de quem estava prometido a virgem Maria, era o pai de Jesus, que se chama Cristo". É surpreendente que estudiosos incrédulos recorram a tais táticas enganosas. Nenhum manuscrito grego tem tal leitura. Se as versões, ou seja, traduções, são autoridades,
parece haver apenas um que torna José o pai de Jesus. E se houver apenas um, por que a Versão Padrão Revisada diz autoridades no plural? Depois que os crentes protestaram que a nota era uma falsidade, os editores da Versão Padrão Revisada excluíram a nota de suas edições posteriores.
A passagem citada de Lucas é ainda mais clara do que a de Mateus, se isso fosse possível. Um crítico simplesmente excluiu Lucas 1:35 de sua tradução. É difícil explicar essa animosidade. Durante o primeiro terço deste século, os candidatos à ordenação às vezes expressavam dúvidas sobre o nascimento virginal ou negavam abertamente esse "milagre biológico". Não há razão bíblica para essa oposição, nem há razão textual ou exegética. Por motivos filosóficos, não há mais razão para rejeitar o nascimento virginal do que a ressurreição ou qualquer outro milagre. Se Deus é onipotente, ele pode fazer milagres; se a Escritura é a revelação de Deus, ele operou milagres; e se os críticos rejeitam o sobrenaturalismo, não adianta discutir com eles sobre um único milagre. A verdadeira dificuldade é a rejeição do Cristianismo como um todo.
Além de inimigos incrédulos, amigos dentro do rebanho cristão podem perguntar: Por que deveria haver um nascimento virginal de qualquer maneira? Por que o Logos em sua natureza humana não poderia ter tido dois pais humanos? Isso não o teria tornado mais verdadeiramente humano? Em resposta a esta pergunta, duas razões podem ser dadas, e pode haver outras.
A primeira resposta é que não foi o nascimento de uma nova pessoa. Outros nascimentos são nascimentos de novas pessoas. Ninguém que lê essas palavras existia em 1850. Nascimentos comuns requerem dois pais, mas o nascimento de uma pessoa preexistente não é comum. Essa consideração pode não demonstrar a necessidade de um nascimento virginal, mas parece um bom motivo para esperar algo incomum.
A segunda razão também pode não ser demonstrativa, ainda
pode haver algo nisso. Todos os bebês comuns sofrem de depravação total porque a culpa do pecado de Adão é imediatamente imputada a eles. Cristo não tinha pecado; ele não era depravado. Portanto, a culpa do

pecado de Adão não foi imputada a ele no momento de seu nascimento. Visto que o pecado representativo era o pecado de um homem, e não de uma mulher, poderia ter sido mais congruente para um mediador sem pecado ter uma mãe, mas não um pai. Isso pode não ser o ou mesmo uma explicação; mas em um sistema perfeitamente concatenado deve haver algum relacionamento - e até mesmo um relacionamento íntimo - entre a impecabilidade de Cristo e a não imputação do pecado de Adão. De qualquer forma, o Novo Testamento ensina que Jesus nasceu da virgem Maria.
Em conexão com o nascimento virginal - e mais ainda com a seção anterior sobre a Encarnação, e também em antecipação a implicações posteriores - podemos notar que vários teólogos perguntaram se esses dois eventos relacionados eram necessários. Esta pergunta não pergunta se, nas atuais condições reais, é necessário que acreditemos no nascimento e morte de Cristo. A questão é se, antes de decretar o verdadeiro plano de salvação, Deus poderia ter escolhido um plano diferente no qual não teria havido Encarnação? Alguns teólogos estruturaram desta forma: A ideia da Encarnação está envolvida simplesmente na ideia de redenção ou estava anteriormente envolvida na ideia de criação? Ou poderia ser dito: A Segunda Pessoa da Trindade teria se encarnado mesmo se o homem não tivesse pecado? Alguns teólogos argumentaram que a Encarnação de uma pessoa divina é tão estupenda que deve ter sido incluída na própria ideia de qualquer criação. Essa razão, no entanto, é claramente falaciosa. Mesmo que a obra de Cristo seja mais extensa do que fazer expiação, não está de forma alguma claro que ele teria que se encarnar para fazê-lo.
Este problema é mais complexo do que parece à primeira vista, e o examinaremos mais tarde. Por enquanto, porém, lembremo-nos de que o Filho do Homem veio não para ser servido, mas para dar a sua vida em resgate por muitos. Ele foi chamado de Jesus, pois devia salvar seu povo de seus pecados; e como os filhos são participantes da carne e do sangue, ele também participou da mesma, pois de outra forma não poderia ter morrido. Mais sobre isso mais tarde; muito mais.

7. A Natureza Humana de Cristo
Embora a palavra encarnação signifique vir à carne, esse sentido etimológico está longe de esgotar a doutrina. É verdade que o Jeová eterno preexistente se tornou carne, ou tomou um corpo humano para si, mas à parte de outras instruções do Novo Testamento, poderíamos supor, como alguns dos primeiros cristãos realmente fizeram, que o Logos simplesmente tomou o lugar de uma alma humana em um corpo humano. Ou, ainda, uma vez que a ideia da encarnação é tão espantosa e confunde a imaginação pensar no eterno Jeová se humilhando ao se tornar um homem, poderíamos supor que o corpo humano de Jesus fosse um fantasma - uma espécie de fantasma, um teofania, visível mas irreal. Neste ponto específico, o relato do nascimento virginal é pertinente. As teofanias do Antigo Testamento não nasceram, virgens ou não. O assunto da pessoa e naturezas de Cristo é amplo; as opiniões defendidas nos primeiros tempos eram várias e os debates vigorosos e até furiosos. Os patripassianos ou sabelianos, para citar Tertuliano, "expulsaram o Paráclito e crucificaram o Pai". Em outras palavras, Deus é uma Pessoa, não uma Trindade de Pessoas; esta pessoa aparece em três modos; portanto, a Pessoa que sofreu na cruz era o Pai disfarçado de Filho. Apolinaris (360 DC) ensinou que o Logos no Jesus visível tomou o lugar da alma humana como no homem comum. Jesus era, portanto, verdadeiro Deus, mas não verdadeiro homem. Os nestorianos (430 d.C.) afirmaram tanto a divindade quanto a humanidade de Cristo,
mas afirmou que ele era duas pessoas. Eutyches (c. 450 DC) acreditava que a natureza divina combinada com a natureza humana, de modo que a combinação resultante não era nem Deus verdadeiro nem homem verdadeiro. A unidade da pessoa, no entanto, foi fortemente afirmada.
Em 451 d.C., o Conselho de Calcedônia se reuniu e adotou o credo prestes a ser citado. Resolvendo com autoridade alguns desses problemas, embora deixando alguns outros em um estado de ambigüidade - ou pelo menos um status não explícito - o Conselho estabeleceu a doutrina de que Cristo é uma Pessoa com duas naturezas:
Seguindo os santos pais, ensinamos com uma voz que o Filho e nosso Senhor Jesus Cristo devem ser confessados como um e o mesmo, que ele é perfeito em Deus e perfeito na humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, de alma e corpo razoáveis. , consubstancial ao Pai no tocante à sua divindade, e consubstancial a nós no tocante à sua humanidade; feito em todas as coisas como nós, exceto o pecado; gerado de seu Pai antes de todos os mundos segundo sua divindade, mas nestes últimos dias para nós homens e para nossa salvação nascidos da virgem Maria, a mãe de Deus segundo sua masculinidade. Este único e mesmo Jesus Cristo, o Filho unigênito, deve ser confessado em duas naturezas, sem confusão, imutabilidade, indivisibilidade, inseparavelmente, e que sem a distinção de naturezas sendo tiradas por tal união, mas sim a propriedade peculiar de cada natureza sendo preservada e sendo unida em uma Pessoa e Hipóstase, não separada ou dividida em duas pessoas, mas um e o mesmo Filho e Unigênito, Deus a Palavra, nosso Senhor Jesus Cristo, como os profetas dos tempos antigos falaram concernente a ele, e como o Senhor Jesus Cristo nos ensinou, e como o Credo dos pais nos transmitiu.
A formulação deste credo foi escolhida com muito cuidado, e suas implicações não podem ser vistas sem algum estudo. Desde aquela data, o corpo principal de cristãos professos aceitou principalmente a Calcedônia. Embora o presente tratado não esteja particularmente interessado na história como tal, podemos inserir a nota que durante a Reforma os anabatistas parecem ter ensinado que Cristo trouxe sua natureza humana com ele em sua encarnação e não a recebeu por meio de Maria. De qualquer forma, esta é uma ideia bastante estranha; além disso, interfere em seu papel de mediador.
Os seguintes versículos são básicos para uma compreensão da natureza humana de Cristo.

Mateus 4: 2: E, tendo jejuado quarenta dias e quarenta noites, depois teve fome.
Mateus 26:38: Então ele lhes disse: "Minha alma está profundamente triste até a morte. Fique aqui e observe comigo. "
Marcos 13:32: Mas daquele dia e hora ninguém sabe, nem os anjos no céu, nem o Filho, mas somente o Pai.
Lucas 2:52: E Jesus crescia em sabedoria, estatura e graça para com Deus e os homens.
João 4: 6: Agora o poço de Jacó estava lá. Jesus, portanto, estando cansado de sua jornada, sentou-se assim ao lado do poço.
João 8:40: Mas agora tu procuras matar-me, um homem que te falou a verdade que eu ouvi de Deus. Abraão

não fez isso.
João 11:35: Jesus chorou.
Atos 2:22: Homens israelitas, ouvi estas palavras: Jesus, o nazareno, homem que Deus vos atestou por milagres, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós também sabeis.
Hebreus 2:14: Visto que os filhos participaram da carne e do sangue, ele mesmo também compartilhou, para que pela morte destruísse aquele que tinha o poder da morte, isto é, o diabo.
2 João 7: Porque muitos enganadores têm saído pelo mundo, os quais não confessam que Jesus Cristo veio em carne. Este é um enganador e um anticristo.

Que havia um corpo visível com carne e ossos, um corpo que comia e bebia, e caminhava aqui e ali, dificilmente precisa de mais menção. O Novo Testamento não fornece nenhuma base para supor que o corpo de Cristo era menos real do que os corpos de José, Maria, Pedro e Paulo.
Observe que as palavras que acabamos de usar são "menos reais do que os corpos de José, Maria, Pedro e Paulo". Esta fraseologia ignora a questão de saber se Jesus tinha ou não um corpo "material". Alguns teólogos, bastante ortodoxos, insistem em um corpo "material". Ora, acontece que muitos desses teólogos reclamam dos autores que introduzem a terminologia platônica na doutrina cristã. No entanto, esses mesmos teólogos usam e enfatizam os conceitos aristotélicos, e certamente Aristóteles era menos religioso do que Platão. O conceito de matéria, como Aristóteles notou, foi antecipado na filosofia grega primitiva; mas dificilmente se pode negar que Aristóteles foi o primeiro a formular um conceito definido. Mesmo Demócrito não o fez, embora pudesse apropriadamente ser chamado de materialista. A questão aqui é por que vários teólogos deveriam insistir tão fortemente no conceito de um filósofo pagão enquanto objetavam fortemente ao de outro. Essa questão tornou-se mais pertinente no século XX, quando a ciência em grande parte, na verdade inteiramente, baniu o conceito de matéria e o substituiu pelo de energia. Suponho que a maioria dos livros-texto universitários de Física, publicados desde 1925, quase nunca usa o termo matéria. Agora, então, em vez de se envolver em um debate entre Newton e Einstein, parece melhor dizer que qualquer que seja o corpo fundamentalmente, Jesus tinha um corpo da mesma composição que os de Maria e Pedro.
O que precisa de mais ênfase é que Jesus tinha uma alma humana e que o Logos não era seu substituto. Em outras palavras, Cristo era um homem; ele não era simplesmente "Deus em um corpo", como um evangelista contemporâneo disse à sua audiência na televisão. Nos tempos modernos, forças dentro da comunidade religiosa ocidental atacaram a divindade de Cristo; e é claro que o islamismo e outras religiões orientais sempre o fizeram. Mas é igualmente destrutivo para o Cristianismo negar a humanidade de Jesus. Tal negação torna a atividade mediadora de Cristo impossível e vicia a doutrina da Expiação. Portanto, deve-se prestar atenção à base bíblica para afirmar que Cristo foi um homem, isto é, em linguagem comum, que ele tinha uma alma humana.
Ora, os versículos citados, além de mostrarem que ele andou aqui e ali, também predicam dele atividades psicológicas que não são possíveis de Deus. Ele ficou com fome, ele se cansou, ele dormiu. Mas "aquele que guarda Israel não cochilará nem dormirá"; "O Criador dos confins da Terra não desmaia nem se cansa". Jesus também experimentou pesar e tristeza. Ele chamou a si mesmo de homem, e Pedro o chamou de homem. Enganadores e o anticristo negam que ele veio em carne; mas, uma vez que os filhos de Deus são participantes de carne e sangue, ele também participou da mesma maneira.
Lucas 2 e Marcos 13 afirmam sua humanidade nos termos mais extraordinários. Quando menino, Jesus cresceu em sabedoria, bem como em estatura (nenhuma das coisas que Jeová poderia fazer); e ele até mesmo cresceu em favor de Deus, bem como dos homens. Em sua vida adulta,
durante seu ministério, ele ignorava a data de seu segundo advento. Presumivelmente, ele também ignorava outras coisas, mas o Logos é onisciente. A Escritura, portanto, atribui a Cristo características psicológicas humanas que não podem ser predicados de Deus.
Mas com todas essas características finitas da criatura tão definitivamente afirmadas, não se segue que a divindade essencial do Messias foi de alguma forma prejudicada. Em sua insistência na natureza humana de Cristo, a Bíblia não ensina o que veio a ser chamado de teoria da kenose. Este nome é tirado de

Filipenses 2: 5b-8: Cristo Jesus, que, existindo na forma de Deus, não considerou o ser igual a Deus uma coisa a ser agarrada, mas se esvaziou [King James Version: fez-se sem reputação] . . (Versão revisada)

O verbo kenoo, ou o substantivo kendsis, expressa a ideia de vão ou vazio. O substantivo não ocorre no Novo Testamento; o verbo ocorre cinco vezes: Romanos 4:14 fala sobre anular a fé; 1 Coríntios 1:17 fala de tornar a cruz de Cristo sem efeito; em 1 Coríntios 9:15, Paulo se refere a algo que tornaria sua glória vazia; em 2 Coríntios 9: 3 é a vanglória que deveria ser vã; e Filipenses 2: 7 é a quinta instância. Pareceria estranho traduzir este versículo como, "Cristo se anulou." Ele certamente não o fez. Não há nada de errado em dizer: "Cristo se esvaziou", embora seja melhor reter "não fez a si mesmo nenhuma reputação"; e no que diz respeito à tradução, alguém poderia, com um mínimo de esticão, dizer "humilhou-se".
Todas essas traduções precisam de interpretação. A teoria da kenosis sofre de um certo grau de imprecisão e de sua modificação em vários autores. Henry Ward Beecher e outros ensinaram que o Logos se despotenciou tanto de todos os seus atributos divinos que ele cessou completamente de suas funções cósmicas durante os anos de sua vida terrena. Essa visão nega que o Logos ocupou o lugar da alma humana e torna Cristo, pelo menos em sua atividade, inteiramente humano. Uma variação disso sustenta que o Logos tomou o lugar da alma humana como é nos homens comuns, mas que nenhuma prerrogativa divina foi exercida. Martensen está ainda mais confuso. Walter R. Martin escreveu um pequeno livro para consumo popular, Essential Christianity (Zondervan, 1962, 28-29), no qual ele diz: "Cristo não exerceu pelo menos três atributos principais da Divindade enquanto esteve na terra antes de sua ressurreição. Estes eram Onisciência, Onipotência e Onipresença. " Henry C. Thiessen em sua Teologia Sistemática descreve a teoria da kenosis como sustentando que "Cristo se esvaziou de seus atributos relativos - sua onipotência, onisciência e onipresença - enquanto retinha seus atributos imanentes - sua santidade, amor e verdade." Então, mais abaixo na página, Thiessen continua: "Em vez da teoria acima mencionada, as Escrituras ensinam, quando considerada como um todo, que Cristo meramente renunciou ao exercício independente de seus atributos relativos. Ele não

renunciou aos atributos imanentes em nenhum sentido. . . . Assim, ele era onisciente, pois o Pai concedeu-lhe o exercício desses atributos. ”
Esta última visão evidencia uma confusão considerável. Em primeiro lugar, Thiessen (Teologia Própria, III, “A Natureza de Deus”), junto com os kenotistas, usa a distinção entre substância e atributo: “Por um atributo, em distinção da substância de Deus, queremos dizer 'qualquer predicado necessário que pode ser aplicado a essa essência. . . . ’(Smith, System of Christian Theology, p. 12).” Se, no entanto, a distinção entre substância e atributo for rejeitada como uma imposição aristotélica, os kenotistas e Thiessen também ficam sem
base para seus pontos de vista.
Em segundo lugar, e um pouco mais imediatamente pertinente para o “esvaziamento” de Cristo, a distinção entre atributos “relativos” e “imanentes” tem pouco valor. A Trindade, Cristo incluído, era onisciente não apenas antes de sua encarnação, mas também na eternidade à parte do mundo criado. A onisciência, portanto, não é um mero relacionamento com a criação. Na verdade, se o Cristo encarnado reteve seu “imanente” como tributo da verdade, como ele poderia deixar de ser onisciente? Da mesma forma com a onipotência. Deus não se tornou repentinamente potente ou onipotente ao criar o universo. Se Deus não tivesse criado nada, ele ainda teria sido onipotente. Em terceiro lugar, a frase “Cristo simplesmente renunciou ao exercício independente de seus atributos relativos” - mesmo com a adição de “ele era onisciente porque o Pai lhe concedeu o exercício desses atributos” - é confusa. Mesmo na eternidade, a onisciência de Cristo não era independente da onisciência do Pai. Nenhuma das Pessoas da Trindade jamais foi independente. Eles são um só Deus.
Em quarto lugar, a humilhação descrita em Filipenses 2: 7 é facilmente compreendida pela doutrina das duas naturezas de Cristo. Sua natureza humana nunca foi onisciente nem onipotente. Uma natureza onisciente e eterna simplesmente não é uma natureza humana. E o Logos divino tomou para si uma natureza humana. Mas esta segunda Pessoa da Trindade nunca deixou de ser a segunda Pessoa. Sua pessoa, ele mesmo, permaneceu Deus. Como Deus, ou em sua natureza divina, ele continuou a “ter” ou a exercer todos os atributos que já teve. Considere estes versículos:

Mateus 11:27: Todas as coisas me foram entregues por meu Pai, e ninguém conhece o Filho senão o pai. Nem ninguém conhece o Pai, exceto o
Filho, e aquele a quem o Filho deseja revelá-lo.
Mateus 18:20: Pois onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles.
João 5:17: Mas Jesus lhes respondeu: “Meu Pai tem trabalhado até agora, e eu tenho trabalhado.
João 8:58: Jesus disse-lhes: “Em verdade vos digo que antes que Abraão existisse, EU SOU.”
João 10: 30,38: Eu e meu Pai somos um ... mas se eu crer, embora você não acredite em mim, acredite nas obras para que você possa saber e acredite que o Pai está em mim e eu nele.
1 Coríntios 1:24: Mas para os que são chamados, tanto judeus como gregos, Cristo, poder de Deus, e sabedoria de Deus.
Efésios 3:11: De acordo com o propósito eterno que ele cumpriu em Cristo Jesus nosso Senhor.
Colossenses 2: 2-3: Para que seus corações sejam animados, unindo-se no amor e alcançando todas as riquezas da plena certeza do entendimento, para o conhecimento do mistério de Deus, tanto do Pai como de Cristo, em a quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento.
Colossenses 2: 9: Porque nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade.
Hebreus 1: 8-12: Mas ao Filho ele diz: “Teu trono, ó Deus, é para todo o sempre;
um cetro de justiça é o cetro de seu reino. Você amou a justiça e odiou a ilegalidade; portanto, Deus, o seu Deus, ungiu você com o óleo da alegria mais do que seus companheiros. ” E: “Tu, Senhor, no princípio lançaste os alicerces da terra, e os céus são obra de tuas mãos; Eles vão perecer, mas você permanece; e todos eles envelhecerão como uma roupa; como um manto, você os dobrará e eles serão trocados. Mas você é o mesmo, e seus anos não vão acabar. ”
Hebreus 13: 8: Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e para sempre.

Mateus 11:27 afirma tanto onisciência quanto onipotência, e especialmente a soberania predestinadora do Filho em revelar-se àqueles a quem ele escolhe. O conhecimento do Filho do Pai é colocado no mesmo nível do conhecimento do Pai sobre o Filho. Que esta igualdade de conhecimento e a soberania predestinadora na revelação operam durante o ministério terreno de Jesus é claro no fato de que Jesus está se referindo aos sucessos e fracassos da campanha evangelística dos setenta (compare Lucas 10: 17-22)
João 5:17, por si só, dificilmente seria suficiente para refutar a teoria da kenosis. Qualquer ministro cristão pode dizer: Deus trabalha e eu também trabalho. Mas o contexto torna a operação do Pai e a operação do Filho tão coextensivas que são inaplicáveis a qualquer evangelista meramente humano. João 10:38 fortalece essa disparidade. Embora haja um sentido, um sentido bastante fraco, em que Deus e o ministro são um - para o
o propósito do ministro sincero é imperfeitamente um com o de Deus; é bastante difícil para ele dizer que está no Pai e que o Pai está nele. No entanto, por si só, esta frase também pode ser interpretada, ou mal interpretada, para ser aplicada.
Os outros versículos, começando com 1 Coríntios 1:24, são muito mais explícitos em sua negação da kenosis, e com essa negação os versos anteriores recebem seu devido peso. Nenhum pastor cristão sincero alegaria ser o poder de Deus e a sabedoria de Deus. Mas isso mostra que o Logos Encarnado exerceu esses poderes durante o ministério terreno de Jesus? Sim; a menos que alguém deseje alegar que o Pai não teve poder e sabedoria por cerca de trinta anos. Nem é a referência ao ministério terreno de Cristo omitida do contexto. O versículo 18 menciona a cruz e o versículo 23 fala da crucificação. Não se pode sustentar que a identificação de Jesus com a onipotência de Deus por Paulo é verdadeira apenas após a ascensão.
Efésios 3:11 pode possivelmente ser interpretado como significando que o plano das eras foi feito no Logos desde a eternidade, mas que o Logos perdeu o plano durante sua encarnação. Esta não é apenas uma interpretação estranha, mas também se tornou menos aceitável pelo nome de Jesus incluído na frase. Colossenses 2: 2-3 é semelhante a 1 Coríntios 1:24. O que é provavelmente o versículo mais claro é Colossenses 2: 9, onde o apóstolo afirma que toda a plenitude da Divindade habita em Jesus corporalmente.

Não seria toda a plenitude se pelo menos um atributo fosse posto de lado, e o termo corporal só pode ser aplicado ao Jeová encarnado.
Os dois versículos em Hebreus afirmam a imutabilidade de Jesus Cristo ontem, hoje durante seu ministério terreno e para sempre.
Mas há um outro versículo que é particularmente interessante. João 1: 9, junto com 1: 4, ensina que as habilidades epistemológicas de todo homem que nasce no mundo resultam da atividade de Cristo. Visto que os homens nasceram e viveram durante o ministério terreno de Cristo, segue-se que as populações da China, África e América estavam sendo iluminadas por Cristo mesmo entre 4 a.C. e 30 d.C. Jesus, durante sua estada terrena, nunca parou em nenhuma de suas atividades divinas. Mas assumir uma natureza humana foi uma humilhação.
Esta discussão da teoria da kenose foi introduzida com o propósito de defender o credo de Calcedônia no sentido de que a Pessoa encarnada era Deus e homem. Nenhum sem o outro. A discussão defendeu sua divindade plena durante o tempo de seu ministério terreno. Mas, para concluir a seção sobre sua humanidade, há mais uma faceta importante que exige total atenção.
Cristo provou ser um homem, não apenas porque ficou cansado e com sede, mas porque morreu. Deus não pode morrer. Na verdade, é exatamente porque Deus não pode morrer que Jeová se tornou homem.

8. O Objetivo da Encarnação
O propósito da Encarnação, portanto, é que Jesus morra. Mesmo do ponto de vista da história secular, Jesus é famoso porque morreu. Ele não é famoso porque foi um grande professor de moral. Filósofos e professores podem se tornar famosos se, com habilidade intelectual, também viverem o suficiente. Platão escreveu e ensinou por cerca de quarenta anos; Aristóteles por nada menos. Schopenhauer é de segunda categoria porque parou de filosofar depois de escrever um grande livro. Alguém consegue pensar em um grande filósofo que ensinou por apenas três anos? Mas seja como for com a avaliação da grandeza dos historiadores seculares, as Escrituras dizem que o propósito de Jesus na vida era morrer. Caso contrário, não teria havido Encarnação.

Marcos 10:45: Porque o próprio Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de muitos.
João 12:27: O que devo dizer? "Pai, me salve desta hora?" Mas com este propósito vim a esta hora.
Hebreus 2: 9,14: Mas vemos Jesus ... pelo sofrimento da morte coroado de glória e honra, para que ele, pela graça de Deus, provasse a morte por todos. . . . Visto que os filhos participaram da carne e do sangue, ele mesmo compartilhou da mesma carne, para que pela morte pudesse destruir. . . o diabo.

Esses quatro versículos declaram explicitamente que Jeová encarnou para morrer. Existem muitos outros que implicam isso, mesmo que a afirmação não seja explícita. Por exemplo, o anjo disse a Joseph que chamasse o menino Jesus “porque ele salvará seu povo dos pecados deles”. Sem dúvida, José não tinha ideia de como Jesus salvaria seu povo, mas com nosso conhecimento pós-crucificação, podemos ver que esta é uma declaração de propósito centrada em sua morte. Da mesma forma, Maria não conseguiu entender o significado de “Sim, uma espada atravessará sua própria alma também”, mas ela entendeu mais tarde.
Um pouco mais explícito é

João 18:37: Para isso nasci e para isso vim ao mundo.

As palavras imediatamente seguintes podem ser usadas para identificar o propósito de Jesus como ensinar a verdade, e as palavras imediatamente anteriores como estabelecer um reino. Bem, é claro que a Encarnação teve uma série de propósitos. Um declara a verdade literal ao dizer que Deus se encarnou para se sentar junto a um poço em Samaria. Mas não há como eliminar
a ideia de morte do processo no tribunal de Pilatos. A morte está nos versículos 31, 32 e 19: 6, 7, 10.
Uma base mais abrangente para este tema é encontrada em

Isaías 53: 7: ... conduzido como um cordeiro ao matadouro. . . em comparação com a identificação de Jesus como aquele cordeiro em
João 1:29: Eis! O Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo!

Essas passagens resumem o significado do ritual do Antigo Testamento. O cordeiro foi escolhido para morrer. Cristo foi o cordeiro escolhido antes da fundação do mundo. Portanto, ele veio para morrer.
Além disso, a ideia de Deus vir à Terra e morrer é uma combinação tão incongruente que se Deus realmente se encarnou e realmente morreu, somos compelidos a concluir que tal morte deve ter sido uma parte importante do plano de Deus. Certamente Deus não foi subjugado pelo poder de Pilatos: "Você não poderia ter nenhum poder contra mim, a menos que tivesse sido dado a você de cima." Portanto, a necessidade da Encarnação reside na morte de Cristo. Jesus veio para morrer.
Alguns teólogos - entre os quais Rothe, Dorner e Martensen - argumentaram que um evento tão estupendo como a morte de Deus não poderia ser contingente ao ato acidental e arbitrário do pecado de Adão. Se um mediador é necessário nas atuais condições, um mediador deve ter sido necessário antes da queda. Mas tal argumento nem mesmo é plausível. Certamente a necessidade de um mediador entre um pecador e Deus não implica tal necessidade entre um ser sem pecado e Deus. Não há evidência bíblica de que Jesus é o mediador entre Deus e os anjos sem pecado. Em segundo lugar, o pecado de Adão não foi um acidente ou um ato arbitrário. Quando esses teólogos argumentam que o evento estupendo da morte de Deus deve ter sido parte do plano original de Deus, eles realmente afirmam a verdade. Mas isso de forma alguma implica que o plano não incluísse o pecado de Adão, que esse pecado foi um acidente que Deus de alguma forma não pôde evitar, ou que a morte de Cristo não estava diretamente relacionada no plano divino com a ocorrência do pecado na raça humana. A criação não é mais parte do plano divino do que o pecado; e

relacionar a Encarnação àquela apenas, em vez de à última - ou a alguma outra necessidade divina, como fazem esses teólogos - é uma construção motivada pela rejeição da doutrina bíblica da predestinação.
É estranho falar do primeiro pecado de Adão como sendo "arbitrário", mesmo do ponto de vista de Adão, muito menos do ponto de vista de Deus. Adão escolheu deliberadamente viver com Eva em vez de obedecer a Deus e perder sua adorável esposa. Se isso é chamado de arbitrário, não resta nenhuma diferença entre um ato deliberado e arbitrário e deliberado.
É difícil saber o que alguns teólogos entendem por arbitrário. No caso das ações humanas, o ato arbitrário pode ser um ato de livre arbítrio independente de Deus; e não apenas isso, mas também caprichoso, ou não relacionado às preocupações sérias e constantes do agente. No caso de Deus, visto que ele é perfeitamente racional, nenhum de seus atos pode ser arbitrário. Todos eles se encaixam teleologicamente em um único plano universal. Mais tarde, uma seção sobre a imputação imediata do pecado de Adão à sua posteridade natural e da justiça de Cristo aos eleitos considerará ainda a questão dos atos arbitrários, pois uma vez que a vontade de Deus é soberana, todos os seus decretos são arbitrários.
De qualquer forma, a Escritura é clara. Além dos versículos anteriores, pode-se usar o seguinte para concluir que Cristo encarnou para morrer.

Lc 19, 10: Porque o Filho do homem veio buscar e salvar o que se havia perdido.
João 3:16: Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.
Gálatas 4: 4-5: Mas, quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a lei, para redimir os que estavam sob a lei, a fim de recebermos a adoção de filhos .
Filipenses 2: 8: E sendo achado em aparência de homem, ele se humilhou e tornou-se obediente até a morte, sim, a morte de cruz.
1 João 3: 8b: Para isso se manifestou o Filho de Deus, para destruir as obras do diabo.

9. Obediência Ativa
Embora a doutrina da obediência ativa diga respeito aos detalhes da vida terrena de Cristo, um relato biográfico - Leben Jesu de Strauss, Vie de Jesus de Renan, ou harmonias mais ortodoxas dos Evangelhos - não é essencial para o presente propósito. O essencial é que em todos os detalhes históricos ou biográficos, Jesus guardou perfeitamente a lei de Deus e não pecou.

Isaías 53: 7,9: ... conduzido como um cordeiro ao matadouro. . . porque ele não cometeu violência, nem havia engano em sua boca.
Lucas 1:35: portanto, também o Santo que há de nascer será chamado Filho de Deus.
João 8:46: Qual de vocês me convence do pecado?
2 Coríntios 5:21: Aquele que não conheceu pecado. . .
Hebreus 4:15: ... mas em tudo foi tentado como nós, mas sem pecado.
Hebreus 7: 26,27:. . . santo, inofensivo, imaculado. . . que não precisa diariamente, como aqueles sumos sacerdotes, oferecer sacrifícios, primeiro por seus próprios pecados. . .
1 Pedro 1:19:. . . com o precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro sem mancha e sem mancha
1 Pedro 2:22: que não cometeu nenhum pecado. . .
! João 3: 5: nele não há pecado.

Algumas observações óbvias sobre esses versículos são suficientes para esclarecer o ponto. A passagem de Isaías foi usada alguns parágrafos acima para mostrar que Jesus veio para morrer. Mas a passagem também deixa claro, e 1 Pedro 1:19 também, que o cordeiro era sem mancha, e nenhum engano foi encontrado em sua boca. Embora a declaração do anjo em Lucas de que o bebê que nasceria seria santo não seja conclusiva, pois santo nem sempre significa sem pecado, os outros versículos afirmam tão claramente a impecabilidade de Cristo que a exegese e a explicação são supererrogatórias: “sem pecado”, “ que não cometeu pecado ”,“ nele não há pecado ”.
Pecado é qualquer transgressão ou falta de conformidade com a lei de Deus. Visto que, então, Jesus não tem pecado, ele deve ter obedecido perfeitamente à lei. Isso é chamado de obediência ativa em distinção de seu sofrimento e morte, que são sua obediência passiva, ou, simplesmente, sua paixão.
Nesse ponto, a exposição da doutrina da Expiação encontra um obstáculo. As primeiras quatro seções ou pelo menos as seções dois, três e quatro - tiveram seu lugar na eternidade passada; então as seções cinco a nove seguiram um pouco a vida de
Cristo. Nem o relato histórico é totalmente ilógico, pois a vida de Cristo é a concretização dos Pactos da Graça e Redenção. O próximo evento histórico é a morte de Cristo. Mas isso pressupõe uma compreensão do pecado. Portanto, para preservar uma sequência lógica, é necessário voltar na história ao Pacto das Obras. Só depois disso a morte de Cristo faz sentido.

10. O Pacto de Obras
Deus fez uma aliança de obras com Adão. Os dispensacionalistas geralmente datam a aliança das obras de Moisés a Cristo. As Escrituras o descrevem como tendo sido feito antes da queda. A palavra aliança não ocorre nos primeiros capítulos de Gênesis, mas está claro que Deus estabeleceu certas condições que Adão teve que cumprir. A insatisfação significava morte. Pode-se supor de forma mais plausível que, se a morte é a pena para a desobediência, a recompensa da obediência seria a vida. Isso é realmente mais do que uma suposição plausível. Parece implicado na expulsão de Adão do jardim para que ele não comesse da árvore da vida. A árvore da vida, cujas folhas e frutos mensais são bons, aparece novamente em Apocalipse 22: 2. Então, no versículo 14, os bem-aventurados têm direito à árvore da vida na cidade celestial. O que Adam perdeu é aqui restaurado. Pode-se, portanto, concluir que o pacto de obras continha uma penalidade e uma

recompensa. Mas por causa de um único pecado, os querubins com sua espada flamejante impediram Adão de entrar e comer. Se não houvesse pecado, o acesso à árvore não teria sido cortado. Um único ato trouxe a pena.
Mas procedemos muito rapidamente. A base bíblica expressa para afirmar que havia tal aliança - e que qualquer infração acarretava uma penalidade - deve ser dada, pelo menos em parte.
Isso é ainda mais necessário aqui porque os arminianos (primeiros metodistas e nazarenos atuais) rejeitam a teoria penal da Expiação. É perfeitamente fácil mostrar que a Escritura atribui uma penalidade para a violação do pacto das obras, mas a facilidade em encontrar versículos para citar não justifica sua omissão.
A seguir estão apenas alguns versículos que afirmam que o pecado acarreta uma penalidade.

Gênesis 2:17: Não comereis [dela], porque no dia em que dela comerdes certamente morrerás.
Gênesis 4: 10ss .: A voz do sangue de seu irmão clama do chão para mim. . E Caim disse ao Senhor: "Meu castigo é maior do que posso suportar! . . . Qualquer um que me encontrar vai me matar. " . . . E o Senhor colocou uma marca em Caim.
Gênesis 6: 7,13: Então o Senhor disse: "Destruirei o homem ... pois a Terra está cheia de violência. ... Vou destruí-los com a Terra.
Gênesis 9: 6: Quem derramar sangue de homem, pelo homem o seu sangue será derramado; pois à imagem de Deus fez o homem.
Gênesis 15: 12,14: Horror e grandes trevas caíram sobre ele. Então ele [Deus] disse a Abrão:. . . a nação a qual eles servem, eu julgarei.
Êxodo 21:12 ss .: Aquele que ferir um homem a ponto de ele morrer, certamente será morto. . E quem ferir seu pai ou sua mãe, certamente será morto.
Aquele que sequestra um homem ... aquele que amaldiçoa seu pai ou sua mãe, certamente será morto. . . olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé.
Números 16: 32,35: E a terra abriu sua boca e os engoliu, com suas famílias e todos os homens com Corá, com todos os seus bens ... . E saiu fogo do Senhor e consumiu os duzentos e cinquenta homens que ofereciam incenso.
1 Samuel 2: 22ss .: Agora Eli estava muito velho e ouvia tudo o que seus filhos faziam a todo o Israel. ... Então ele lhes disse: "Por que vocês fazem essas coisas? Pois eu ouço falar de suas maldades de todo o povo ... . Mas se um homem pecar contra o Senhor, quem intercederá por ele? " No entanto, eles não deram ouvidos à voz de seu pai, porque o Senhor desejava matá-los. . . . Então um homem de Deus veio a Eli e disse-lhe. . . . "Eis que chegará o dia em que cortarei seu braço. . . . E você verá um inimigo em minha habitação. . . . E não haverá um homem velho em sua casa para sempre. . . Hophni e Phineas: em um dia morrerão, os dois. "

No primeiro desses versículos, a morte é estabelecida como a penalidade pelo pecado. Gênesis 4 pressupõe não apenas a pena capital por homicídio, mas também que os irmãos de Caim sabiam dessa pena e estavam cientes de seu direito de impô-la. No entanto, por alguma razão não totalmente explicada, Deus poupou Caim. Depois que o dilúvio destruiu a raça humana, o princípio da pena capital foi explicitado a Noé. A revelação a Abrão incluiu uma penalidade a ser imposta ao Egito. O Êxodo especifica a pena de morte para uma série de crimes. A passagem em Números descreve a morte de três rebeldes e duzentos e cinquenta de seus seguidores. Não alongar a lista de Josué até os Juízes - nem continuar ao longo do Antigo Testamento - a previsão de desastre na casa de Eli para sempre, começando com a morte de seus filhos, é suficiente como conclusão neste ponto. Observe aqui que Deus ordenou a recusa dos filhos em dar ouvidos à repreensão final de seu pai porque Deus pretendia matá-los.
Esses versículos, entretanto, não deixam muito claro se os homens maus sofrem ou não uma penalidade após a morte. O pecador é executado, mas nada mais é dito. Embora os resultados do pecado em uma vida futura ainda não sejam claros, esses versículos mostram uma provisão para a redenção; e talvez a ideia de redenção, a ideia de ser purificado do pecado e, portanto, de permanecer justo diante de Deus, sugere uma bem-aventurança futura, mesmo que não certifique uma penalidade futura. Outros versos dizem mais, e agora segue uma condensação de

Êxodo 29: 10-37: Também farás com que o novilho seja apresentado na tenda da revelação; e Arão e seus filhos porão as mãos na cabeça do touro. Então você deve matar o touro diante do Senhor. . . . Você deve tomar um pouco do sangue do touro e colocá-lo nas pontas do altar. ... É uma oferta pelo pecado. Você também deve levar um
RAM . . . e você deve matar o carneiro, e você deve tomar seu sangue e aspergir em todo o altar. . . E você deve oferecer um novilho todos os dias como uma oferta pelo pecado para expiação. Você deve limpar o altar quando fizer expiação por ele. . . . E o altar será santíssimo. Tudo o que toca o altar deve ser sagrado.

Esses versículos podem ser considerados representativos de todas as disposições semelhantes da lei levítica. Não é o propósito presente ler neles a explicação completa do Novo Testamento deles como uma antecipação de Cristo e seu sacrifício. Em vez disso, deve-se primeiro determinar seu significado mínimo - o significado que um israelita bastante devoto daquela época poderia discernir com um pouco de consideração. As palavras, "é uma oferta pelo pecado", indicam que de alguma forma e em certa medida essas ofertas restauram o pecador ao favor de Deus. Eles removem dele a necessidade de sofrer a pena ele mesmo. Obviamente, eles pressupõem que o pecado acarreta uma penalidade, e este é o ponto importante agora.
Os efeitos em uma vida futura não são muito claros. No entanto, se Deus é o eterno soberano - o criador do céu e da terra, o criador da humanidade, o gracioso consolador de Eva ao dar a ela um filho (Set) para substituir Abel e uma linhagem através de Enos, que, em contraste com os Cainitas, temer a Deus e produzir um homem Enoque (que andou tanto com Deus que Deus o levou), se também Deus na Lei Levítica provê uma expiação e santidade - se tudo isso for assim, um israelita bastante devoto dos dias de Moisés não poderia supor que alguém purificado pelo sacrifício expiatório desfrutaria do favor de Deus em um mundo futuro? Os teólogos liberais dos séculos XIX e XX, que não conseguem encontrar nenhum indício de

imortalidade no Antigo Testamento,
não se qualificaram como israelitas devotos dos dias de Moisés.
O Novo Testamento, é claro, é muito mais explícito.

Mateus 3: 7: Raça de víboras! Quem o avisou para fugir da ira que está por vir?
Mateus 5:22: Mas quem disser: "Seu tolo!" estará em perigo de fogo do Inferno.
Mateus 5:29: É mais proveitoso para você que um de seus membros pereça do que todo o seu corpo seja lançado no inferno. (Veja também o versículo 30).
Mateus 8:12: Mas os filhos do reino serão lançados nas trevas exteriores; ali haverá choro e ranger de dentes.
Mateus 10:28: Antes, tema aquele que pode fazer perecer no inferno a alma e o corpo.
Mateus 13: 41-42: Seus anjos. . . irá lançá-los na fornalha de fogo. Haverá choro e ranger de dentes. (Veja também o versículo 50.)
Mateus 18: 8: É melhor para você entrar na vida coxo ou aleijado, do que tendo duas mãos ou dois pés, para ser lançado no fogo eterno. (Veja também o versículo 9.)
Mateus 25:46: E irão eles para o castigo eterno, mas os justos para a vida eterna.

Nestes versículos de Mateus, o avanço sobre os versículos do Antigo Testamento consiste na declaração muito clara de que a penalidade pelo pecado é eterna - tão eterna quanto a vida eterna - e também na descrição mais explícita de quão terrível
a punição será. Para não repetir essas idéias de Marcos e Lucas, apenas um versículo de João completará os Evangelhos, ao qual um versículo de Atos será adicionado antes de dar uma lista do restante do Novo Testamento.

João 3:36: Quem não crê no Filho não verá a vida, mas a ira de Deus permanece sobre ele.
Atos 13:46: Visto que vocês rejeitam [a palavra de Deus] e se julgam indignos da vida eterna, eis que nos voltamos para os gentios.

O primeiro desses dois versículos fala da ira de Deus. Os versos a seguir irão aumentar essa ideia de ira. O versículo de Atos é apenas um de um grande número que, de uma forma ou de outra, implica que há punição pelo pecado. Agora vêm alguns dos versículos mais importantes das epístolas:

Romanos 1:18: Porque a ira de Deus é revelada do céu contra toda impiedade e injustiça dos homens.
Romanos 1:32: Quem, conhecendo o justo juízo de Deus, de que aqueles que praticam tais coisas são dignos de morte, não só fazem as mesmas, mas também aprovam aqueles que as praticam.
Romanos 5: 9: Seremos salvos da ira por meio dele.
Romanos 6:21: Porque o fim dessas coisas é a morte.
Efésios 5: 6: Por causa dessas coisas, a ira de Deus vem sobre os filhos da desobediência.
Filipenses 3:19: ... cujo fim é a destruição. . .
Tessalonicenses 1:10: ... Jesus que nos livra da ira vindoura.
Tessalonicenses 1: 7-9: O Senhor Jesus é revelado do Céu com seus anjos poderosos, em chamas de fogo tomando vingança sobre aqueles que não conhecem a Deus, e sobre aqueles que não obedecem ao Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo. Estes serão punidos com destruição eterna.
2 Pedro 2: 4,9: Pois, se Deus não poupou os anjos que pecaram, antes os lançou para o inferno. . . o Senhor sabe como livrar os piedosos das tentações e reservar os injustos sob punição para o dia do julgamento.
2 Pedro 3: 7: ... reservado para o fogo até o dia do julgamento e perdição dos homens ímpios.
Apocalipse 20:15: E todo aquele que não foi achado inscrito no livro da vida foi lançado no lago de fogo.

O ponto principal de todos esses versículos é que Deus decretou uma penalidade para o pecado. Pecado é a falta de conformidade ou transgressão da lei de Deus. Em relação a tal desobediência, Deus exibe sua ira. Nenhuma compreensão da Expiação é possível sem uma concepção da ira divina. Este termo ocorreu em quatro dos versículos que acabamos de citar; o termo vingança ocorreu uma vez; punir, julgamento, perdição, destruição eterna e lago de fogo, todos são encontrados. Essas ameaças e advertências são dirigidas contra a impiedade (duas vezes), a desobediência (duas vezes), os injustos e aqueles não encontrados no Livro da vida. Tudo isso constitui uma teoria penal do pecado e deve, portanto, exigir uma teoria penal da Expiação.

11. O sacrifício vicário
Cristo, ao morrer, sofreu uma penalidade pelo pecado, em vez de sofrermos a penalidade que nos era devida. Versos já foram citados para mostrar que Deus impõe ao homem uma pena pelo pecado. Dezenas de outros versos também podem ser citados. A presente seção mostrará que Cristo foi nosso substituto. Esta é uma ideia muito importante, e embora nem todos os versículos pertinentes sejam citados, uma lista um pouco mais longa do que o normal é justificada.

João 1:29: Eis! O Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo!
Mateus 20:28: Assim como o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de muitos.
Coríntios 5: 7b: Por Cristo, nossa Páscoa, realmente foi sacrificado por nós.
Coríntios 5:14: Porque o amor de Cristo nos constrange, porque julgamos assim: que, se um morreu por todos, todos morreram.
Gálatas 3:13: Cristo nos resgatou da maldição da lei, tornando-se maldição por nós (pois está escrito: "Maldito todo aquele que se pendurar no madeiro.")
Efésios 5: 2: Andai em amor, como também Cristo nos amou e se deu a si mesmo por nós como oferta e sacrifício a Deus com cheiro doce.

Hebreus 9:28: Portanto, Cristo foi oferecido uma vez para levar os pecados de muitos. Para aqueles que esperam ansiosamente por ele, ele aparecerá um segundo
tempo, separado do pecado, para a salvação.
1 Pedro 2:24: O qual carregou ele mesmo os nossos pecados em seu próprio corpo no madeiro, para que nós, havendo morrido para os pecados, pudéssemos viver para a justiça - por cujas pisaduras fostes curados.
1 Pedro 3:18: Porque também Cristo sofreu uma vez pelos pecados, o justo pelos injustos, para nos levar a Deus, sendo morto na carne, mas vivificado pelo Espírito.

João 1:29 lembra não apenas Isaías 53, mas também passagens como Levítico 1: 4 e 16:21, 22, onde a ideia de substituição é inequivocamente expressa. O versículo de Mateus e seu paralelo em Marcos 10:45 colocam a ideia de substituição na preposição anti, ao invés de. Mateus 2:22 diz que Arquelau estava reinando contra, no lugar de, seu pai Herodes. Alguns outros versículos, por exemplo, 2 Coríntios 5:14, usam a preposição huper; esta é uma palavra de significado mais amplo e pode ser traduzida como em nome sem necessariamente requerer substituição. Por exemplo, suponha que um pastor esteja doente ou de férias. Um visitante toma seu lugar. Este ministro visitante prega para o pastor ausente e também prega para a congregação. Mas a preposição para tem dois significados diferentes nessas duas expressões. O visitante prega em vez do pastor; ele prega em nome ou para o bem da congregação. O grego huper é semelhante ao inglês para. Quando os liberais costumavam afirmar que huper não poderia significar em vez de, eles estavam errados. Estudos mais recentes sobre papiros mostram que huper era usado por um estenógrafo ou escriba profissional que escrevia para seu empregador e não para ele. Portanto, o huper mais amplo em 2 Coríntios 5:14 não enfraquece o anti inequívoco em Mateus 20:28. Em 1 Coríntios 5: 7, a preposição é novamente supérflua, mas o ponto importante é que a morte de Cristo é considerada o nosso sacrifício pascal. Isso torna a morte de Cristo tão substitutiva quanto qualquer um dos cordeiros do Antigo Testamento. Visto que também os cordeiros do Antigo Testamento não tinham mácula ou defeito, também Cristo não tinha pecado em virtude de sua obediência ativa. A substituição e a impecabilidade têm uma relação direta também com a expiação do pecado e a propiciação de Deus, pois a doutrina da Expiação é um complexo de idéias intimamente entrelaçadas.
Uma dessas idéias, em Marcos 10:45 com sua preposição anti, é a de um resgate. É digno de um ou dois parágrafos - para dizer o mínimo. Versículos únicos freqüentemente têm relação com vários tópicos. O versículo em Marcos, e também em Mateus 20:28, como se fosse necessário para defender sua autenticidade contra críticas destrutivas, pode ser usado para mostrar o propósito da Encarnação (discutido e citado aqui na seção oito). A morte de Cristo não foi um acidente imprevisto que obstruiu seu plano: foi uma parte, uma parte importante desse plano. Mas, além disso, o versículo esclarece o método do plano. Foi o pagamento de um resgate. Como parte do plano, a morte deve ser vista como uma transação voluntária, não como um martírio involuntário. Esta ideia é novamente declarada claramente na corajosa resposta de Cristo a Pilatos: "Você não poderia ter nenhum poder contra mim, a menos que tivesse sido dado a você de cima."
Mas vamos nos concentrar na ideia de um resgate. Normalmente, um resgate é uma soma em dinheiro paga a um proprietário de escravos ou a uma autoridade militar pela libertação de um escravo ou refém. O assunto está resgatado. O Antigo Testamento tem várias referências a tal redenção (Êxodo 21:30; Levítico 19:20 e 25:51; Isaías 45:13). Mas nenhum resgate era aplicável à libertação de um assassino (Números 35: 31,32). Além dessas circunstâncias civis, o Antigo Testamento fala de resgates pagos a Deus por meio de seus representantes sacerdotais (Números 3:49 e 18:15; Salmos 107: 2; et al.). Esses pagamentos evitaram o descontentamento divino. Em alguns desses casos, a própria pessoa pagou o resgate; em outros casos, outro pago; e no caso de Cristo, ele pagou o resgate em vez (anti) de nós pagá-lo.
Embora os resgates civis e até mesmo os resgates religiosos no Antigo Testamento fossem pagamentos em dinheiro, o resgate pago por nossa redenção das penalidades do pecado foi nada menos do que a morte de Cristo na cruz. Ele veio "para dar sua vida em resgate por muitos".
Este material, discutido por praticamente todos os teólogos, é tão familiar que só pode ser incluído aqui sob a desculpa de relativa completude. O entrelaçamento de elementos da Expiação é encontrado na maioria das referências. Para não exegetar cada um dos citados acima, podemos notar que a substituição e a ideia de penalidade estão claras em Gálatas 3:13. Cristo se tornou uma maldição por nós e assim nos redimiu da maldição ou penalidade da lei, a penalidade que, de outra forma, deveríamos ter que suportar; e, finalmente, pode ser suficiente apontar a linguagem precisa dos dois versículos de 1 Pedro. Cristo carregou nossos pecados em seu próprio corpo. . . o justo pelo injusto.
Os volumes sobre Teologia Sistemática geralmente explicam e refutam outras visões da Expiação. O debate diminuiu hoje, se não me engano, porque aqueles que o rejeitam não tentam mais alegar que seus substitutos são bíblicos. Eles negam abertamente a inerrância, de modo que não faz diferença para eles o que a Bíblia diz. No entanto, o cristão tem um melhor entendimento e melhor preparação para publicar as boas novas se tiver algum conhecimento das controvérsias anteriores. O que segue será apenas um lembrete, dificilmente um resumo e certamente não uma história da doutrina.
Uma objeção, talvez a mais óbvia, à expiação vicária é o princípio de que a punição de um crime deve ser imposta ao criminoso e não pode ser imposta com justiça a nenhum substituto. Berkhof dá uma resposta miserável a essa objeção. Ele afirma, o que é verdade, que na vida cotidiana "os inocentes muitas vezes sofrem como resultado da transgressão de outros" (378). É claro! Se alguém rouba você, você sofre como resultado de seu crime. Mas você não sofre como punição por seu crime. Ninguém diria que você deve ser preso por ser vítima de um assalto.8 Berkhof acrescenta ainda: "Aquele que contrata outro para cometer um crime é considerado responsável". Mas Cristo nos contratou para cometer um crime por ele? Fomos nós seus agentes no pecado? Absurdo. Mas mesmo Hodge usa este argumento: "Onde está a propriedade de dizer que o inocente não pode sofrer com justiça pelos culpados, quando vemos que eles realmente sofrem assim continuamente, e em todos os lugares desde que o mundo começou?" (Charles Hodge, Systematic Theology, Vol. II, 530). Mas não vemos que eles sofrem com justiça. Vemos apenas que eles sofrem e regularmente os consideramos como tendo sofrido injustamente. Uma resposta muito melhor - e satisfatória, na minha opinião - combina a ideia de chefia federal e a soberania de Deus, duas das quais serão discutidas nas seções 15 e 18 a seguir.

Os socinianos, um grupo do século dezesseis que hoje chamaríamos de unitaristas, negaram que a morte de Cristo fosse um resgate. O termo resgate, como as parábolas, é figurativo e designa no máximo um único ponto de semelhança. Tanto na religião como depois de uma guerra, os prisioneiros são libertados, mas nada está implícito quanto ao método ou considerações para a libertação. No caso da morte de Cristo, o efeito é nos inspirar a viver uma vida mais abnegada. Com base nisso, ou de forma alguma, Deus em sua bondade pode nos perdoar. Essa visão, no entanto, tropeça em seus próprios pés porque o único ponto de semelhança no versículo é a ideia de resgate. O termo resgate não significa, com rigor, libertação. Ele designa o método de libertação. Se alguma coisa na passagem é literal, é o próprio resgate.
Tanto para o versículo em si, mas o versículo está embutido em um contexto bíblico mais extenso. Este fundo inclui, inclui definitivamente, a doutrina da Trindade. Se Cristo fosse um mero homem, e não Deus, sua morte poderia muito bem ser nada mais do que um exemplo edificante. É claro que era nisso que os socinianos acreditavam. Eles eram unitaristas. Mas se a Escritura ensina a divindade de Cristo, ela também deve ensinar que sua morte não foi um exemplo simples. Portanto, uma defesa escriturística da Trindade é também uma defesa escriturística de um sacrifício substitutivo. Eles vão juntos, e os socinianos negam ambos. Nesse ponto, os socinianos não podem ser acusados de inconsistência; eles podem ser acusados de rejeição das Escrituras. Que isso seja suficiente como um exemplo de objeções que foram levantadas contra a doutrina escriturística.

12. Expiação
Embora uma longa exegese dos versos logo acima não seja necessária para estabelecer a ideia de substituição, a substituição não é toda a história. Por um lado, nem todos os sacrifícios substitutivos são penalidades. Quando um rebatedor substituto, substituindo um jogador menos confiável, faz uma jogada de sacrifício, ele não está cumprindo nenhuma penalidade previamente imposta ao batedor regular. Em um desastre de mina em que as condições são tais que apenas um dos dois homens pode sair com vida, um único homem pode sacrificar sua vida por um pai com vários filhos. É substituição, mas não penalidade. A morte de Cristo, no entanto, foi uma penalidade
Na lista anterior de versículos, Gálatas 3:13 continha a ideia de penalidade. A maldição da lei é a pena de morte que a lei inflige. Cristo se tornou essa penalidade, ou levou essa maldição, por nós. Hebreus 9:28, reforçado por todas as outras referências do Antigo Testamento, retrata Cristo como oferecido a Deus em sacrifício levando os pecados de muitos. Esta epístola foi escrita principalmente para judeus. Não apenas o capítulo nove, mas muito mais nos outros capítulos, lembrava aos judeus os sacrifícios e penalidades do Velho Testamento pelo pecado: Certamente ele suportou nossas dores; ele foi ferido por nossas transgressões; e o castigo ou penalidade de nossa salvação estava sobre ele, pois por suas pisaduras fomos curados.
Expiação significa o cancelamento do pecado, purgando-o, lavando-o, encobrindo-o (embora não no sentido pejorativo contemporâneo). É comum falar em expiar um crime pagando a pena. A palavra inglesa expiar aparentemente não ocorre na versão King James, mas a Bíblia está cheia de expressões que descrevem a purificação dos pecados. Estes são expiados, não cumprindo uma pena na prisão, mas pelo sangue derramado de Cristo. Primeiro, alguns versículos descrevem as antecipações do Antigo Testamento; segundo, o Novo Testamento afirma a realidade antecipada.

Levítico 1: 4: E porá a mão sobre a cabeça do holocausto, e será aceito por ele para fazer expiação por ele.
Levítico 4: 3,4: Se o sacerdote ungido peca, trazendo a culpa sobre o povo, então que ele ofereça ao Senhor pelo pecado que cometeu um novilho sem mancha como oferta pelo pecado. Ele deve trazer o touro à porta do tabernáculo da reunião perante o Senhor, colocar sua mão sobre a cabeça do touro e matar o touro diante do Senhor. (Compare o restante do capítulo e também o capítulo 16.)
Levítico 17:11: Porque a vida da carne está no sangue, e eu vo-lo dei sobre o altar para fazer expiação por vossas almas; pois é o sangue que faz expiação pela alma.
João 1:29: No dia seguinte, João viu Jesus vindo em sua direção e disse: "Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!"
Romanos 5: 9: Muito mais então, agora que fomos justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira.
Hebreus 1: 3: Quem sendo o resplendor de sua glória e a expressa imagem de sua pessoa, e sustentando todas as coisas pela palavra de seu poder, quando ele mesmo havia purificado nossos pecados, sentou-se à destra da Majestade em alta.
Hebreus 9:26: Ele então teria que sofrer muitas vezes desde a fundação do mundo; mas agora, uma vez no final dos tempos, ele apareceu para aniquilar o pecado pelo sacrifício de si mesmo (compare 10: 4-14).
1 João 1: 7: Mas, se andarmos na luz como ele na luz, temos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus Cristo seu Filho nos purifica de todo pecado.
Revelação E eu disse a ele: “Senhor, você sabe.”
7: 14-15: Então ele me disse: “Estes são os que vieram da grande tribulação, lavaram suas vestes e as branquearam no sangue do Cordeiro. Portanto, estão diante do trono de Deus e o servem dia e noite em seu templo. E aquele que está assentado no trono habitará no meio deles.
A ideia de que de alguma forma ou o pecado de outro homem é expiado é declarada tão claramente nestes versos que dificilmente há a possibilidade de que outra linguagem possa declará-lo mais claramente; e não meramente “de uma forma ou de outra”, mas de uma maneira definida; pois, para usar um exemplo, Hebreus 1: 3 diz que Cristo purificou nossos pecados. Foi obra dele, não nossa. Mas, embora a ideia básica seja tão clara, pode-se notar um ou dois pontos que podem ter escapado ao leitor descuidado. A expiação não é um aprimoramento moral do pecador. Quando nos negócios humanos um homem expia seu pecado com uma pena na prisão, isso não necessariamente, nem mesmo normalmente, o torna um homem melhor. O que seu encarceramento faz é libertá-lo de qualquer outra penalidade. Da mesma forma, quando Cristo pagou nossa penalidade, ficamos livres de qualquer outra penalidade. Se a culpa significa responsabilidade por punição, a expiação remove essa responsabilidade. O pagamento da pena pode ou não induzir melhora moral; não remove contaminação ou depravação; cancela a culpa - isso é tudo.
Embora a expiação seja uma ideia tão simples que requer pouca explicação, é uma das mais importantes na

pregação do Evangelho a pecadores não salvos. Eles precisam saber que seus pecados podem ser perdoados, lavados, não mais imputados a eles. Portanto, mais algumas palavras sobre o assunto podem dar-lhe uma ênfase necessária.
Para colocá-lo no estilo de púlpito adequado, o texto pode ser: "Jesus tomou o pão e, tendo dado graças e abençoado, ele o partiu. . . . depois do jantar, ele pegou a xícara. . . e disse: Bebei tudo isso. . . este cálice é a nova aliança em meu sangue, que é derramado por muitos para remissão de pecados ". Essas palavras, com ligeira variação, ocorrem em Mateus 26:26; Marcos 14:22; e Lucas 22:19.
Aqui, Cristo chamou seu sangue de aliança, trazendo assim à tona tudo o que o Antigo Testamento havia ensinado sobre a aliança. É difícil se ater bem ao assunto, pois todas as Escrituras estão entrelaçadas, e uma passagem precisa de explicação
ção de outro. Não apenas alguém pode se referir ao Antigo Testamento aqui, mas também pode referir-se a tudo o que a epístola aos Hebreus diz sobre a aliança. Sem menosprezar o ministério de ensino de Cristo, esta instituição da Ceia do Senhor indica que em todas as épocas que virão sua morte será comemorada. Havia algo em sua morte que seu ensino não poderia fazer. Esse algo foi a remissão de pecados.
Mais uma vez, o sangue derramado para a remissão dos pecados nos leva de volta aos sacrifícios do Velho Testamento.9 Moisés instruiu os israelitas a matar um cordeiro e sacrificá-lo. Foi um sacrifício feito a Deus. Possivelmente, muitos daqueles antigos judeus não entenderam que seu sacrifício prefigurava um sacrifício posterior e mais perfeito. Possivelmente, e provavelmente com o passar do tempo, os adoradores mais devotos presumiram que seus sacrifícios atuais prenunciavam um maior. Em qualquer caso, o sacrifício trouxe o perdão dos pecados. Com esse histórico, Jesus disse a seus discípulos que seu sangue derramado purificaria seus pecados. Sua morte é a causa e a remissão é o efeito.
Isso exclui qualquer teoria de expiação de influência moral. A influência moral não é expiação em nenhum caso. A influência moral pode, de fato, em alguns casos, resultar na melhoria de sua própria vida. Os rapazes costumam ser tão inspirados pela conduta de algum herói que desejam imitá-lo na ciência, nos estudos, na política ou mesmo no beisebol. Possivelmente Renan e Bushnell foram estimulados a imitar o exemplo de gentileza e amor de Jesus. Mas a morte de Cristo é antes de tudo direcionada para o cancelamento de uma vida passada, e somente depois para a melhoria de seus dias futuros. Seu objetivo era o perdão dos pecados. A influência moral não perdoa nada.
É claro que a expiação não é tudo que existe na doutrina da Expiação. O próximo ponto é talvez a parte mais importante desta doutrina central da Bíblia.

13. Propiciação
Este elemento mais importante na doutrina da Expiação é, sem dúvida, o elemento que os hereges mais odeiam vigorosamente. H.B. Smith (System of Christian Theology, 437, nota) faz uma observação introdutória pertinente:
Um escritor que se tornou proeminente como polêmico neste assunto, escreveu, há alguns anos, "Todo novato em teologia sabe ou deve saber que expiação significa nada mais do que expiação, ou seja, a reconciliação das partes opostas." Mas ninguém, a não ser um novato em teologia, sabe que esse é o seu único sentido. Mesmo admitindo a correção da etimologia, deve-se dizer que esta maneira de reduzir o grande significado da linguagem às menores dimensões possíveis, por meio apenas da etimologia, e de resolver as controvérsias teológicas por um apelo ao sentido primitivo das palavras antes de elas ganhou seu significado completo é indigno do erudito e teólogo. Toda a etimologia do mundo nunca seria suficiente para mostrar que expiação significa apenas reconciliação - pela razão muito clara de que por centenas de anos ela carregou na língua inglesa um sentido adicional, isto é, inclui uma designação do modo em qual a reconciliação foi afetada. . . a doutrina da expiação, expiação ou satisfação, feita por Cristo em seu sangue.
A palavra portuguesa expiação não apenas designou um modo pelo qual a reconciliação foi efetuada, mas o desejo de compreender esse modo motivou os cristãos inteligentes desde os dias dos apóstolos até o presente. Uma das primeiras tentativas, por mais seriamente apresentada, parece estranhamente perversa agora. Partindo do fato inegável de que o pecado trouxe a raça humana sob o poder de Satanás, e olhando para o versículo que diz que a morte de Cristo é um resgate, muitos dos primeiros teólogos - não incluindo Atanásio - sustentaram que a morte de Cristo foi o resgate pago ao diabo. Essa era a opinião de Irineu, Orígenes, Gregório de Nissa; mas Gregório de Nazianzo chama isso de blasfêmia, e Hilário até afirma que a morte de Cristo foi uma satisfação penal oferecida a Deus. No entanto, Ambrose, alguns anos depois, deu continuidade à ideia de um resgate ao diabo. Isso provavelmente explica por que Agostinho fez algum uso dessa doutrina primitiva. De qualquer forma, foi uma opinião amplamente aceita. Mas embora Agostinho diga algumas coisas que soam como a doutrina primitiva, seus comentários são mais vagos e outras idéias sobre a expiação surgem.
Anselmo (1109), que, embora ainda possuído pelas superstições sobre a penitência desde os tempos antigos, com grande originalidade começou a compreender o conceito de satisfação e rejeitou explicitamente a satisfação do diabo. Abelardo (1142) aguçou estes argumentos: (1) Cristo redimiu apenas os eleitos, e estes nunca estiveram no poder do diabo; (2) se o diabo seduziu o homem, isso não lhe dá direito sobre o homem, mas o torna merecedor de punição; e (3) o diabo não poderia dar ao homem a imortalidade que ele prometeu e, novamente, não poderia ter direitos sobre ele. "Por essas razões", diz Abelardo, "parece convincentemente provado que o diabo não tinha ... nenhum direito contra o homem. . . exceto talvez [por]. . . a permissão do Senhor que entregou o homem a ele como carcereiro ou torturador para punição "(Migne, II, col. 834).
Essas idéias eram difíceis para os homens daquela época assimilarem. Bernardo de Clairvaux (1153), um místico confuso, voltou à visão anterior. Em oposição a Abelardo, ele afirmou que a redenção por um resgate pago ao diabo é uma doutrina com a qual todos os médicos desde os apóstolos concordam. Deixe Abelardo saber que o diabo não apenas tinha um poder, mas um justo poder sobre os homens. O homem foi mantido cativo por ele com justiça (e Deus tinha a obrigação de pagar ao diabo).
A história é interessante; e a menos que assim tivesse ocorrido, hoje poderíamos ter ficado tão perplexos quanto, talvez não Bernard, mas Agostinho. O objetivo agora é mostrar que a morte de Cristo foi um sacrifício

para satisfazer a justiça de Deus. Em outras palavras, a morte de Cristo foi um sacrifício propiciatório. A própria palavra propiciação não é frequente, mas ocorre e não pode ser desconsiderada.

Romanos 3:25: ... a quem Deus estabeleceu para ser uma propiciação pelo seu sangue, pela fé, para demonstrar a sua justiça, porque na sua tolerância Deus havia passado por cima dos pecados que foram anteriormente cometidos.
Hebreus 2:17: Portanto, em todas as coisas ele tinha de ser semelhante a seus irmãos, para ser um sumo sacerdote misericordioso e fiel nas coisas concernentes a Deus, para fazer propiciação pelos pecados do povo.
1 João 2: 2: E ele mesmo é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também por todo o mundo.
1 João 4: 10: Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho para propiciação pelos nossos pecados.

Todos esses quatro versículos usam a palavra, verbo ou substantivo, propiciar. O verbo em hebraico é ilaskesthai. É reconciliação traduzida incorretamente na versão King James. A Nova Versão King James citada acima tem isso corretamente: propiciação. Existem também cerca de dez ocorrências de outra palavra traduzida como reconciliar. Como o último não é um sinônimo preciso, a atenção ficará restrita ao primeiro. No entanto, deve ser entendido que a doutrina da propiciação não se baseia apenas nesses versículos. Atrás deles estão as proposições bíblicas sobre a ira de Deus - um tópico impopular, mas indispensável para a religião bíblica.

Mateus 3: 7: Quem o avisou para fugir da ira que está por vir?
João 3:36: Mas a ira de Deus permanece sobre ele.
Romanos 1: 18: Porque a ira de Deus é revelada do céu.
Romanos 2: 5,8:. . . ira no dia da ira. . . indignação e ira (compare Romanos 4:15, 5: 9, 9:22).
Efésios 2: 3:. . . filhos da ira. . .
Efésios 5: 6: Por causa dessas coisas, a ira de Deus vem sobre os filhos da desobediência (compare Colossenses 3: 6).

Agora, propiciação é um processo ou outro pelo qual a raiva ou ira de uma pessoa para com outra é dissipada. Propiciar significa colocar a ira de lado, reconciliar, tornar uma pessoa favorável.
O primeiro significado listado em Liddell e Scott é apaziguar. A segunda tradução é conciliar. O terceiro é seu uso particular e peculiar em Hebreus 2:17. Não há preposição após o verbo, e pode-se pensar em traduzi-lo como "propiciar os pecados do povo". Mas sms são expiados; Deus é propiciado. No entanto, é igualmente verdade que os pecados não são reconciliados. Portanto, em ambos os casos, uma preposição deve ser inserida em inglês; e, portanto, a Nova Versão King James é justificada ao traduzi-la "fazer propiciação pelos pecados do povo".
No Antigo Testamento, o adorador arrependido oferecia o sacrifício de um cordeiro.10 A queima das partes designadas do cordeiro no altar não tinha como objetivo principal produzir qualquer mudança psicológica no adorador. A mudança chamada arrependimento ocorreu antes do sacrifício ser oferecido. Após o sacrifício, o adorador pode experimentar uma sensação de alívio ou perdão; mas isso só pôde acontecer porque ele acreditava que Deus havia aceitado seu sacrifício e desviado sua raiva dele. Assim, o objetivo principal do sacrifício era apaziguar a ira de Deus e reconciliá-lo consigo mesmo
Quase todos os americanos sabem o nome do grande dia sagrado judaico, Yom Kippur, o Dia da Expiação. Em hebraico, a palavra tem várias formas: kapar, koper, kapporet. Um dos significados dessa raiz é resgate. Para citar o Livro Teológico do Antigo Testamento (Harris, Archer e Waltke, I, 453),
Todo israelita devia dar para o serviço do santuário o dinheiro do “resgate” de meio siclo. . . . Esta palavra “resgate” é paralela à palavra “resgatar” (padd, que ver) em Salmos 49: 7. Há um aviso de que um homem culpado de assassinato deve ser morto - nenhum “resgate” pode ser dado em troca de sua vida. . . . [Kapar]
. . . significa “expiar oferecendo um substituto”. . . o ritual sacerdotal de aspersão do sangue sacrificial. . . . O verbo é sempre usado em conexão com a remoção do pecado ou contaminação, exceto em Gn 32:20; Prov 16:14; e Is 28:18 onde o significado relacionado de “apaziguar com um presente” pode ser observado. . . . A vida do animal sacrificial especificamente simbolizado por seu sangue era exigida em troca da vida do adorador. . . a expressão simbólica de uma vida inocente dada por uma vida culpada. Este simbolismo é ainda mais esclarecido pela ação do adorador
em colocar as mãos sobre a cabeça do sacrifício e confessar seus pecados sobre o animal.
Veja também os parágrafos sobre kippur e kapporet.
Dificilmente se pode negar que o Antigo Testamento é o pano de fundo do Novo. Na verdade, o Novo Testamento seria ininteligível sem o Antigo. Portanto, quando os escritores do Novo Testamento falaram da morte de Cristo como um sacrifício, o que mais eles poderiam querer dizer, exceto uma morte expiatória para propiciar a Deus e reconciliá-lo com nós mesmos?
Agora é engraçado, mas ainda instrutivo, observar a defesa de um revisor da religião do judaísmo de Bousset no sentido de que não contém nenhuma exposição da teoria judaica do sacrifício "porque não havia nenhuma". Neste século, nossos inimigos geralmente concordam que as Escrituras ensinam o que sempre dissemos que elas ensinam. Esta fase do liberalismo do século XIX está extinta.
Que o Novo Testamento está firmemente baseado na concepção do Antigo Testamento de um sacrifício vicário e propiciatório é, não mais claramente, mas mais extensamente mostrado, na epístola aos Hebreus. Ele usa toda a linguagem sacrificial. Hebreus 2:17 já foi citado com seu verbo ilaskesthai. Mas Hebreus fala apenas mais extensivamente, pois todas as referências ao sangue de Cristo levam a mesma mensagem. 11
Finalmente, Cristo era o cordeiro de Deus. Ao aceitar a pena pelos nossos pecados, ele satisfez a justiça de Deus, propiciando a Deus e reconciliando Deus com aqueles que haviam sido seus inimigos, para que Deus pudesse ser justo e justificador daquele que tinha fé em Jesus.
O parágrafo acima disse que Cristo satisfez a justiça de seu pai. Isso exige uma menção especial. Desde os

tempos subapostólicos até a Idade Média, a visão predominante era que a morte de Cristo foi um resgate pago a Satanás. Satanás tinha certos direitos sobre o homem, a quem ele havia escravizado, e o homem não poderia ser redimido sem que alguém pagasse um preço de resgate satisfatório a Satanás. Bernardo de Clairvaux, tremendamente influente, o instigador da sangrenta e desastrosa segunda cruzada, tinha essa visão em oposição a Abelardo. Ele não estava tão convencido de que a teoria de Abelardo estava errada e outra estava certa, pois ele estava de que todas as teorias estavam erradas e que os teólogos não deveriam pensar. Ele condenou a influência de Abelardo que resultou em "meninos na rua" discutindo a doutrina da Trindade. Pelo contrário, o êxtase é melhor do que a compreensão e mais se aprende em transes e visões do que pelo raciocínio. Ele também defendeu a rapacidade da hierarquia. Um dos alunos de Abelardo, Arnaldo de Brescia, agitou pela restauração ao povo da riqueza que os sacerdotes haviam extorquido deles. Bernard teve que reconhecer que Arnold não era um libertino - ele era um asceta - mas acusou-o de ser aliado do diabo, faminto e sedento pelo sangue das almas. Apesar do fato de que duas das publicações de Abelardo foram condenadas pela Igreja, os protestantes de hoje tendem a classificá-lo como um romanista vigoroso por causa de sua forte insistência no sacrifício da missa.

Teólogos conservadores do século atual costumam descrever a teoria da Expiação de Abelardo como a teoria da influência moral. Abelardo de fato enfatizou a ideia de que o sacrifício de Cristo estimula nosso amor e avanço na santificação. Mas sua teoria dificilmente é a teoria da influência moral moderna, como é encontrada em Horace Bushnell. Abelard segurou

que Cristo pagou um resgate, não a Satanás, mas ao pai. Ele compara "os resultados dos pecados de Adão com os da obediência de Cristo e faz uso do princípio do mérito". ⋆ Ele fala da morte de Cristo como um sacrifício pelo pecado e usa as expressões de 1 Pedro de que Cristo levou nossos pecados. O problema é, claro, que Abelardo, apesar de sua grande habilidade lógica, neste caso não era completo nem consistente. Ele também não gostava, era incompreendido e era alvo de muitas acusações falsas ^

Brehier chega a considerar que Abelardo foi um realista platônico, pelo menos em teologia (586, 591), embora em filosofia ele seja claramente um aristotélico.

Anselmo (1109), um pouco mais velho de Abelardo, já havia renunciado à teoria de que o sacrifício de Cristo foi oferecido a Satanás. Ele falou disso como uma satisfação da honra do Pai. Nós, que falamos da satisfação da justiça do Pai, podemos desculpar Anselmo com o fundamento de que a justiça é um componente da honra, e as prerrogativas que Anselmo atribui à honra podem ser facilmente transferidas para a justiça; mas é verdade que Anselmo não tornou a doutrina tão precisa como os reformadores o fizeram. Embora o tratado Cur Deus Homo de Anselmo tenha sido um avanço notável no desenvolvimento da teologia, ele tinha pelo menos duas falhas: uma meramente peculiar, a outra fatal. Curiosamente, Anselmo calculou o número de santos eleitos como igual ao número de anjos caídos, de forma que a população do Céu não fosse diminuída por sua exclusão.

A falha fatal é que Anselmo professou obter a doutrina da Satisfação sem depender das Escrituras. Pode parecer incrível que "deixando Cristo fora de vista (como se nada tivesse sido conhecido dele) [este livro] ⋆ Robert S. Franks, Uma História da Doutrina da Obra de Cristo (Hoddard e Stoughton , 1918), Vol. 1, 190.

f Emile Brehier, Histoire de la Philosophie, 1951, Tomo I, # 3, 583.

prova, por razões absolutas, a impossibilidade de que qualquer homem seja salvo sem ele "(Anselm, trad. por S.N. Dean, Chicago, 1926, 177). Isso é do Prefácio. A ideia é repetida uma ou duas vezes; e no final, a observação final de Boso, aluno de Anselmo com quem ele está falando, é "Eu vejo a verdade de tudo o que está contido no Antigo e no Novo Testamento, pois. . . deixando de fora o que foi tirado da Bíblia. . . você convence judeus e pagãos pela mera força da razão "(287).

A primeira seção deste tratado, com o subtítulo "Introdução ao Método", enfatizou a indispensabilidade das Escrituras. Ainda mais deve ser enfatizado, porque (como ficará claro um pouco mais tarde) Jonathan Edwards e A.A. Hodge, embora reconheçam que eles não excluem as Escrituras tão completamente como Anselmo, mesmo assim derivam algumas de suas teses da experiência.

Que a justiça, em vez da honra, é o fator mais preciso, Romanos 3: 25-26 torna inequivocamente evidente. Pode-se dizer com considerável plausibilidade que Romanos 3: 21-26 é o parágrafo mais importante da Bíblia. O versículo 25 diz que Deus apresentou Cristo - o verbo significa projetar, propor ou apresentar publicamente - como uma propiciação. A ideia de propiciação tem como pano de fundo a ira de Deus, mencionada em Romanos 1:18 e especificada a partir desse versículo até 3:20. No versículo 21, Paulo chama a atenção para a justiça de Deus. Esta justiça tem duas formas, uma que está de alguma forma conectada tanto com Jesus quanto com aqueles que crêem nele, mas também no versículo 25 a justiça do próprio Deus. Agora, o ponto de tudo isso é que Deus planejou a morte de Cristo como uma propiciação para que Deus pudesse ser duas coisas aparentemente incompatíveis: que ele pudesse ser não apenas o justificador daquele que crê em Jesus, mas também que ele mesmo pudesse ser apenas fazendo.

Embora este tratado não seja um comentário sobre a Confissão de Westminster, a Confissão evidencia as conclusões e crenças de seus autores e de seus numerosos adeptos. Uma frase em VIII, v, é "O Senhor Jesus, por sua perfeita obediência e sacrifício de si mesmo. . . satisfez plenamente a justiça de seu Pai. " Além de Romanos 3:25 e 26, a nota de rodapé adiciona como referências de apoio Romanos 5:19, Hebreus 9:14, Efésios 5: 2. Isso é calvinismo; mas também é luteranismo. A Confissão de Augsburg (1530) diz resumidamente, "com sua morte satisfez os nossos pecados" (Art. IV). A Fórmula da Concórdia - primeiro escrita em alemão, depois mal traduzida para o latim, e então um tanto alterada e colocada em um latim melhor - embora enfatize, como se poderia esperar, a justificação pela fé somente, é dolorosamente deficiente quanto à obra de Cristo. Século passado I.A. Dorner, um notável, embora nem sempre o mais ortodoxo dos teólogos - e por isso mais convincente - afirmou: "Contemplar a humanidade em Cristo como dando satisfação à Justiça divina, Deus vê nele, aquele que sofreu por nós, e no amor aos a justiça divina ofereceu-se em sacrifício a Deus ... "(A System of Christian Doctrine, trad. por Cave and Banks, Edimburgo, 1882; Vol. IV, 116) .12

Na próxima página, Dorner menciona a satisfação da justiça duas vezes. Página 121 refere-se a "justiça punitiva"; a página seguinte fala de "culpa e deserto penal efetivo" e "uma satisfação à justiça divina". Isso, creio eu, é evidência suficiente da posição luterana histórica.

É claro, portanto, que toda a Reforma Protestante, ou seja, seus dois ramos, Luteranismo e Calvinismo,

concordou que a morte de Cristo foi um sacrifício para propiciar a ira de Deus e para preservar sua justiça ao justificar o pecador.
Ao expor essa doutrina e defendê-la contra visões não-bíblicas, os teólogos, naturalmente, têm usado muitos argumentos. Esses argumentos, embora elaborados com a melhor das intenções, nem sempre foram isentos de falhas. Às vezes disjunções incompletas foram usadas; termos importantes são freqüentemente deixados indefinidos ou (embora isso não seja culpa dos autores), se devidamente definidos, eles se tornaram obsoletos na linguagem moderna. O público cristão, portanto, permanece confuso e desinstruído. Por exemplo, os primeiros teólogos distinguiriam entre justiça distributiva e justiça governamental. H.B. Smith (System of Christian Theology, New York, 1884, 464-470) distingue, ou, melhor, deixa de distinguir entre justiça distributiva e justiça geral. Ele também se refere à justiça pública: "A Expiação, embora satisfaça indiretamente a Justiça Distributiva, não consiste nisto: consiste em satisfazer as Demandas da Justiça Pública" (470). Uma nota de rodapé para esta frase diz: "Justiça real e essencial é o que se entende por justiça pública". É claro que tudo isso não está muito claro.
Agora, alguns cristãos bem-intencionados podem se ofender tanto com esta logomaquia quanto com sua exposição. Justiça é justiça, eles podem dizer, e Cristo satisfez a justiça de Deus, ponto final! No entanto, por várias razões, essa aversão ao pensamento claro é lamentável. Primeiro, ele deixa uma série de perguntas sem resposta; deixa a doutrina bíblica menos explicada do que o necessário. Em segundo lugar, pelo menos duas formas de justiça devem ser distinguidas, mesmo que a distinção resulte em dores de cabeça. Em vez de alguma terminologia antiga, vamos falar da justiça civil ou financeira como algo distinto da justiça criminal. A distinção é esta: se o Sr. X deve cem dólares ao Sr. Y, a justiça financeira ficará completamente satisfeita se o Sr. Z pagar a dívida pelo Sr. X. Mas se o Sr. X roubar um banco ou assassinar alguém, o Sr. Z não pode satisfaça a justiça tomando sua punição. A justiça criminal exige que o próprio criminoso, e ninguém mais, sofra
a penalidade. Ora, visto que o pecado é um crime, não uma dívida financeira, a satisfação da justiça divina sem que a pena seja imposta ao próprio pecador constitui um grande problema. Então, em terceiro lugar, uma defesa falaciosa de uma doutrina não apenas falha em estabelecer a doutrina, mas leva muitas pessoas a concluir que ela é falsa. Essa conclusão, é claro, é tão falaciosa quanto a asneira do teólogo. Se o argumento p não prova que q é verdadeiro, isso não significa que q seja falso. Mas, como a falta de lógica é generalizada, uma defesa inadequada da Expiação induz algumas pessoas a rejeitar a doutrina. Na medida do possível, o teólogo deve tentar evitar tal reação; e a maneira mais segura de fazer isso é argumentar logicamente. Nos próximos parágrafos agora, a tentativa será explicar e defender as conclusões, ou seja, a doutrina bíblica da Expiação, enquanto expõe algumas das falácias usadas para apoiá-la.
O argumento se tornará bastante complexo. Vários problemas estão interligados - tão interligados que primeiro, segundo e terceiro se tornam mais uma mera numeração do que uma progressão lógica.
Primeiro, se a justiça criminal exige que a pena seja executada no próprio criminoso, como Deus poderia ficar satisfeito com um substituto? Em segundo lugar, se Deus aceitou a ideia de um substituto, era absolutamente necessário que seu Filho fosse esse substituto? A crucificação e a morte, quem quer que seja o substituto, eram os únicos meios possíveis? Deus não poderia ter ficado satisfeito com alguma outra penalidade? Vamos ser claros sobre isso. A Escritura ensina inequivocamente que, na verdade, Cristo é o único substituto, que não há salvação em nenhum outro nome e que é necessário que dependamos apenas dos méritos de Cristo. É assim que realmente é. Mas poderia Deus ter escolhido um método diferente? O que ele realmente escolheu é óbvio. O que ele pode ter escolhido é uma questão diferente.
Um argumento impressionante a favor da cruz é a oração de Cristo: "Pai, se for possível, deixe este cálice passar de mim."
A implicação é a impossibilidade de qualquer outro método. No entanto, esta oração em si mostra apenas uma necessidade já estabelecida. O processo já havia começado: Deus havia feito algumas promessas a Abraão, a Davi; e Cristo já havia se tornado encarnado. O processo estava muito avançado. Era tarde demais para mudar. O mesmo acontece conosco agora. Podemos dizer que a fé em Cristo é necessária para nossa salvação. Então é. Esta é a condição real. Mas nada disso enfrenta diretamente a questão: Deus poderia ter escolhido de outra forma? O problema é o da necessidade absoluta da morte de Cristo.
Terceiro, e isso está implícito no ponto dois, se Deus não pudesse ter escolhido de outra forma, podemos considerá-lo absolutamente e em todos os aspectos soberano? Se ele fosse soberano, não poderia ter aceitado não apenas uma penalidade menor, mas mesmo nenhuma penalidade? Essa questão exige que declaremos a relação entre justiça e soberania, e alguns teólogos o fizeram de maneira um tanto confusa.
Já ficou claro que a justiça de Deus está de alguma forma envolvida. Romanos 3: 25-26 não pode ser interpretado de outra forma. Justiça é claramente um dos atributos de Deus. O Breve Catecismo, que toda criança deveria ter memorizado antes de entrar no ensino médio, diz: "Deus é um Espírito infinito, eterno e imutável no Seu. . .justiça ... . " É estranho que um teólogo muito ortodoxo, como Arthur W. Pink, pudesse escrever até mesmo um pequeno volume sobre Os Atributos de Deus sem mencionar a justiça de Deus.13 Faremos mais do que mencioná-lo.
Jonathan Edwards14 enfatizou a justiça de Deus, não apenas em seu famoso sermão, Pecadores nas mãos de um Deus irado, mas também em seus outros sermões e discursos. Mas como A.A. Hodge diz essencialmente as mesmas coisas, em maiores detalhes, é necessário apenas recomendar Edwards ao público contemporâneo. John Murray, de data recente, escreve na mesma tradição, mas mais popularmente e com menos detalhes. Parte de seu material serve muito bem como uma preparação para A.A. Hodge.
Esses homens e outros normalmente dizem que não havia necessidade de Deus salvar ninguém, mas se ele quisesse salvar alguém, era necessário que ele usasse o método da cruz. Por exemplo: "Deve ser entendido que não era necessário que Deus redimisse os homens. O propósito de redimir é o exercício livre e soberano de seu amor. Mas tendo o propósito [em algum momento ou outro?] De redimir, a única alternativa era o derramamento de sangue de seu próprio Filho? " Então John Murray responde afirmativamenteï Para defender esta resposta, ele adiciona as seguintes linhas nas próximas duas páginas: "Aqueles que pensam que, em busca do propósito salvífico de Deus, a cruz não era intrinsecamente necessária estão, na realidade, não lidando com a hipotética necessidade de a expiação, mas com uma salvação hipotética. Pois, em sua própria admissão, eles não estão dizendo que a salvação real projetada e concedida poderia ter sido

desfrutada sem Cristo, mas apenas a salvação de menor caráter e glória. ”
Quais pessoas fizeram essa “sua própria admissão” Murray não disse. É tautológico e inútil insistir que, se a salvação tivesse sido realizada por um método diferente, os santos
no céu não poderia ter nenhuma memória de Cristo sendo crucificado. Eles estariam, no entanto, livres do pecado e desfrutariam de todas as bênçãos beatíficas. Com exceção da falta de memória de algo que não havia acontecido, o estado celestial seria o mesmo. Como alguém pode saber que isso seria “salvação de menor caráter e glória”?
Seu livro anterior oferece uma exposição um pouco mais detalhada. * Ele observa que Agostinho e Tomás de Aquino falaram de “necessidade hipotética”, enquanto a maioria dos protestantes defende a necessidade absoluta. O termo “necessidade hipotética” significa que havia outros métodos possíveis, mas que Deus escolheu este. Visto que Deus poderia ter escolhido outro método, não há nada na natureza de Deus que torne o método real da cruz indispensável. A visão de Murray é, claro, que a salvação não era necessária - não havia nada na natureza de Deus que tornasse a salvação necessária - mas uma vez que ele escolheu livremente salvar alguns, ele não poderia ter escolhido qualquer outro meio.
Murray cita vários versos para apoiar sua posição, mas parece-me que nenhum deles prova seu ponto. Todos eles insistem e deixam perfeitamente claro que Deus escolheu o método da cruz. Eles não mostram que um método diferente era impossível. Além das referências bíblicas, Murray apresenta três argumentos, cada um deles uma falácia lógica. Ele parece sentir que eles são falaciosos, pois na página 13 ele os apresentou dizendo: “Ao aduzir essas considerações, deve ser lembrado que elas devem ser vistas em coordenação e em seu efeito cumulativo”. Mas o efeito cumulativo de várias falácias é simplesmente uma ilogicidade multiplicada. Em seguida, na página 17, ele argumenta que esta necessidade absoluta é a única situação em que a morte de Cristo pode ser a "exibição suprema de amor". Mas isso é muito duvidoso. Algumas pessoas podem preferir exatamente o contrário: se Deus escolheu o método da cruz sem ser necessário fazê-lo, seu amor teria sido demonstrado de forma mais clara, não menos clara.
Redemption Achplished and Applied, Eerdmans, 1955, 11-17.

É preciso ter cuidado ao ler as obras de John Murray. Ele tem um domínio notável da língua inglesa, é na maioria dos casos bastante ortodoxo, mas às vezes é deficiente em lógica. Além do exemplo que acabamos de citar, seu livreto A Oferta Gratuita do Evangelho15 chega a uma conclusão estranha.
Para se preparar para a conclusão, o livreto (14), ao falar de Ezequiel 33: 4-11, diz: “‘ Não tenho prazer na morte do ímpio ’- não admite limitação ou qualificação; aplica-se aos ímpios que realmente morrem em sua iniqüidade. ” Se esta exegese está de acordo com a Confissão de Westminster III, 3, 7; V, 6; e XXXIII, 2 não é, no momento, o ponto em questão; é mencionado para preparar a conclusão. Na página 15, o livreto repete: “É absoluta e universalmente verdade que Deus não tem prazer ou não deseja a morte de uma pessoa iníqua”. Ainda assim, não está claro como Deus pode predestinar a morte de uma pessoa iníqua sem desejá-la. Então, novamente, o livreto aplica Ezequiel 33:11 a toda a humanidade, enquanto o próprio texto menciona apenas a casa de Israel. No caso de Isaías 45: 22-23, a interpretação de Murray implica a salvação universal e não apenas uma oferta universal. A menção de Deus como criador em Isaías 45:12, 18 “tem o efeito de trazer para o primeiro plano uma relação que ele mantém com todos os homens” (20). É claro que Murray e Stonehouse não acreditam na salvação universal; mas sua linguagem trai sua confusão: “Embora, por um lado, ele não tenha decretivamente desejado que todos sejam salvos, ainda assim ele declara inequivocamente que é sua vontade e, implicitamente, seu prazer que todos voltem e sejam salvos” (20- 21). Mas se era seu prazer que todos fossem salvos, como poderia Isaías dizer: “Ele verá o trabalho de sua alma e ficará satisfeito”? Jó 42: 2 diz: "Nenhum propósito seu pode ser negado de você." E um propósito não é um desejo? E Deus não faz toda a sua vontade? No Salmo 135: 6, Deus diz: “Tudo o que o Senhor agrada, ele faz”. Se ele tivesse o prazer de salvar a todos, ele os teria salvado. Ele não os salvou. Portanto, ele não gostou.
Agora, é interessante ver como Murray e Stonehouse tentam gerenciar o problema que criaram. “O próprio Deus expressa um desejo ardente pelo cumprimento de certas coisas que ele não decretou. . . . Isso significa que há uma vontade de realizar o que ele não desejou decretivamente, um prazer em relação ao que ele não quis decretar. Isso é realmente misterioso ”(26).
Agora observe o que aconteceu. Os dois autores usaram a exegese e o argumento de forma a produzir uma contradição. Mas eles estão tão seguros de seus argumentos que não querem admitir que possam ter cometido um erro. Isso não é modéstia intelectual. Quando os pensamentos levam à contradição, a coisa lógica e humilde a fazer é voltar e descobrir onde ocorreu o erro.16
Os argumentos às vezes são complicados, mesmo quando o assunto não é a Expiação. De fato, neste tópico os argumentos devem se tornar intrincados, pois o plano de salvação em sua totalidade cobre inúmeros detalhes. Portanto, antes de uma resolução do problema da justiça versus soberania - a necessidade absoluta ou hipotética da morte de Cristo, o significado exato da necessidade quando se refere a Deus e sua relação com o livre exercício do amor de Deus - uma discussão sobre a chefia federal, a de Adão e a de Cristo parecem essenciais.

15. Chefia Federal
O parágrafo bíblico mais importante sobre a chefia federal é Romanos 5: 12-21, e a melhor exegese é a de Charles Hodge em seu tremendo Comentário sobre a Epístola aos Romanos. 17 W.G.T. O comentário de Shedd também é muito bom.
Enquanto espera para obter e estudar esses comentários, o leitor pode passar o tempo percorrendo os próximos parágrafos superficiais aqui.
Romanos 5: 12-21 é obviamente uma comparação, de algum tipo, entre Adão e Cristo. Interessante, e surpreendente para nós, é o fato de que Paulo espera que seus leitores já saibam qual era a função de Adão e aprendam com ela qual era a função de Cristo. Hoje, a explicação deve ser dada ao contrário. Que Adão e Cristo tinham relacionamentos semelhantes com certos grupos de seres humanos é perfeitamente claro. A questão é: qual era essa função? Visto que há uma semelhança, qualquer explicação que não se aplique a Adão e Cristo deve estar errada.
Pelágio, o oponente do grande Agostinho, está errado porque Romanos afirma e nega que o pecado de

Adão, não o nosso, é a causa da morte. A analogia é ainda mais destruída quando Romanos nega e Pelágio afirma que ganhamos a vida eterna por nossos próprios atos de justiça. Então, também, Pelágio não consegue explicar por que a morte, a pena do pecado, é mais extensa do que a gama de transgressões voluntárias - crianças morrem antes de terem cometido voluntariamente qualquer transgressão.
Em oposição a uma visão um tanto diferente que torna a morte o resultado de depravação inerente, o verbo emarton em Romanos 3:23 e 5:12 não significa "tornar-se corrupto". Pelo contrário, a depravação é parte da morte, não a causa da morte. Da mesma forma, Romanos nega que a vida resulte da justiça infundida. A base da justificação não é um estado subjetivo nosso; a base é a obra consumada de Cristo.
A razão ou base para nossa morte e então para nossa regeneração é a ação de um substituto ou representante. Os versículos 17, 18 e 19 enfatizam um homem. O ato de um homem causou nossa morte, incluindo depravação; e o ato de um homem causou nossa ressurreição da morte. Os versículos 13 e 14 explicam a representação; eles não explicam imitação ou depravação.
Para resumir, Adão e Cristo foram nossos representantes. Eles agiram por nós, em vez de nós; e o que eles fizeram é atribuído, contado ou imputado a nós. Aqueles que foram representados por Adão, e isso inclui todos os seres humanos com uma exceção, morreram por seu ato. Observe acima que emarton significa pecou, não se tornou corrupto. É aoristo e, portanto, se refere a um ato passado, não aos nossos muitos atos presentes. Similarmente aqueles a quem Cristo representou - seu povo, aqueles que Deus deu a ele, o eletivo porque ele coroou uma vida sem pecado com um sacrifício substitutivo, e ressuscitou dos mortos.
Falar de Adam como nosso representante é identificá-lo como o chefe federal da raça humana. As várias dificuldades mencionadas nos poucos parágrafos anteriores atingem um ponto crítico em A.A. A defesa de Hodge 18 da chefia federal.
Primeiro, embora essa não seja a parte crucial da crítica, A.A. Hodge não confia inteiramente nas Escrituras. Parte de seu argumento se baseia no uso da chamada razão natural. Ao contrário de Anselmo, ele não exclui totalmente as Escrituras - longe disso; mas mesmo assim ele não apela para a Sola Scriptura. Esse apelo à razão natural o leva a uma argumentação peculiar.
Não vamos supor que Anselmo e os dois Hodges foram os únicos que fundamentaram sua teologia, pelo menos parcialmente, nos recursos intelectuais desinformados do homem pecador. H. B. Smith, mencionado anteriormente, fez o mesmo. Ele escreve (System of Christian Theology, 439), "Esta necessidade [de uma expiação vicária] pode ser argumentada com base na natureza moral do homem: uma expiação é eminentemente adaptada às convicções e necessidades do homem como um ser moral." Se, agora, alguém assume que o homem tem tais convicções, sem dúvida a expiação vicária está eminentemente adaptada a elas. Mas a adaptação não é prova de que tal expiação seja necessária. Talvez outros métodos também pudessem ter sido eficazes. Smith continua: "A consciência do homem lhe assegura a supremacia, a supremacia absoluta, da justiça." Mas qualquer um que esteja familiarizado com a religião homérica estaria inclinado a discordar. Qualquer pessoa familiarizada com Sodoma e Gomorra também discordaria. Smith, é claro, não poderia saber dos abortistas americanos contemporâneos, mas deveria ter se lembrado dos costumes dos selvagens pagãos. Em seguida, algumas linhas abaixo ele acrescenta: "a necessidade de uma expiação é vista no fato de que ela realmente foi feita. . . . Um argumento para a necessidade da expiação também pode ser derivado do consentimento geral da humanidade. . Essa universalidade prova [certos pontos]. . . de acordo com a consciência natural "(440-441).
Ambas as partes desta citação são inaceitáveis. Primeiro, o fato de que Cristo foi realmente crucificado não prova que foi eternamente necessário. Pelo menos, por si só não prova tal necessidade. Talvez com alguma premissa adicional possa fazê-lo. O que tal premissa pode ser, discutiremos mais tarde. Então, em segundo lugar, o argumento do consentimento geral e da consciência natural não pode de forma alguma ser validado. Hume, Kant, Hegel, Russell, Dewey, os positivistas lógicos e muitos teólogos contemporâneos não têm essa ideia. O confucionismo parece não ter essa ideia, e provavelmente o xintoísmo também não, embora eu não esteja suficientemente informado sobre isso para dizer. De qualquer forma, Smith não pode apresentar evidências de qualquer consenso universal. A observação empírica nunca pode descobrir nada universal. Portanto, eu afirmo que os argumentos de Smith sobre este ponto são falácias lógicas baseadas em premissas desconhecidas. Mas agora de volta a Hodge.
No capítulo VII, ele descreve Adão em seu estado probatório como sendo "tão bem dotado e dotado de circunstâncias como qualquer indivíduo de sua ordem natural. . . poderia ser "(78). Para esta afirmação, ele não aduz nenhum suporte bíblico e presumivelmente depende da suposição de que os "fatos do caso são indubitavelmente provados pela razão natural e pela experiência universal da humanidade" (79). Mas a razão natural não diria mais provavelmente que a incapacidade de pecar, a impossibilidade de punição e o bem-estar inalterável teriam sido uma dotação melhor e circunstâncias muito melhores do que a descrição reconhecidamente bíblica da provação de Adão? Ora, a razão natural pode estar enganada nesse julgamento, mas é ainda mais razão para não fazer desse tipo de razão o critério pelo qual se justifica os caminhos de Deus ao homem.
O leitor se lembrará de que dois tipos anteriores de justiça eram diferenciados. A justiça criminal não imporá a pena a um substituto. Mas Deus faz isso; nem podemos argumentar que o pecado não é um crime. Hodge de fato deseja mostrar que Deus está apenas nomeando Adão como chefe federal da raça e imputando a culpa de seu pecado à sua posteridade. Hodge está tão ansioso para enfatizar a justiça que diz: "Deus, por um ato estritamente judicial, não soberano [itálico meu], imputa com justiça o ato de apostatação de Adão a nós" (112). Esta é uma afirmação ousada de justiça e uma negação mais ousada de soberania. Mas ele não oferece nenhuma razão para nenhum dos dois. Ele simplesmente diz: "esta imputação. . . simplesmente (a) reconhece nossa unidade legal com Adão e a consequente responsabilidade comum com ele pela culpa de seu pecado público; (b) consequentemente carrega a culpa
de seu pecado em nossa conta; e mais justamente nos trata de acordo com o demérito desse pecado "(112). Mas essas frases não são razões ou explicações: são reformulações do que precisa ser explicado. Sem dúvida, as duas doutrinas são bíblicas; a questão é se a defesa de Hodge deles é satisfatória.
Ele havia dito anteriormente: "É absolutamente impossível para uma mente devota admitir que Deus pode ser o autor imediato do pecado" (81). Esta declaração aparentemente irrepreensível é, no entanto, defeituosa em dois aspectos. Em primeiro lugar, não é pelo menos possível, ao invés de impossível, que um principal mais

remoto possa ser responsável pelo que ele causa mediatamente por meio de um agente? Em segundo lugar, os teólogos dificilmente definem a frase "autor do pecado". Até que o significado dessas palavras seja esclarecido, um argumento no qual elas desempenham um papel tão importante não pode ser avaliado. Armínio, uma exceção notável, definiu-o como "Deus peca e somente Deus peca". É isso que Hodge quer dizer? Mesmo que Hodge não queira dizer que só Deus peca, ele quer dizer que Deus peca? O que é pecado? É definido pela lei? A que lei e a que autoridade Deus está sujeito? Deus pode desonrar seus pais ou cometer adultério? É pecado Deus levar um homem a pecar? Se for, que lei ele violou? Em um assunto tão importante como este, os termos-chave devem ser o mais claros possível.
Hodge de fato diz isso: "Deus não pode criar originalmente agentes com uma natureza corrupta inerente ... pois isso o constituiria o autor do pecado" (82). Isso, entretanto, não define a frase. Se alguém disser, "assassinato é pecado", ele está apenas dando um exemplo de pecado - ele não o está definindo. Assim também, dizer que uma criação original de naturezas corruptas faria de Deus o autor do pecado é dar apenas um exemplo, que ainda está sujeito à pergunta: Por quê? Mas há algo pior nessa última citação. Se Deus não poderia ter originalmente, em Gênesis 1 e 2, criado naturezas depravadas, ele pode mais tarde criar os homens como pecadores sem se tornar o autor do pecado? Se fazer isso em Gênesis é impensável, é permitido fazê-lo em Êxodo? A questão é que Hodge mais tarde dirá que Deus tem continuamente e imediatamente criado almas inerentemente corruptas por alguns milhares de anos. Mais sobre isso mais tarde.
Hodge definitivamente quer defender a justiça de Deus. "Deus não infligirá. . . mal sobre qualquer agente moral cujas reivindicações naturais como uma criatura dependente não foram previamente perdidas com justiça "(82). Esta afirmação parece ter um pressuposto oculto. Parece depender da ideia de que um ser humano criado tem reivindicações naturais que Deus deve respeitar. Mas isso não entra em conflito com a figura bíblica do oleiro e do barro? Esta figura de linguagem ocorre várias vezes na Bíblia. A questão é que o Oleiro, se não gosta de uma panela, pode quebrá-la e fazer outra. Obviamente, um pote não pode ter direitos sobre o oleiro. Ele pode fazer um para honra e outro para desonra como quiser. Isso não está de acordo com a ideia de que um homem tem quaisquer direitos naturais sobre Deus.
O que dizer então de uma justa perda de tais reivindicações? Uma provação justa, de acordo com Hodge, deve "oferecer pelo menos tantas oportunidades de sucesso quanto a responsabilidade para o fracasso" (82). Mas, uma vez que Cristo foi morto antes da fundação do mundo para salvar os pecadores, Adão não teve chance - não havia possibilidade alguma - de evitar o pecado. No entanto, Hodge continua: "Em que fundamento de justiça [grifo dele] Deus inflige esta terrível" penalidade do pecado?

16. Necessidade absoluta
Os Hodges, é claro, não foram os primeiros nem os últimos a falar sobre o assunto. Antes deles, George Smeaton em A Expiação de acordo com Cristo e Seus Apóstolos (edição da Graça Soberana, Grand Rapids, sem data, talvez entre 1950 e 1970) tem várias seções sobre a necessidade da Expiação. Ele não organiza seu trabalho em princípios sistemáticos, mas sim, como o título indica, segue o método da Teologia Bíblica. Suas mais de 500 páginas, que não são numeradas consecutivamente nesta edição, são um exame gratificante do material bíblico. Embora ele seja mais sistemático do que provavelmente percebeu, seu método bíblico às vezes falha em deixar claro se ele considera a morte de Cristo como absolutamente necessária, ou necessária apenas com base na decisão divina não necessária anterior para salvar alguns. Mesmo quando ele usa o termo absoluto, sua linguagem não deixa bem claro qual das duas idéias ele apóia. Ele parece ignorar, confundir ou misturá-los. Mas se ele realmente os mistura, ele deve concordar com a necessidade absoluta em seu sentido técnico mais forte. Ele é, com certeza, bastante claro sobre a necessidade absoluta de que o pecado seja punido: "justiça punitiva. . . exige satisfação pelo pecado. É tão eterno e necessário quanto qualquer coisa pertencente à sua natureza autoexistente. ... Ele não pode deixar de punir o pecado, assim como ... ele não pode mentir "(16). Concedido: Mas uma salvação graciosa é igualmente necessária? Deus poderia ter se recusado a salvar alguém? Algumas de suas frases, pelo menos se tomadas isoladamente, nos fazem pensar. Por exemplo, depois de citar o versículo, "Assim deve o Filho do Homem ser levantado", e depois de enfatizar a palavra deve, Smeaton acrescenta, "a obrigação indica uma necessidade que flui da justiça de Deus e de seu decreto, se os homens fossem salvo "(17). Isso soa como se Deus não fosse "necessário" para salvar ninguém, mas sim um método, se alguém quisesse ser salvo. No entanto, não é absolutamente necessário tirar essa conclusão. Seu parágrafo seguinte também é inconclusivo. Ele se contenta em dizer simplesmente: "a expiação era necessária". O parágrafo termina com "a retidão de Deus. . . pressupõe ... a exigência necessária de uma expiação "(18) .19
No entanto, há indícios de que Smeaton discordou do que Hodges disse mais tarde e afirma a necessidade absoluta de uma redenção. Examinando as palavras de Cristo - como um teólogo bíblico deve fazer - na subseção intitulada "Provérbios separados que afirmam ou implicam a necessidade da expiação", ele exegeta como segue, da qual citarei partes e resumirei outras partes.
"Em várias ocasiões o Senhor se referiu à necessidade de sua morte, mas muitas vezes se detém no fato de que isso havia sido predito. Houve alguma razão mais profunda atribuída por ele? Sim: há várias alusões, diretas e indiretas, a uma profunda necessidade interior de sua obra expiatória "(10). Smeaton então fala depreciativamente de alguns teólogos não identificados que "consideram a suposta necessidade da expiação sob nenhuma outra luz que não como uma teoria semifilosófica." Embora não seja exegético como Smeaton deseja que seus argumentos sejam, mas é claramente "semifilosófico", ele faz um ponto persuasivo - embora não estritamente conclusivo - de que "Não podemos conceber um evento tão estupendo como a morte do Filho de Deus] se não fosse necessário. " Isso quase, mas talvez não exatamente, requer que a redenção seja absolutamente necessária - não apenas que, se houvesse uma redenção, a morte de Cristo seria necessária nessa hipótese. A próxima frase, no entanto, parece retornar à visão hipotética: "Não poderia haver outra razão ... para Deus ... sofrer na cruz ... se o pecado pudesse ter sido remido sem satisfação." Portanto, com esses argumentos semifilosóficos, a necessidade de Smeaton parece se basear
por uma razão mais profunda apenas do que a necessidade de cumprir a profecia. Aproximando-se da exegese na próxima página, ele acrescenta: "Todo o sistema de sacrifícios do Antigo Testamento foi calculado ... para aguçar a convicção de que o pecado exigia um sacrifício maior" do que o de touros e

cabras. Que Smeaton não tem soberania absoluta em mente fica claro em sua referência à "justiça suprema" que deve ser satisfeita "antes que a salvação possa ser concedida" (13).
Defendendo o propósito da Encarnação como redenção, para que o Logos não se tornasse carne a menos que o homem tivesse pecado, ele afirma: "a Encarnação foi. . . não é necessário, exceto na suposição de redenção "(19). Aqui ele está se opondo à visão de que alguma função epistemológica ou ontológica ou reveladora exigia uma encarnação, mesmo se a raça tivesse permanecido perfeitamente justa. Até agora tudo bem. Em seguida, ele acrescenta: "Esta maior obra de Deus ainda é apenas uma obra ou ação livre, não necessária à felicidade Divina e, portanto, em pé de igualdade com a criação ou qualquer outro ato Divino para com o universo" (19).
A razão, a meu ver, pela qual Smeaton não tem o problema mais profundo em mente é seu objetivo de refutar teólogos heterodoxos que pensam que a imposição de uma pena não é "absolutamente" necessária nas presentes circunstâncias. Esses teólogos "concebem Deus apenas como uma fonte de bondade. . . mas não como o Senhor soberano ou governador moral. . . e que quando Deus pune em qualquer caso, é como um pai, e não como um juiz "(14). Mesmo aqui, onde ele usa a palavra soberano, suas palavras não significam que a salvação de ninguém é absolutamente necessária. Esta análise não é uma depreciação de Smeaton. Qualquer autor que deseja ser minucioso seleciona um tópico específico. A partir desse ponto central, ele pode se espalhar para algumas áreas adjacentes, mas não é chamado a vagar muito longe. Ele pode ignorar alguns territórios remotos ou pode ter opiniões detalhadas sobre eles; mas ele
não precisa e geralmente não deve mencioná-los. Smeaton escolheu certos tópicos e sua discussão sobre esses tópicos é superior à de muitos autores contemporâneos. Agora, para Hodge.
A.A. A ênfase repetida de Hodge na justiça e sua maneira de fazê-lo quase imediatamente produzem a impressão de que ele está subordinando Deus a alguma lei superior de justiça, contestando assim a soberania de Deus. Isso aponta o problema da necessidade absoluta.
Tal impressão é apoiada pelo procedimento posterior de Hodge. Suas primeiras observações sobre a teoria governamental (58ss.) Afirmam várias vezes a retidão intrínseca da lei moral, uma retidão intrínseca superior à vontade divina: "Ele deseja o preceito porque [grifo seu] é intrinsecamente correto." Portanto, parece haver algo superior à vontade de Deus. Mas antes de citar Calvino ao contrário, pode-se perguntar se Hodge quer dizer apenas que a vontade de Deus está subordinada ao intelecto de Deus e que, portanto, não há princípio moral superior a Deus. Tal resposta, no entanto, implica uma distinção entre o intelecto de Deus e a vontade de Deus, de modo que uma "parte" de Deus está subordinada a outra parte. Isso, combinado com a separação dos atributos divinos, levanta dificuldades com a simplicidade do ser de Deus. Mas devemos prosseguir com o caráter último dos princípios morais e a necessidade absoluta de um método particular de expiação.
No capítulo XXI, onde Hodge discute a teoria governamental de forma mais completa - teoria que, em sua opinião, não avalia adequadamente a moralidade - ele diz: "O vício deve ter, portanto, a razão última de atrair o descontentamento divino em si mesmo" (336). Os itálicos são meus, mas as palavras "em si" certamente sugerem que a distinção entre virtude e vício não depende da vontade soberana de Deus, nem mesmo de seu intelecto, mas das propriedades intrínsecas finais da própria moralidade às quais Deus deve ser atraído . Isso de fato implica a necessidade absoluta da cruz, mas muito
caro um preço. Veremos também que em outro lugar Hodge contrasta justiça com soberania e prefere a primeira. Essas palavras - último, intrínseco, atraente, em si - não pressupõem um princípio de virtude independente e superior a Deus?
Nenhum calvinista afirma que Calvino era infalível; mas todos nós o temos em alta consideração e não devemos ignorar o que ele disse sobre o assunto. Começando com a questão da necessidade da Expiação, Calvino afirma: "Se uma investigação for feita sobre a necessidade disso, não foi realmente uma necessidade simples, ou, como costumamos dizer, uma necessidade absoluta, mas tal como surgiu da decreto celestial "(Institutos, II, xii, 1). Ao contrário de Anselmo (Cur Deus Homo, I, 12), a saber, "Quando se diz que o que Deus deseja é justo e que o que ele não deseja é injusto, não devemos compreender que se Deus desejasse algo impróprio, seria apenas, simplesmente porque ele desejava ", escreve Calvin,
Quão excessivamente presunçoso é apenas investigar as causas da vontade divina, que é de fato e tem o direito de ser, a causa de tudo o que existe. ... Se você for além e perguntar por que ele está tão determinado, você está em busca de algo maior e mais elevado que a vontade de Deus, que nunca poderá ser encontrado (III, xxxiii, 2).
Além disso, "Aqui eles recorrem à distinção entre vontade e permissão, e insistem que Deus permite a destruição dos ímpios, mas não a deseja. Mas que razão devemos atribuir para ele permitir, a não ser por causa de sua vontade? " (III, xxiii, 8). Não há como confundir o significado de Calvin. "A vontade de Deus é a mais alta regra de justiça." Um princípio moral é "justamente por esta razão, porque ele assim o deseja". Calvin e Hodge se contradizem abertamente; e se Calvin era um calvinista, aparentemente Hodge não era.
No capítulo XVI, Hodge faz algumas críticas cáusticas, talvez aplicáveis a algumas frases de alguns expoentes da teoria governamental. Não é minha intenção dizer muito sobre a teoria governamental como tal, mas apenas na medida em que baseia o método de expiação na vontade de Deus. Incidentalmente, Hodge reconhece que o Dr. Twisse, prolocutor da Assembléia de Westminster, "e outros, consideraram necessário simplesmente porque Deus determinou" assim (53, 235). Contra o grande calvinista de Westminster, bem como contra os governamentalistas, Hodge reclama: "Esta teoria é desacreditada pelo fato de não ser desenvolvida em primeira instância por uma exposição cuidadosa e estrita indução das Escrituras. Seus defensores não fingem que o geram a partir das Escrituras; o máximo que afirmam é que, tendo-o desenvolvido como produto da especulação, são capazes de mostrar que se harmoniza com todos os fatos da Escritura "(341). Embora Hodge use a palavra advogados, no plural, ele parece estar se referindo principalmente a Barnes. Agora, essa reclamação é uma mistura de verdade, possivelmente erro e, pelo menos, insinuação.
É verdade que Barnes, como Anselm, apresenta alguns pensamentos "à parte de qualquer revelação" e insiste que "não podemos pensar nele [Deus] de outra forma do que pensamos." Com essa noção - seja encontrada em Anselm, Barnes ou quem quer que seja - estou em total desacordo. Mas o contrário inclui o próprio Hodge, pois ele também apelou para a experiência e a consciência universal.

Em segundo lugar, uma leitura rápida da citação pode dar a impressão de que Barnes não usou nenhuma Escritura, ou apenas um pouco, e descuidadamente. Hodge aparentemente pensa que Barnes usou apenas um pouco, descuidadamente. Das 316 páginas, apenas trinta e nove apelam às Escrituras. Isso pode parecer uma proporção pequena, mas é uma proporção maior do que a encontrada no livro de Hodge. De qualquer forma, a proporção não é o ponto principal. Se trinta e nove páginas da Escritura podem ser exegetas no restante das 316, de modo a confirmar uma visão, a visão pareceria
para ser razoavelmente bem argumentado. Hodge não mostrou que Barnes foi descuidado em seu manuseio do material bíblico. Talvez ele fosse, mas Hodge não dá exemplos. Além disso, se Barnes pode ser contestado por usar argumentos especulativos e razão natural, devemos lembrar que Hodge também usa a experiência e não baseia suas conclusões apenas nas Escrituras. Observe que Hodge diz: "Se a pergunta for feita por que devemos fazer o certo, nenhuma outra resposta pode ser dada do que essa obrigação moral em um fato último da consciência, tendo sua própria razão em si, e de sua própria natureza necessariamente suprema" (335). Não está claro que Hodge substituiu as Escrituras pela experiência humana, de fato pela experiência de seres humanos depravados, cujas conclusões não podem ser confiáveis? Por que nossa posição não pode ser a de que Deus soberanamente impôs os Dez Mandamentos sobre nós? E em conjunto com a Expiação, por que a justiça não pode ser definida em termos de soberania, em vez de ser deixada indefinida ou a soberania ser impugnada? Parece-me muito errado dizer: "Inteligência, agência moral e pessoal são inconcebíveis sem princípios de ação e pensamento últimos e insolúveis, para os quais nenhuma razão pode ser dada" (336, grifo meu). É preciso fazer uma pausa para refletir sobre esta declaração surpreendente. Hodge está afirmando que os princípios de moralidade são princípios últimos para os quais nenhuma razão pode ser dada. Ora, mesmo o mundo das Idéias de Platão - seu princípio supremo - era uma mente ou pessoa, como ele diz no Sofista. Mas Hodge apela a um princípio não pessoal para o qual nenhuma razão pode ser dada. A este princípio o próprio Deus está sujeito.
O tópico da soberania, a escolha de Adão como nosso chefe federal, a limitação da Expiação aos eleitos, conforme discutido na seção 19 a seguir, e todo esse material sobre a necessidade absoluta resulta em estimular uma tentativa de algumas pessoas de absolver Deus do determinismo e ação arbitrária. Em nossos dias, G.C. Berkouwer gradualmente abandonou a teologia reformada, negou a inerrância das Escrituras e aceitou um subjetivismo existencial ou neo-ortodoxo para salvar Deus do oblíquo dos decretos eternos.
Baseando suas objeções, não em declarações bíblicas, mas em sua estimativa particular dos resultados da pregação da predestinação, ele afirma que o determinismo torna o consolo impossível e produz medo e incerteza. Talvez aconteça com algumas pessoas; com outros, dá a certeza da salvação. Mas aceitar ou rejeitar qualquer doutrina com base na recepção dada a ela é uma metodologia anticristã. Quando Berkouwer também diz que não se pode confiar em um Deus determinante e que tal visão destrói a aliança, uma mente lógica chegaria à conclusão oposta. Mas Berkouwer não gosta de lógica. Ele ainda se opõe a uma doutrina "especulativa" que retrata a soberania de Deus "abstratamente". Os teólogos que usam esses dois termos em tal conexão geralmente não os dão nenhuma definição. Se existem conceitos abstratos, pois rejeito a teoria aristotélica da abstração - mas se houver - não seriam a justificação e a santificação exemplos? As abstrações são inimigas da revelação? A doutrina da propiciação não é abstrata? Não é toda doutrina? Eles foram todos abstraídos das Escrituras.
O procedimento de Berkouwer para decidir o que pregar e o que não pregar é estimar o grau em que um tópico despertará a fé em um ouvinte. Paulo deve ter se enganado muito ao pregar todo o conselho de Deus, pois muito ou pelo menos parte da revelação divina desperta oposição. Além disso, nenhum pregador pode despertar a fé em um incrédulo. A fé é um presente de Deus. Deus escolhe aqueles a quem dará este presente. Esta é certamente uma escolha arbitrária, no sentido de que nenhuma qualidade, característica ou habilidade do pecador induziu Deus a escolhê-lo. Chame-o de arbitrário ou soberano: neste caso, as duas palavras significam a mesma coisa; e certamente contribui mais para o conforto do que para o desespero, em apesar da opinião contrária de Berkouwer.20
É claro que algumas pessoas têm certeza de sua salvação, mas não deveriam. A igreja romana garante muitos. Outros têm a certeza de que Deus é bom demais para punir alguém. Mas, como acabamos de dizer, as reações dos ouvintes não são o critério para escolher o tema do sermão; e, em qualquer caso, o fato de haver inúmeras reações ao mesmo material torna tal escolha impossível. O mesmo sermão será bem recebido por um homem à direita do corredor do meio e irritará muito a senhora à esquerda. Paulo disse: "Insisto em que me imitem" (1 Coríntios 4:16; 11: 1), e pregou todo o conselho de Deus.
Para voltar para uma nota final ao ataque de Hodge à Teoria Governamental, ele nega sua acusação de que a teoria bíblica e ortodoxa implica a doutrina da expiação limitada: "a verdadeira doutrina. . . não leva [itálicos dele] logicamente a quaisquer consequências que possam ser expressas com precisão pela frase expiação limitada [itálicos dele] "(343). Incrível ! Mas é precisamente o que ele diz.
Terminando esses parágrafos sobre a Teoria Governamental, e retomando a discussão da justiça de Deus em imputar a culpa à posteridade de Adão, passamos agora à pergunta: "Em que fundamento de justiça Deus inflige" não meramente a punição posterior, mas particularmente a "punição pré-natal confisco "dos direitos dos agentes morais recém-criados? Hodge classifica a resposta em dois métodos. Primeiro, o assunto pode ser discutido com base em princípios puramente racionalistas ou em uma interpretação das Escrituras. Hodge não deve apenas preferir esta classificação das várias visões, mas ele mesmo deve operar em princípios puramente racionalistas em conformidade com sua confiança na "experiência universal da humanidade ... como universalmente concedida." Na verdade, ele classifica os vários pontos de vista como a afirmação ou a negação do confisco pré-natal. Ele afirma, o que parece duvidoso, que esses dois métodos resultam na mesma coisa (83, 84).
Não há necessidade de resumir as objeções de Hodge ao maniqueísmo, pois poucos desses dualistas permanecem até hoje. Mas há muitos que tentam explicar "como e por que os homens sempre começam sua existência consciente [como?] Pecadores habituais. . . ao afirmar o poder absoluto de autodeterminação da vontade humana e a consequente "imprevisibilidade do pecado" (85) ").
Aqui, a linguagem de Hodge é confusa, mas seu pensamento é claro. Essas pessoas não tentam explicar como e por que os homens sempre começam suas vidas como pecadores. Os teólogos referiram negar que os bebês começam como pecadores. Eles nascem, senão justos, pelo menos sem pecado. Então, por livre

arbítrio, eles mais tarde escolherão pecar. Hodge perceptivelmente observa que se fosse assim, seria de se esperar que pelo menos alguns optassem por não pecar.
Uma visão diferente faz um pouco mais de justiça à universalidade do pecado. A chamada Teologia da Nova Inglaterra de Samuel Hopkins, o jovem Edwards e alguns outros - embora talvez não popular em sua forma original precisa, e por esta época eclipsada pela neo-ortodoxia - ainda assim tem alguns descendentes entre os grupos de mentalidade arminiana. Por exemplo, um amigo meu batista cria que as crianças não têm pecado até atingirem a idade de dez ou doze anos, então pecam e precisam ser salvas. Embora a forma anterior desta visão pareça ter baseado o pecado universal na soberania de Deus - uma ideia que Hodge detestava e condena como panteísmo, o que não é, ou "panteísmo virtual" (89), uma frase cujo significado não é claro - o forma posterior da teoria explica a pecaminosidade universal como uma herança da corrupção herdada dos pais. Esta corrupção não é uma consequência penal do pecado de Adão, mas um resultado das leis naturais de reprodução. Nessa visão, a chefia federal - com suas dificuldades relativas à substituição em processos criminais - não tem legitimidade. As crianças são culpadas de suas próprias transgressões voluntárias, não das de Adão.21
Outra visão que Hodge, não tão justamente, condena é a de W.G.T Shedd. Pode ser chamado de Realismo Platônico. Hodge descreve isso como afirmando que "cada membro individual [da raça humana, exceto Cristo] era fisicamente numericamente um com" Adão. Agora, se isso é o que Shedd disse ou pensou, Hodge poderia muito legitimamente chamar de absurdo. Adão, Moisés e Paulo não são numericamente a mesma pessoa física. Mas podemos supor que Shedd, que era pelo menos moderadamente inteligente, disse ou pensou assim? Embora Hodge não cite as páginas, ele parece estar se referindo à Teologia Dogmática de Shedd, Volume II, 30ff. A passagem começa com as palavras: "A doutrina da unidade específica de Adão e sua posteridade remove as grandes dificuldades. . . que surgem da injustiça de punir uma pessoa por um pecado em que ela não teve nenhum tipo de participação. " A próxima página diz: "Adão e sua posteridade foram especificamente um na apostasia". Esta unidade específica é mencionada uma segunda vez na mesma página. Na página 32, ele reclama que "Edwards supõe uma unidade de indivíduos [grifo seu] pessoas agregadas em vez de uma natureza específica simples ainda não individualizada por propagação como no agostinianismo." Nessas páginas, observe a repetição da unidade específica.
Agora, se Shedd nunca tivesse mencionado a unidade numérica, Hodge não teria escrito como escreveu. Shedd de fato se refere a uma unidade numérica e, por causa da história do realismo e do nominalismo empírico, a linguagem parece estranha. Na página 35, Shedd diz: "afirma Agostinho. . . uma unidade específica e numérica [itálicos dele]. . . . A unidade específica é, naturalmente, a unidade de uma espécie. ... Um numérico pode ou não ser uma unidade específica. " Esta última frase é estranha porque é pouco platônica. Platão manteve as Idéias ou espécies bem distintas dos objetos sensoriais individuais, de modo que não esperamos que ninguém diga que uma unidade específica pode ser uma unidade numérica. Mas Shedd diz isso. Continuar:
No caso do homem, a unidade é numérica e específica. A natureza humana enquanto em Adão é numericamente e especificamente uma. Mas quando é subdividido e individualizado por propagação, não é mais numericamente um. A natureza humana numericamente única torna-se uma multidão de pessoas individuais, que não são mais a única unidade numérica que eram no início. Mas eles ainda são especificamente um.
Devo confessar que sinto alguma simpatia por Hodge quando ele rejeita Shedd; mas também afirmo que ele entendeu mal a posição de Shedd, que o próprio Shedd confundiu indesculpavelmente.
Shedd começou enfatizando a unidade específica. Como um bom agostiniano, ele distingue nitidamente entre espécies e indivíduos. "Uma unidade específica", diz ele, "implica a possibilidade da divisão de uma substância numérica entre os indivíduos propagados da espécie". Mas a última metade desta frase não é um bom agostinianismo. A unidade específica nunca está tão dividida que uma parte dela vá para um indivíduo e outra parte para outro indivíduo. Se assim fosse, como Platão deixou claro, nenhum indivíduo seria um homem; ele seria apenas parte de um homem. A espécie ou Idéia deve ser encontrada inteira, não dividida, em cada indivíduo da espécie. Agora, parece-me que - não importa o quanto Shedd oscilou - ele quis dizer, ao falar da unidade numérica das espécies, simplesmente que a espécie rosa é uma espécie e a espécie homem é uma segunda espécie. Não podemos atribuir a Shedd a estupidez absoluta de ter dito ou pensado que Moisés e Davi eram numericamente o mesmo indivíduo.
Shedd pretende com sua teoria aliviar a dificuldade que a maioria das pessoas tem com a noção de que um neto remoto deve ser punido pelo pecado de seu ancestral distante. Talvez sim, talvez não. Em todo caso, assim me parece, não somos obrigados a satisfazer "as convicções profundas da consciência humana" (36). A representação pode basear-se apenas na soberania divina, e realmente deve, pois as chamadas convicções profundas são aquelas de uma raça em que cada membro tem uma mente distorcida pelo pecado. Mas embora o agostinianismo não justifique com isso os caminhos de Deus para o homem, na verdade ajuda a compreender quais são esses caminhos.

17. Traducionismo
As várias doutrinas teológicas estão tão entrelaçadas que às vezes é difícil saber em que ordem discuti-las. Como um professor disse certa vez de um trabalho sobre filosofia, e sem dúvida de todos os trabalhos sobre filosofia, o mesmo ocorre com a teologia: Não se pode compreender o primeiro capítulo antes de compreender o último capítulo. Shedd havia se preparado para os assuntos que acabamos de discutir em nossa seção anterior com uma longa passagem sobre a origem das almas individuais. Ele o colocou em seu capítulo sobre "Criação". Hodge bem poderia ter feito isso, pois ele se apega à criação imediata de cada alma no momento da concepção. Mas Shedd afirma que as almas dos filhos são tão derivadas de seus pais quanto seus corpos. O plano do presente tratado é conectar a origem das almas com a chefia federal e a imputação da culpa de Adão. A origem das almas foi mencionada nessa seção, mas sua discussão foi adiada.
Ambos os Hodges são criacionistas. Ambos ensinam que cada alma humana sucessiva é imediatamente criada por Deus em bilhões de casos, bilhões de atos de criação separados. Mas a defesa de A. A. Hodge desta posição e seus argumentos contra o Traducianismo estão cercados de dificuldades. Em primeiro lugar, ele reconhece (The Atonement, 111) que "sem ir ao longo do Realismo, parece provável que o representante

divinamente ordenado ... está condicionado à unidade genérica dos homens como constituindo uma raça propagada por geração". Observe o termo propagado. Isso significa que o Traducianismo é pelo menos plausível. Mas Hodge não quer ir "ao extremo do realismo". Mas se não, então o quê? Todo mundo que fez um curso introdutório à filosofia sabe, ou deveria saber, que Aristóteles e John Locke propuseram um método empírico pelo qual a observação sensorial poderia ser transmutada em conceitos abstratos, que por sua vez formam a base para proposições universais. Mas Aristóteles nunca explicou o método; ele dependia de uma ilustração de um exército em derrota. Locke foi mais específico, mas Berkeley demoliu seu argumento. Conseqüentemente, os leitores mais filosóficos podem aqui desejar considerar se a unidade genérica que Hodge sugere pode ser produzida sem adotar o realismo que ele detesta. Quanto ao próprio Cristo, embora o Traducianismo - operando somente por meio de Maria - possa explicar sua alma humana, sua chefia federal não pode ser explicada nem pelo Criacionismo nem pelo Traducianismo. Não pode ser explicado pelo criacionismo porque mesmo que sua alma humana tivesse sido uma criação especial, é a pessoa e não apenas a natureza humana que é o chefe federal: não pode ser explicado pelo traducianismo porque Cristo não teve descendentes. Mas este não é o caso de Adam.

Uma razão pela qual A.A. Hodge defende tão mal o criacionismo em seu imperioso desejo de refutar o realismo. Assim, ele diz: "A doutrina de que cada alma é separada e imediatamente criada por Deus no instante da concepção22 é óbvia e absolutamente inconsistente com a visão realista da natureza humana. Nenhum criacionista pode ser um realista "(102). Não estou certo de que esta afirmação enfática seja totalmente correta. Por um lado, pode ser possível para um criacionista e um realista concordar sobre a constituição da natureza humana sem concordar sobre a origem imediata de cada alma. Nem é verdade que todo realista concorda com Platão. Shedd certamente acreditava que Deus criou o mundo e não acreditava na preexistência de almas; ao passo que Platão não tinha lugar para nenhuma Divindade estritamente criativa. Afinal, Agostinho era um realista e argumentou fortemente contra Plotino a favor da criação.

Visto que Hodge se opõe fortemente ao realismo, pode-se opor a Hodge nessa base. Por exemplo, a teoria da imaginação pela qual Aristóteles pretendia produzir conceitos que, por sua vez, tornariam os julgamentos universais possíveis, está aberta a um ataque devastador.23 Então, se o conceitualismo aristotélico for rejeitado, apenas o realismo e o nominalismo permanecerão; e o último deve reduzir a Trindade ao triteísmo ou ateísmo. Mas a refutação mais imediata, e a mais apropriada para o presente tratado, é o material das Escrituras.

Hodge parece pensar que o Traducianismo é inconsistente com a liderança federal de Adão: "Calvino. . . [e outros] se unem para afirmar que estávamos em Adão representativamente; que nós real e verdadeiramente pecamos nele porque seu pecado é o nosso pecado, real e verdadeiramente nosso pecado quanto à sua responsabilidade federal "(103). Mas, longe de negar a chefia federal, o Traducianismo oferece uma explicação possível - até mesmo provável - de por que Deus escolheu Adão para ser nosso chefe federal. O criacionismo permite apenas uma conexão física ou corporal, não espiritual, entre nós e Adão.

Ainda assim, Hodge quer "corrupção hereditária" (104). Mas como pode a corrupção ser hereditária se cada nova alma é uma criação imediata? Hodge certamente não se ajuda com suas disjunções incompletas. Em duas páginas sucessivas (103,104), ele argumenta, "esses homens [Calvin, Beza, Turretin] não eram realistas. . . eles explicam especificamente. . . que estávamos em Adão representativamente. " As premissas disfarçadas de Hodge são (1) que a representação federal é impossível no realismo, e (2) que Adam sendo nosso representante não pode ser harmonizado com o Traducianismo. Essas duas premissas são claramente falsas, pois o Traducianismo não apenas visa, mas consegue tornar o representacionismo mais facilmente compreensível. Os dois não formam uma disjunção exclusiva, como sustenta Hodge.

Outro argumento pobre aparece em breve. "Se todo o gênero estava em Adão, toda a raça antediluviana estava, no mesmo sentido, em Noé. Se fôssemos coagentes culpados no primeiro pecado de um ... devemos ser. . . culpado de cada um dos pecados de Noé "(106). Este parágrafo está repleto de confusão. Primeiro, somos realmente descendentes de Noé. Em segundo lugar, todo o gênero estava em Noé e também está em nós. Caso contrário, não seríamos seres humanos. Como Platão disse tão claramente em seu Parmênides, a Idéia, ou gênero, não é como um dossel ou tenda em que cada homem está diretamente sob apenas uma parte da cobertura. A Idéia ou definição deve ser completa em cada caso individual, ou em melhor linguagem platônica, todo homem deve participar de toda a Idéia.

Mas isso de forma alguma implica que sejamos culpados de qualquer um - muito menos de cada um - dos pecados de Noé. Na verdade, não somos culpados nem mesmo pelos pecados de Adão, ou seja, seu segundo, terceiro e quarto pecados. Somos culpados apenas de seu primeiro pecado. Só porque o chefe federal de toda a raça humana deve ser, ou mais apropriadamente é, seu ancestral, isso não significa que todo ancestral deve ser um chefe federal. A lógica de Hodge é ruim, muito ruim. Na verdade, ele está aplicando a conversão simples a uma afirmativa universal. A questão é que Deus escolheu Adão como chefe federal da raça; ele não escolheu Noah. Ele tinha escolhido

Noé e não Adão, então os antediluvianos não seriam culpados do pecado de Adão. O Traducianismo é uma explicação plausível para a chefia federal, mas não requer dois ou mais chefes federais para tornar a corrida culpada.

O fracasso de Hodge em refutar o traducianismo e o realismo não prova que essas duas teorias sejam verdadeiras. Pode haver objeções melhores do que as que Hodge fez. Acontece que eu não conheço nenhum

No entanto, a decisão deve ser baseada nas Escrituras. E de fato existem passagens bíblicas que, para dizer modestamente, parecem favorecer Shedd ao invés de Hodge.

Shedd divide seu argumento a favor do Traducianismo em três partes: (1) Escritura, (2) Teologia Sistemática, (3) Fisiologia. A terceira parte pode ser interessante, mas é inútil. A primeira e a segunda partes são a mesma coisa. O segundo simplesmente organiza o primeiro. Portanto, Shedd e o presente tratado baseiam o caso nas Escrituras.

Shedd começa, "a Bíblia ensina que o homem é uma espécie, e a ideia [ou definição] de uma espécie implica a propagação de todo o indivíduo a partir dela" (II, 19). Era isso que queria dizer uma página atrás, na referência a uma tenda de cobertura no Parmênides de Platão. Que a raça humana é uma espécie, Shedd defende pelo uso do termo homem em Gênesis 1: 26,27. Observe que Deus disse: "Façamos o homem à

nossa imagem ... que eles tenham domínio. . . . homem e mulher ele os criou. " Homem ou Adão não se tornou um substantivo masculino adequado até Gênesis 2:19. Observe também que Gênesis 46:26 fala das "almas que vieram com Jacó para o Egito, as quais saíram de seus lombos" (King James Version). Shedd também cita meia dúzia de versos do Novo Testamento. Quando Eva foi tirada do lado de Adão, não há menção da criação de uma segunda alma. Eva saiu totalmente de Adão (1 Coríntios 11: 8). Isso apóia a visão de que qualquer filho de Adão e Eva nasceu totalmente membro da espécie.
A pessoa inteira, não apenas seu corpo, é propagada.
Alguém pode objetar que a nova alma foi criada imediatamente, mas que sua criação simplesmente não é mencionada. Resposta: As doutrinas não devem se basear no silêncio.
Não é meu desejo resumir as cinquenta ou sessenta páginas de argumento bíblico de Shedd. Seu trabalho é facilmente obtido, e o estudante é instado a estudá-lo. No entanto, seja em Shedd ou em outro lugar, são necessárias mais referências bíblicas do que duas ou três em Gênesis.
Que a propagação da raça é apenas corporal, e não espiritual ou mental também, que apenas o corpo do filho e não sua alma vem dos pais, parece ser negado em João 3: 6: "O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do espírito é espírito. " O verbo grego, ocorrendo duas vezes neste versículo e cinco vezes no contexto, é gennad, gerado. É o mesmo verbo que encontramos em Mateus 1: 1-16. Em João 3: 6, Cristo está falando com Nicodemos, e "aquele que é nascido da carne" é a alma não regenerada de Nicodemos, em vez de seu corpo físico. O verbo indica que Nicodemos recebeu sua alma não regenerada de seus pais. Isso evita a interpretação de que sarx sempre se refere a uma alma pecadora. Voltando a João novamente, 1:14 diz que o Verbo se fez carne (sarx). Considere: A Palavra não apenas tomou para si um corpo físico; ele também assumiu uma alma razoável ou racional. Ele obteve os dois por meio de Maria. Da mesma forma, sarx em João 17: 2 não significa o corpo - certamente não apenas o corpo - mas Jesus dá vida eterna às almas. Sarx às vezes significa a natureza depravada do homem, mas isso apenas reforça o ponto de que significa a alma. Um corpo não pode pecar. Portanto, a alma de Nicodemos veio de seus pais.
João 1:14 já foi mencionado, mas deve-se notar também que o versículo anterior nega que o nascimento espiritual dependa da hereditariedade ("não do sangue"); mas embora o nascimento natural não seja explicitamente mencionado, o versículo implica que o nascimento natural depende disso. Portanto, tanto a alma quanto o corpo vêm dos pais. A alma, assim como o corpo, nasce (compare novamente, 3: 6).
Atos 17:26 não diz que Deus fez de um só sangue todas as nações com respeito aos seus corpos somente. O versículo a seguir, com a frase "buscar ao Senhor", inclui claramente a mente ou alma de um homem. Shedd e outros citam outros versos que os alunos interessados podem pesquisar. O acúmulo de versos é importante porque alguns criacionistas dão a impressão de que o Traducianismo tem apenas alguns versos a seu favor, 24 enquanto o número é considerável.
O argumento mais importante para o Traducianismo é baseado em Gênesis 2: 2, 3. "Deus. . . descansou de todo o seu trabalho. " "Em seis dias o Senhor fez o Céu e a Terra. . . e descansou no sétimo dia "(Êxodo 20:11). "Deus descansou. . . de todas as suas obras (apo panton ton ergon) "(Hebreus 4: 4).
Talvez o leitor também permita um parágrafo sobre Charles Hodge. Em sua Teologia Sistemática (II, 68ss.), Ele discute o Traducianismo e o Criacionismo. A maior parte da seção sobre o primeiro depende do alegado silêncio das Escrituras sobre o assunto; as várias passagens que os traducianistas usam, afirma ele, são inconclusivas. Ele ainda afirma: "Os mais esclarecidos e sinceros defensores do Traducianismo admitem que as Escrituras silenciam sobre o assunto" (68). Isso significa, é claro, que Shedd - que usava passagens das Escrituras - não era iluminado ou não era franco. Hodge entende que a palavra carne, naquelas passagens já citadas, significa precisamente o corpo em contraste com a alma. Então, quando ele trata da transmissão da depravação inata, e da dificuldade de pensar que Deus cria imediatamente as almas pecadoras, ele apela para causas secundárias e intermediárias, abandonando assim a ideia da criação imediata: "Não sabemos como a agência
de Deus está conectado com a operação de causas secundárias, até que ponto essa agência é mediata e até que ponto ela é imediata "(69). Certamente, esta é uma renúncia ao criacionismo. Os traducianistas estão dispostos a dizer que as almas dos homens são "criadas" mediatamente, ou seja, pela mediação dos pais, assim como também podemos falar de árvores e animais como objetos criados. Mas esses objetos criados no meu gramado da frente foram criados mediatamente por meio de sementes ou mudas de plantas anteriores.
Charles Hodge neste ponto se refere a seu capítulo posterior sobre o pecado original como uma defesa mais explícita do criacionismo e da dificuldade com a criação imediata de almas pecaminosas por Deus. Considero esta referência nas páginas 222ss. e talvez também na página 253. Mas nada disso o livra de sua duplicidade. Na última página, ele admite que "além disso, é um fato histórico universalmente admitido que o personagem, dentro de certos limites, é transmissível dos pais aos filhos. Cada nação, tribo separada e até mesmo toda família extensa de homens, tem suas peculiaridades físicas, mentais, sociais e morais que são propagadas de geração em geração. " Mas se Deus cria imediatamente a alma da criança, nenhuma característica mental ou moral pode ser propagada.
A seção anterior é igualmente insatisfatória. Seu subtítulo era "Realismo, não há solução para o problema do pecado original". A principal deficiência em seu argumento é que o Traducianismo, como uma teoria da origem da alma, nunca afirma explicar o pecado original. É uma visão da origem das almas dos descendentes de Adão e Eva. Além disso, pode acrescentar que a derivação das almas dos filhos de seus pais se relaciona perfeitamente com a escolha de Deus de Adão como seu chefe federal. Isso teria acontecido mesmo se Adão não tivesse pecado. Mas enquanto o Traducianismo e o pecado original estão relacionados, pois todas as doutrinas estão de alguma forma relacionadas em um sistema, o último deve receber sua própria explicação. Ou, como outro exemplo, a Expiação como tal não é uma explicação de nossa santificação. Nem os sacramentos explicam nossa ressurreição na volta de Cristo. Daí a tentativa de Hodge de refutar o Traducianismo, ou realismo, com o fundamento de que não resolve o problema do pecado original é inútil.
Mesmo assim, estas páginas (222ss.) Refutam o Traducianismo. A principal razão é que Hodge se opõe violentamente ao realismo. Na verdade, seu argumento contra o realismo começa duas páginas atrás. Alguns parágrafos atrás, apresentei várias objeções contra os argumentos de Hodge. Talvez mais um seja permitido e suficiente:
Realismo. . . subverte a doutrina da Trindade na medida em que torna o Pai, o Filho e o Espírito um Deus

apenas no sentido em que todos os homens são um homem. As pessoas da Trindade são um Deus, porque são uma em essência ou substância; e todos os homens são um porque eles são um em essência. As respostas que os realistas trinitários dão a esta objeção são insatisfatórias, porque eles assumem a divisibilidade e, conseqüentemente, a materialidade do Espírito.
Esta citação consiste em três frases. A primeira frase é duvidosa. Hodge não cita nenhum autor. Naturalmente, as Pessoas da Trindade são uma no sentido de que todos os homens são um e todos os cavalos; mas não se segue que as três Pessoas sejam uma só nesse sentido. Por exemplo, três seres humanos têm três vontades; mas as três Pessoas têm apenas uma vontade. Logo, a diversificação dos seres humanos não é idêntica à diversificação das Pessoas, razão pela qual não podemos afirmar que as duas unidades sejam completamente idênticas. A segunda frase parece-me bastante verdadeira e, portanto, nenhuma objeção. A terceira frase considera isso uma objeção e oferece uma suposta resposta. Os realistas, diz Hodge, assumem a divisibilidade da essência e da materialidade do Espírito. Hodge coloca o S. em maiúscula. Agora, se o pagão Platão era pior do que os realistas cristãos, ele deve ter afirmado ainda mais a divisibilidade da essência. Na verdade, ele ridicularizou. Hodge nunca leu o Parmênides de Platão? E supor que traducianistas cristãos ou realistas cristãos ensinam a materialidade do Espírito, seja o Espírito Santo ou o espírito humano, é ridículo. Traducianistas são traducianistas porque acreditam que não apenas os corpos dos filhos são derivados dos corpos de seus pais, mas também que suas almas imateriais são igualmente derivadas das almas imateriais de seus pais.
Caro leitor, permita-me acrescentar uma observação pessoal. Considero Charles Hodge, de longe, o melhor de todos os teólogos americanos. Mas sua filosofia de bom senso escocês foi fortificada com muito usquebaugh antes de ele absorvê-lo.
J. Oliver Buswell, Jr. defende o criacionismo da maneira mais infeliz. Em sua Teologia Sistemática da Religião Cristã (Zondervan, 1962,1, 250-252), ele fala três vezes de Cristo tendo nascido com um corpo sem pecado: "O corpo de Cristo era perfeitamente sem pecado". Nada é dito sobre uma alma sem pecado. Isso é peculiarmente estranho, pois, ao contrário da doutrina ortodoxa, Buswell ensina que "Ele, isto é, seu ser eterno pessoal, sua alma, tornou-se uma pessoa humana, uma alma humana, sem de forma alguma deixar de ser uma pessoa divina, uma Alma divina "(251). Mas isso é Nestorianismo, a menos que Buswell pretenda aniquilar a Pessoa divina, e outros criacionistas não ficariam satisfeitos com esta defesa de sua doutrina.
Esta seção agora será concluída com uma revisão das objeções levantadas contra o Traducianismo por Louis Berkhof (Teologia Sistemática, 197-201).
Berkhof começa com uma declaração curta, mas muito justa, do Traducianismo, incluindo parte de seu suporte bíblico. Ele se refere a apenas um versículo em favor do criacionismo, a saber, Salmo 104: 30. Mas se este versículo ensina o criacionismo, segue-se que as almas de todos os animais e todas as plantas também são criadas imediatamente. Agora, é verdade que o Antigo Testamento atribui almas e espíritos aos animais, e se um criacionista deseja aceitar o ponto, ele é consistente. Aqueles que se opõem à teoria do Traducianismo no caso dos seres humanos, mas o afirmam para os animais, são inconsistentes. Um ponto interessante, embora inconclusivo. Mas certamente mantém Deus ocupado criando.
A primeira objeção de Berkhof é apenas meia objeção. Ele começa apelando para a simplicidade e indivisibilidade da alma, e conclui que as almas dos pais não podem se dividir para fazer uma nova alma. Ele não oferece suporte bíblico para isso; e, como observado anteriormente, a alma de Eva parece ser um exemplo contrário. A segunda parte da primeira objeção é uma questão: a nova alma se origina do pai ou da mãe, ou de ambos? Teólogos medievais, como já ouvi, sustentavam que o corpo vem da mãe e a alma do pai. Que venha de ambos é mais plausível. A alma de Eva foi certamente um caso especial; A alma humana de Cristo só poderia ter vindo de Maria. Este também foi um caso especial e milagroso. Mas a incapacidade de responder a esta pergunta não é uma refutação do Traducianismo, especialmente se as Escrituras favorecem o fato.
Berkhof pressiona essa questão em sua segunda objeção, afirmando que se a nova alma está potencialmente nas almas dos pais, o Traducianismo deve ser uma forma de materialismo. Isso é um total absurdo. Ele também acrescenta que isso tornaria os pais criadores. Mas, uma vez que ele não pode negar que os corpos dos bebês vêm de seus pais, ele deve, se consistente, reconhecer que os pais são de fato criadores de corpos. É estranho como um teólogo verdadeiramente inteligente pode ser tão irracional. A terceira objeção não é uma objeção de forma alguma: é algo que os traducianistas admitem, na verdade afirmam, e usam como uma objeção contra o criacionismo. Berkhof diz: "(3) Parte-se do pressuposto de que, após a criação original, Deus trabalha apenas mediatamente" (198). Isso, entretanto, não é precisamente uma suposição: é uma exegese das Escrituras.
Berkhof também argumenta que Deus na regeneração não age mediatamente, mas imediatamente cria uma nova alma. Agora, é verdade que o apóstolo fala sobre um novo homem e até mesmo uma "nova criatura" (2 Coríntios 5:17; Gálatas 6:15). Mas se a palavra grega nesses dois versículos for entendida como bara é usada no Gênesis, teria surgido, ex nihilo, outra pessoa. É preciso lembrar que a regeneração, nas epístolas, costuma ser chamada de ressurreição. A ressurreição permite que o pecador individual permaneça ele mesmo. Bem, a regeneração também. A criação ex nihilo produz outra pessoa.
A quarta objeção é aquela que se tornou muito familiar para nós por meio de Hodges. Traducianismo é realismo, e realismo é ruim. Sem repetir os argumentos filosóficos sobre espécies, proposições universais e imagens inexistentes, negamos, com base nos argumentos já dados, que o Traducianismo "falha em dar uma resposta satisfatória à pergunta por que os homens são considerados responsáveis apenas pelo primeiro pecado de Adão , e não por seus pecados posteriores, nem pelos pecados do resto de seus antepassados. " Este assunto aparecerá novamente na discussão sobre soberania.
A quinta e última objeção de Berkhof é igualmente falha. Resumidamente, é que o traducianismo resultaria em Cristo ter uma alma humana depravada. Mas isso pressupõe que Adão foi o representante de Cristo e chefe federal. Este, entretanto, não é o caso, e a Confissão de Westminster explicitamente o exclui: ". . . a culpa deste pecado foi imputada, e a mesma morte no pecado e natureza corrompida transmitida a toda a sua posteridade descendente deles pela geração comum "(VI, 3). A propósito, o verbo transportado sugere traducianismo. O nascimento de Cristo foi milagroso e não deve ser incluído na regra universal.
Berkhof então defende o criacionismo, primeiro em uma base exegética. Eclesiastes 12: 7, "Então o pó voltará

à terra como o era, e o espírito voltará a Deus que o deu", indica "origens diferentes" para alma e corpo. Isso não é surpreendente: Gênesis 2: 7 diz isso. Mas nenhum dos versos especifica o modo de propagação. Deus imediatamente formou a terra em um corpo para Adão; isso significa que Deus faz imediatamente o mesmo para cada indivíduo? É difícil dizer como Isaías 42: 5 se encaixa na teoria de Berkhof. Zacarias 12: 1 diz que Deus "forma o espírito do homem dentro dele". Mas Amós 4:13, com o mesmo verbo hebraico, diz que Deus "forma os montes e cria o vento". Deus cria imediatamente cada vento que sopra do Canadá para nos esfriar a cada inverno? Deus não formou uma montanha em um milharal mexicano alguns anos atrás? Demorou cerca de um ano para fazer isso. Hebreus 12: 9, que Berkhof cita a seguir, fala de Deus como "o Pai dos espíritos". Como alguém pode tirar o criacionismo disso? Ele cita "Delitzsch, embora um traducianista [dizendo], 'Dificilmente pode haver um texto de prova mais clássico para o criacionismo.'" não precisa ter medo. Na antiga sociedade judaica, e às vezes no inglês americano, o termo pai não significa o pai imediato do menino. Abraham Lincoln disse: "Quatro vintenas e sete anos atrás, nossos pais. . . . " Os judeus regularmente se referiam a Abraão como seu pai (João 8:39). Se o versículo tem alguma referência à origem das almas, ele sugere traducianismo, não criacionismo. Berkhof realmente expõe seu caso acrescentando ao versículo em Hebreus 12: 9, Números 16:22, que diz meramente que Deus é o Deus dos espíritos de toda a carne. Bem, claro; Deus é o Deus de todo o universo.
O segundo argumento é o ponto filosófico de que, embora o criacionismo reconheça "a natureza imaterial e espiritual e, portanto, indivisível da alma do homem ... a teoria traduciana, por outro lado, postula uma derivação da essência, que, como é geralmente admitido, implica necessariamente
separação ou divisão de essência. " Este é um mal-entendido de realismo, que o Parmênides ridicularizou. Talvez Berkhof esteja pensando em Tertuliano. Mas Tertuliano, embora um cristão e uma pessoa importante no desenvolvimento da doutrina da Trindade, era, estranhamente, um materialista. Muito poucos cristãos foram materialistas. O próximo em que consigo pensar foi Thomas Hobbes, no século XVII. Mais recentemente, o behaviorismo tem progredido nas faculdades cristãs; mas claramente isso não é Cristianismo. De qualquer forma, Shedd e outros não eram materialistas.
O terceiro e último argumento diz respeito à cristologia e argumenta que o traducianismo deve tornar Jesus culpado do primeiro pecado de Adão. Isso foi refutado anteriormente, e alguma elucidação seguirá na próxima seção.25

18. A Soberania de Deus
Muitos dos assuntos discutidos nas seções anteriores - os pactos, a Encarnação, a Satisfação e, de fato, a necessidade absoluta - chegam ao ponto crítico sob a rubrica de soberania. Uma questão levantada anteriormente era se Deus poderia ter dispensado soberanamente a justiça. Os dois Hodges decidem a favor da justiça e rejeitam a soberania. Que o leitor entenda que este tratado afirma que Cristo satisfez a justiça de seu pai. O que o tratado pretende mostrar é que Hodges e outros formularam uma disjunção incorreta entre os dois. Ou, para antecipar, a própria justiça é baseada na soberania. Isso inclui a ideia de que a Expiação era absolutamente necessária. A teologia de Charles Hodge é impecável em quase todos os pontos, mas alguns de seus parágrafos (como indiquei em outras publicações) sofrem de confusão. A questão: como a justiça se relaciona com a soberania? pode surgir apenas dentro da esfera do Calvinismo. A teologia luterana é mais antropocêntrica do que teocêntrica. Krauth, um teólogo luterano influente, em seu The Conservative Reformation and Its Theology (\ 23ss.), Afirma que Arminius foi amplamente influenciado pelo luteranismo. O exemplo decisivo de Krauth é a escolha de Arminius e negação dos cinco pontos do Calvinismo: Foi Arminius, não algum Calvinista, que selecionou o TULIP como a essência do Calvinismo. Sobre isso, diz Krauth, o arminianismo e o luteranismo estão de acordo. Alguns semi-calvinistas concordam parcialmente. A.H. Strong (Teologia Sistemática, II, 635) observa: "Preferimos atribuir os procedimentos de Deus à justiça, em vez de à soberania." Esta declaração está imediatamente conectada com a imputação da culpa de Adão à sua posteridade, mas é razoável supor que Strong diria a mesma coisa da Expiação também. A afirmação é vaga, sugerindo uma mera preferência que permitiria algum papel à soberania se fosse pressionada. Strong apóia sua preferência em cinco considerações. A primeira é: "Uma provação [no caso de Adão] é mais consistente com a justiça divina do que uma provação separada para cada indivíduo". Se terminarmos a frase aqui, a resposta é que a maioria das pessoas insistiria que a provação de cada indivíduo é mais justa, enquanto a imputação depende mais claramente da soberania. Na verdade, a frase continua: "de cada indivíduo com [sua] inexperiência, depravação inata e mau exemplo, todos favoráveis a uma decisão contra Deus". Mas, com exceção do exemplo do mal, as condições falsificam a situação. Adão era igualmente inexperiente, e uma provação para cada indivíduo só poderia ocorrer se cada um fosse tão inocente quanto Adão. Ou seja, a teoria rejeita a depravação inata. Conseqüentemente, o argumento falha em dois pontos. Em segundo lugar, "uma constituição que tornou possível uma queda comum pode ter sido indispensável para qualquer provisão de uma salvação comum." A resposta é: "pode ter sido" é insuficiente. Para provar seu ponto de vista, Strong deveria ter dito "deve ter sido". Talvez seja sábio omitir as outras razões de Strong. Todos eles parecem irrelevantes para mim, mas o leitor pode ler Strong por si mesmo e decidir. No entanto, como acabamos de dizer, o problema é essencialmente um problema para o calvinismo porque, ao contrário das outras teologias, ele enfatiza a justiça e a soberania. A questão é: como eles estão relacionados? Sobre este assunto, Charles Hodge tem um parágrafo peculiar. Parece se contradizer. O subtítulo (Teologia Sistemática, I, 539) é "Os Decretos de Deus são Gratuitos", e a seguinte citação faz parte dele: Eles [os decretos] são determinações racionais, fundadas em razões suficientes. Isso se opõe à doutrina da necessidade, que pressupõe que Deus age por uma mera necessidade da natureza, e que tudo o que ocorre é devido à lei do desenvolvimento ou da automanifestação do ser divino. Isso reduz Deus a uma mera natura naturans, ou vis formativa, que age sem desígnio. A verdadeira doutrina se opõe também à ideia de que a única causa dos eventos é uma força intelectual análoga aos instintos de animais irracionais. Os atos realizados sob a orientação do instinto não são atos livres, pois a liberdade é uma libertia rationalis, a espontaneidade determinada pela razão. Portanto, está envolvido na idéia de Deus como um ser racional e pessoal que seus decretos são gratuitos. Ele era livre para criar ou não criar ... para agir ou não agir. . . não por qualquer necessidade cega, mas de acordo com o conselho de sua própria vontade. Este parágrafo contém considerável confusão; mas antes de examiná-lo, ajudará a citar partes de um parágrafo seguinte no qual

Hodge mostra mais claramente sua ortodoxia básica. Os decretos de Deus são gratuitos no sentido de serem absolutos ou soberanos ... . Os decretos de Deus não são condicionais em nenhum caso. O evento decretado é suspenso com uma condição, mas o propósito de Deus não é. É inconsistente com a natureza de Deus assumir suspense ou indecisão de sua parte. Se ele não determinou absolutamente o que deve ocorrer, mas espera até que uma condição indeterminada seja ou não cumprida, então seus decretos não podem ser eternos nem imutáveis. Este último parágrafo é muito mais claro do que o anterior. Podemos concordar com o primeiro que os decretos, incluindo, é claro, tudo relacionado com a Expiação, são "determinações racionais". Com esta frase, entendo que todo o plano da história é teleológico. Eventos anteriores se preparam para eventos posteriores. A traição de Judas preparada para a prisão e a crucificação. Mas ao contrário do que Hodge diz, isso não descarta "a doutrina da necessidade". Embora se deva rejeitar a ideia de que haja algum desenvolvimento em Deus, de fato há desenvolvimento na história. Nem é a palavra “mero” muito clara quando Hodge diz que Deus não age por uma mera necessidade da natureza. Se o termo natureza se destina a indicar o universo físico - Mãe Natureza, como alguns poetas o chamam, e natura naturans como Spinoza disse - é claro que concordamos com a declaração de Hodge. Além disso, a referência de Hodge a Spinoza parece apoiar a ideia de que ele está pensando no universo. Spinoza era um panteísta que costumava usar a frase Deus sive Natura. Mas Hodge parece ter confundido a Mãe Natureza com a natureza de Deus. A questão importante é se Deus age necessariamente por sua própria natureza. Será que Deus quis salvar ninguém? Será que Deus quis que Antônio tivesse vencido ou que o duque de Guise derrotasse Henrique IV? Se alguém diz que a derrota de Antônio era necessária e que Deus não poderia ter desejado de outra forma, isso não significa - como Hodge parece dizer que sim - que Deus teria agido sem desígnio. Nem a doutrina da necessidade exige que a força intelectual de Deus seja análoga aos instintos de animais irracionais. Na melhor das hipóteses, Hodge, em seu ataque ao spinozismo, usou uma linguagem que pode ser aplicada a pontos de vista que não são absolutamente spinozistas. E uma dessas visões é a doutrina cristã de Deus e seus decretos. Um dos termos que os Hodges usam com confiança e satisfação é liberdade. Deus era livre para criar ou não criar; Deus estava livre para salvar ou não salvar os homens; mas se ele livremente escolhesse salvar alguém, era necessário que ele sacrificasse Cristo. Nisso ele não era livre. É razoável supor que essa linguagem reflete de alguma forma as discussões sobre o livre arbítrio do homem. De qualquer forma, a ideia da liberdade de Deus deve ser esclarecida. Alguns tipos de liberdade são obviamente irrelevantes para a presente discussão: um homem pode estar livre de doenças, de preconceitos ou de sua esposa anterior. Embora esses significados sejam irrelevantes, nota-se que a liberdade é freqüentemente, quase sempre, liberdade de algo. Spinoza é uma exceção, pois sua liberdade é uma liberdade para. Um grão de trigo é livre para crescer se for plantado em solo bom, em vez de ter caído em uma pedra onde um pássaro pode pegá-lo. O pássaro é mais livre do que um grão de trigo porque, se essa rocha não tivesse nenhum grão de trigo, o pássaro pode voar e encontrar comida em outro lugar. Um homem é mais livre do que um pássaro porque pode sobreviver em muitas outras circunstâncias. Assim, diz Spinoza, a liberdade não é a capacidade de fazer qualquer uma das duas coisas na mesma circunstância, mas a capacidade de fazer a mesma coisa em muitas circunstâncias. A liberdade arminiana e romana é o poder de escolha contrária. Não há nada - absolutamente nada - em qualquer circunstância no Céu acima, ou na Terra abaixo, ou nas águas abaixo da Terra - mas especialmente no Céu acima - que necessite de uma determinada vontade. A escolha oposta é sempre tão possível quanto a escolhida. Mas o que pode ser a liberdade divina? Uma coisa é certa. Não há poder, circunstância ou princípio externo a Deus que necessite ou mesmo o induza a fazer algo. É claro que antes da criação do mundo não havia circunstância alguma, embora algum filósofo possa dizer que havia princípios eternos externos a ele. Mas para o cristão não havia nada antes de criar algo. Mas isso significa que Deus poderia ter escolhido não criar? A confusão que permeia a discussão sobre este assunto surge do impulso bastante natural de entender a vontade de Deus como semelhante à vontade do homem, ou, mais precisamente, semelhante ao que muitos teólogos pensam que seja a vontade do homem. Em particular, eles retratam Deus como antes indeciso e, mais tarde, em um momento no tempo, Deus faz uma escolha. O teólogo pode de fato reconhecer que não há motivação externa, mas ele ainda mantém a possibilidade de que Deus poderia ter desejado de outra forma. Essa confusão se deve ao fato de que os autores muitas vezes esquecem que Deus é imutável. Grotius parece ter argumentado que nenhuma forma de Expiação é absolutamente necessária. A lei, afirma ele, é um produto da vontade divina e não algo inerente à sua natureza. Portanto, Deus é livre para fazer cumprir, revogar ou de qualquer forma alterar as leis. Grotius não é o único que parece assumir que a vontade de Deus é livre no sentido de que ele pode mudar de ideia a qualquer momento. A liberdade, entretanto, deve ser definida e as implicações da definição devem ser declaradas. Por exemplo, a liberdade humana pode consistir na circunstância de que a conduta de uma pessoa não é determinada pela lei físico-química. Dessa definição, se aceita, segue-se que o universo não é um mecanismo. Mas, no que diz respeito a essa definição, a conduta humana pode ser exigida por uma lei teleológica divina. Quanto à liberdade de Deus, ele certamente está livre do controle de qualquer poder superior, pois não existe poder superior a Deus. Mas como imutável por natureza - veja a distinção de Grotius entre vontade e natureza algumas linhas acima - a vontade e a ação de Deus são inalteráveis. Hodge, que rejeita a visão de Grotius sobre a Expiação, talvez seja um pouco, mas não muito, melhor. Deus, diz ele, “deseja o preceito porque é intrinsecamente correto. . . . Deve haver um padrão absoluto de justiça. ” Tal declaração coloca um padrão de justiça fora de Deus. O padrão é intrinsecamente correto, portanto, independente da soberania de Deus - na verdade, a soberania foi abandonada. Hodge, no entanto, quer evitar essa implicação, pois ao contrário de Grotius, Hodge imediatamente acrescenta: “Este padrão absoluto é a natureza divina. . . a inteligência divina. ” Este acréscimo dá a impressão de manter a soberania divina em oposição a qualquer poder ou princípio externo. Mas enfrenta uma objeção igualmente difícil. Isso levanta a questão da diferença entre vontade e natureza. O que é natureza? Não falamos da natureza disso ou daquilo? Então, não devemos falar da natureza de Deus, da natureza da vontade de Deus, da natureza da inteligência de Deus? A natureza não é constituinte de nada. São simplesmente as características da coisa. A natureza de Deus, como a natureza de um cachorro, é tal e tal porque tais são as características do cachorro ou de Deus. A natureza é simplesmente a maneira como o cão ou Deus age. Não há natureza que controle a vontade de Deus. Como Isaac Watts escreveu certa vez: “Os cães se deleitam em latir e morder, pois sua natureza também.” 26 Além de examinar o termo natureza, deve-se perguntar o que é vontade? Se falamos da vontade

humana, nos referimos a um ato de escolha um tanto momentâneo. Depois de ter considerado a desejabilidade relativa desta linha de ação versus aquela, ou (o que é a mesma coisa) entre uma ação e não fazer nada - como investir na AT&T ou apenas deixar o dinheiro na conta corrente - e ter ficado perplexo sobre isso indecisamente por um período de tempo, chegamos a uma conclusão e fazemos nossa escolha: nós decidimos e fazemos. Então, quando começamos a estudar teologia e a considerar a vontade de Deus, estamos aptos a pensar ou subconscientemente supor que Deus toma decisões. Ele desejou criar, ele desejou - depois de alguma deliberação - salvar alguns, e assim por diante. Embora não possamos dizer isso em voz alta, supomos que Deus ficou intrigado: Ele poderia criar ou se recusar a criar; ele poderia ou poderia se recusar a salvar alguns; e se ele decidisse salvar alguns, ele poderia usar todos os meios imagináveis. Agora, embora essas escolhas sejam todas de uma natureza, todas sujeitas às mesmas considerações, Hodge e outros querem dar à última pergunta uma resposta diferente de suas respostas às perguntas anteriores. Isso me parece logicamente inconsistente; pois, se alivia Deus da indecisão no último ponto, o retrata como indeciso nos pontos anteriores e atribui a ele um ato de escolha relativamente momentâneo. Isso faz de Deus uma criatura temporal, ou se não uma criatura, pelo menos um ser temporal. Tal visão é totalmente inconsistente com a onisciência divina. O Deus imutável nunca aprendeu nada e nunca mudou de ideia. Ele sabia de tudo desde a eternidade. Isso tudo inclui o número de mosquitos em Jackson Hole e o número de planetas no sistema solar. Subjacente a esses dois exemplos está a criação de um universo temporal. Pois o tempo começou com a criação do primeiro anjo não onisciente. Sem alegar infalibilidade, e certamente não onisciência, acredito que o que foi dito acima é substancialmente o que a Bíblia implica. Talvez se deva citar alguns dos versículos de apoio mais claramente. Isso é ainda mais apropriado porque muitos, até mesmo a maioria, dos volumes sobre Teologia Sistemática são estranhamente deficientes neste ponto. Felizmente, o indispensável Charnock preenche a lacuna. No entanto, como mostra Charnock, a maioria das referências bíblicas são exemplos, em vez de afirmações universais. Se Deus conhece a quantidade de fios de cabelo de nossas cabeças e chama todas as estrelas pelo nome e nota a queda de cada pardal, somos encorajados a acreditar que ele sabe tudo. No entanto, existem certas afirmações e inferências mais gerais de seus outros atributos. Alguns dos últimos serão citados primeiro. O primeiro desses versículos pode ser facilmente mal interpretado, mas também não deve ser subestimado. Salmo 147: 5: Grande é nosso Senhor e poderoso em poder; seu entendimento é infinito .271 Samuel 2: 3: O Senhor é um Deus de conhecimento. Colossenses 2: 3: ... no qual estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento. Esses três, especialmente os dois últimos, são suficientemente universais e devem, mesmo por si mesmos, ser considerados conclusivos. Os próximos dois podem não parecer universais por si só, mas seria difícil negar suas implicações. Isaías 46:10:. . . Declarando o fim desde o início. . . Hebreus 4:13: Não há criatura que esteja oculta à sua vista. Alguém poderia ser ousado o suficiente para afirmar que existem algumas não-criaturas que podem não se manifestar à sua vista? Os versos a seguir mostram que o conhecimento de Deus não aumenta nem diminui porque ele é imutável e eterno. Êxodo 3:14: EU SOU quem EU SOU. Salmo 90: 2: De eternidade a eternidade, você é Deus. Malaquias 3: 6: sou o Senhor, não mudo. 1 Timóteo 1:17: ... ao Rei eterno. . . Tiago 1:17: ... o Pai das luzes, em quem não há variação nem sombra de variação. Agora vêm alguns versículos que dão exemplos, exemplos notáveis, do que Deus sabe. Charnock cita dezenas desses versos e os expõe detalhadamente. Menos de meia dúzia de conhecimento de Deus seria incompleto, senão assistemático. O número de números primos é igual ao número de números porque ambos são infinitos; de modo que se o conhecimento de Deus fosse infinito, sempre haveria um item extra além do anterior. Não haveria completude. É verdade que pode haver um "número" infinito de proposições contando as séries: Hoje é terça, é verdade que hoje é terça, é verdade que é verdade que hoje é terça, ad nauseam. deve ser suficiente aqui. Todos eles estão de acordo com a doutrina da Expiação. João 13:18: Eu sei quem eu escolhi. Romanos 9:11: Os filhos ainda não nasceram. . . para que o propósito de Deus de acordo com a eleição permaneça. . . . Efésios 1: 4: ... nos escolheu nele antes da fundação do mundo. . . . Efésios 1: 9: ... de acordo com o seu beneplácito que ele propôs em si mesmo. . . 2 Timóteo 2:19: ... O Senhor conhece aqueles que são seus. Observe que o primeiro e o quinto versículos citados, para não mencionar os outros, só fazem sentido se houver alguns que Deus não escolheu e não são seus. Da imutabilidade e onisciência de Deus segue necessariamente que não existe nenhum outro método possível de salvação - não, entretanto, pelas razões que Hodge dá, mas simplesmente por causa dessa imutabilidade. Em grande parte dessa discussão, os autores falam como se Deus em uma ocasião produzisse um ato de vontade e em outra ocasião fizesse outro ato voluntário. Os Padrões de Westminster, no entanto, reproduzem a posição bíblica de que Deus é imutável. Portanto, não apenas o método propiciatório de expiação é absolutamente necessário, mas também o número de mosquitos no mundo a qualquer momento. Cada detalhe faz parte do decreto divino abrangente. Deus predestina tudo o que acontece. Tudo é necessário. Essa visão exalta a soberania de Deus. Essa visão exalta a Deus. Não pense que a referência aos mosquitos foi irreverente. William Cullen Bryant não era calvinista e sua teologia é deplorável; ainda assim, em uma ocasião, ele declarou a verdade, mesmo que não pudesse aplicá-la apropriadamente a si mesmo. Um cristão pode separar suas linhas da teologia de Bryant e repetir com apreço essas palavras de To a Waterfowl ·: Há um poder cujo cuidado ensina seu caminho ao longo dessa costa sem trilhas, O deserto e o ar ilimitado Solitário vagando, mas não perdido. Ele, que, de zona em zona, Guia através do céu sem limites teu vôo certo, No longo caminho que devo trilhar sozinho, conduzirá meus passos corretamente. Isso resolve a questão de se o método da Expiação é baseado na soberania ou na justiça, e se Deus poderia ter recusado ou negligenciado salvar alguém. Sem chance. Como afirmado anteriormente pelo presente escritor, o sacrifício de Cristo na cruz satisfez a justiça do pai. Mas agora deve ficar claro que a justiça é uma faceta da soberania. Não existe princípio moral superior a Deus. Posso dizer que não existe princípio moral superior à vontade de Deus. A vontade de Deus e o intelecto de Deus são idênticos. Justiça é o que Deus pensa. Supor que qualquer coisa poderia ter sido diferente é supor que Deus poderia ter sido diferente do que é. A salvação dos eleitos é uma parte do plano soberano pelo qual o universo continua. Deus teve que criar - não porque houvesse algum poder externo a ele, mas porque ele é Deus. Um Deus que não pode criar, ou não teria criado, simplesmente não é o Deus bíblico. Neste século XX, as pessoas gostam de ser modernas e atualizadas. Qualquer coisa, mesmo com dez anos - para não dizer duzentos ou dois mil - está fora de moda, obscura, medieval, estúpida, não iluminada, errônea, ilógica e simplesmente falsa. Hoje somos educados. Como uma doce aluna do terceiro ano disse à mãe: Não preciso

aprender aritmética; Estou desenvolvendo uma consciência social. É por isso que Johnny não sabe ler. . . teologia. Alguns cristãos, mirabile dictu e gloria in excelsis Deo, ainda se lembram do Rock of Ages. É claro que eles não sabem que o autor escreveu sobre o assunto atual mais do que sabem de seus outros 149 hinos. Aqui está algo bastante novo e atualizado, no que diz respeito à geração atual. Augustus Toplady escreveu, entre outras coisas, Observations on the Divine Attributes. 28 A simplicidade de Deus e a identidade de todos os atributos divinos, usados acima para estabelecer a relação entre justiça e soberania, Toplady expressa nas seguintes palavras. "Embora o grande e sempre bendito Deus seja um Ser absolutamente simples ... ele está, no entanto, em condescendência com nossas faculdades fracas e contraídas, representadas nas Escrituras como possuidoras de diversas propriedades, ou atributos, que embora aparentemente diferentes de sua essência, são na realidade essenciais para ele e constitutivos de sua própria natureza "(675, 1). Toplady então especifica "sua sabedoria eterna, a absoluta liberdade e liberdade de sua vontade, a perpetuidade e imutabilidade, tanto de si mesmo quanto de seus decretos, sua onipotência, justiça e misericórdia." O material é tão bom que exige muita contenção para não citar o artigo inteiro, doze páginas de longas colunas duplas. Não tema, leitor moderno, darei apenas alguns parágrafos curtos. Deus é ... tão perfeitamente sábio que nada. . . pode iludir seu conhecimento. . . 'São conhecidas por Deus todas as suas obras desde a eternidade'. Consequentemente, Deus não sabe nada. . . que ele não conhecia e previa desde a eternidade ... . O que quer que ele conheça de antemão como futuro, necessariamente e sem dúvida acontecerá. Pois seu conhecimento não pode ser mais frustrado. . . do que ele pode deixar de ser Deus. Não, se qualquer uma dessas coisas fosse o caso, ele realmente deixaria de ser Deus. Algumas pessoas argumentam que o conhecimento ou presciência não exige nada. Até mesmo um homem pode saber que um evento ocorrerá amanhã, mas isso não significa que ele o causou. Talvez por isso. Mas se ele não causa isso, deve haver alguma outra causa que o faz; pois a menos que fosse certo, ele não poderia sabê-lo.29 Agora, então, uma vez que a onisciência mostra que todos os eventos são certos, segue-se que se Deus não os causa, deve haver uma causa externa e independente de Deus. Em outras palavras, Deus deixou de ser Deus. Toplady reconhece isso neste parágrafo: "A presciência de Deus, considerada abstratamente, não é a única causa de seres e eventos; mas sua vontade e presciência juntos. Conseqüentemente, descobrimos, em Atos 2:23, que seu determinado conselho e presciência agem em conjunto, o último resultando e sendo baseado no primeiro "(675) .f Observe que a presciência depende de determinado conselho. Isso não é verdade para um homem. Por exemplo, eu sei que Cristo voltará. O evento é determinado, certo e necessário. Mas eu não o determinei. Apenas mais algumas linhas de Toplady: "Tudo o que acontece, acontece em virtude desta vontade onipotente absoluta de Deus, que é a causa primária e suprema de todas as coisas. . . . A vontade de Deus é a causa de todas as coisas como sendo ela mesma sem causa; pois nada pode ser a causa daquilo que é a causa de tudo "(677). Mais tarde no volume (784-819, todas as colunas duplas), há seu artigo, "O Esquema da Necessidade Cristã e Filosófica Afirmada." Em contraste com os tipos de interesse proeminentes entre os cristãos relativamente conservadores de hoje, aqueles de uma época anterior podem ser instrutivos. William Cunningham, Professor de História da Igreja no New College, Edimburgo, relata30 um interessante ataque ao Dr. Chalmers por Sir William Hamilton. Este último denunciou o primeiro como fatalista, panteísta, ignorante e suicida em teologia. Seu motivo era que Chalmers ensinava a doutrina da necessidade filosófica. A conclusão de Cunningham foi que a Confissão de Westminster permite, mas não ensina a necessidade filosófica, que Chalmers não apenas tinha liberdade para aceitar essa visão, mas também que sua ortodoxia era impecável. Em um nível inferior - um nível muito inferior - The Presbyterian Journal, 18 de novembro de 1981, inclui um artigo do Reverendo Donald A. Dunkerley intitulado "Hyper-Calvinism Today." Este autor deve ser altamente recomendado porque ele sabe o que é hiper-Calvinismo e ele afirma a definição claramente. A maioria dos escritores e pregadores populares não declara nem sabe disso. O hiper-calvinismo é "aquela visão do calvinismo que sustenta que' não há um chamado mundial para Cristo enviado a todos os pecadores, nem todos os homens são ordenados a tomá-lo como seu Salvador. 'Hipercalvinistas. . . afirmam que Cristo deve ser apresentado ou oferecido como Salvador somente àqueles a quem Deus efetivamente chama "(14). Parece que existem tais pessoas, pessoas que são ridiculamente chamadas de Batistas Hard-shell. Deve haver muito poucos assim, e não conheço nenhum presbiteriano que se qualifique. O próprio Dunkerley reconhece que eles são "uma minoria quase insignificante". No entanto, embora saiba muito bem o que o termo significa, ele deseja estender suas conotações pejorativas às pessoas a quem o termo não se aplica. Seu método é fazer perguntas retóricas que ele deseja que seus leitores respondam afirmativamente, quando claramente a resposta correta é negativa. Apesar de seu reconhecimento de que hipercalvinistas são uma minoria quase insignificante, e depois de descrever várias formas de evangelismo, ele reclama que "nos falta e precisamos urgentemente em nossos dias [um] evangelismo compassivo." Bem, isso é verdade, mas em seu contexto parece significar que o hiper-calvinismo é quase a pior aberração do século vinte. Talvez do século XVIII também, pois Whitefield - a quem ele cita com aprovação - dificilmente evidencia os métodos evangelísticos que parece exigir. Claro, a Bíblia nos ordena pregar o Evangelho a todos os homens. Para um hipercalvinista que insistia que um ministro deveria pregar o Evangelho apenas para os eleitos, Clarence Edward Macartney, se bem me lembro, respondeu: "Você me mostra quais pessoas são os eleitos, e eu restringirei minha pregação a eles . " Mas quando o Sr. Dunkerley quer dizer a todos que "Deus te ama", eu me pergunto como ele pode defender essa frase quando não apenas Jacó, mas Esaú também está na platéia.31 Assim, então, é minha visão de soberania, e minhas respostas para objeções variadas. Deo soli gloria.

19. A Extensão da Expiação

Esta seção final poderia ser escrita como um anticlímax. Todos os pontos importantes já foram expostos e, é claro, eles implicam que Cristo morreu especificamente para salvar os eleitos e nenhum outro. A menos que uma pessoa acredite na salvação universal, ela deve acreditar que alguns estão perdidos; e se alguns estão perdidos, pode-se supor com mais razão que muitos, senão todos, os que se afogaram no dilúvio foram perdidos; e certamente muitos, senão todos, os que pereceram fisicamente no incêndio que caiu sobre Sodoma e Gomorra também pereceram eternamente. Dadas essas suposições, pode-se perguntar: Cristo, enquanto estava na cruz, pretendia salvar essas pessoas? Obviamente não, pois eles já estavam no Inferno e não havia uma segunda chance. Assim, a partir da consideração de muitas passagens nas Escrituras, podemos inferir que a extensão ou aplicação da Expiação é limitada aos eleitos. Todas as doutrinas da

Escritura são logicamente interdependentes. Visto que as doutrinas mais pertinentes já foram discutidas, qualquer outro apelo às passagens bíblicas é anticlimático e desnecessário. No entanto, este procedimento, ou falta de procedimento, incitaria os arminianos a uma tempestade de protestos. Eles iriam acusar que estamos substituindo a revelação bíblica por "mera lógica humana", e em um ponto onde as Escrituras, além de toda disputa, apóiam enfaticamente seu ponto de vista. Deus não amou tanto o mundo, cada pessoa no mundo, que ele queria salvar a todos? Além disso, ao contrário do hiper-Calvinismo quase inexistente, o Arminianismo tem numerosos adeptos na América. Sem contar os luteranos, que têm visões semelhantes (pelo menos neste assunto em particular), podemos supor (visto que estatísticas precisas não estão disponíveis) que os arminianos formam uma grande maioria dos chamados fundamentalistas ou evangélicos. Portanto, aqueles que entendem as Escrituras devem estar constantemente combatendo o Arminianismo, pois ele é tão difundido. Qualquer pessoa que observe os procedimentos reais de evangelismo neste país - alguns grupos ignoram tanto o pecado quanto o arrependimento - dificilmente pode ignorar a vasta diferença entre a pregação de vários evangelistas. Um sermão de rádio outro dia forneceu um exemplo um tanto divertido. O pregador estava enfatizando um certo ponto e refutando outras possibilidades. A possibilidade número um falha porque o versículo fulano a exclui. A possibilidade número dois desmorona nesses outros versos. E a possibilidade número três é simplesmente o período do Calvinismo. O que poderia ser mais devastador? Assim, a questão não se limita ao que algumas pessoas ignorantes chamam de ossos secos da teologia; diz respeito à pregação real, à mensagem real de evangelistas que estão muito vivos e presentes. A ideia principal do Arminianismo em conexão com o que os calvinistas chamam de Satisfação de Cristo é que Cristo morreu a fim, não para salvar alguns, mas simplesmente para tornar a salvação possível a todos. De acordo com a teoria, Cristo morreu por todos os homens igualmente e não "especialmente por aqueles que crêem". O Pai não deu a Cristo um "povo peculiar" ou uma "possessão prometida". Cristo nunca obteve reconciliação para ninguém. Mas se for assim, como poderia Isaías dizer: "Ele verá a sua semente. ... Ele verá o trabalho de sua alma e ficará satisfeito "? De qualquer forma, de acordo com os arminianos, Cristo nunca realmente obteve a reconciliação de ninguém: Ele meramente removeu o obstáculo da justiça divina para tornar toda a humanidade salvável. A Expiação não tem eficácia em si mesma, no que diz respeito à aplicação. Por falar nisso, em sua teoria, o resgate pode não ter libertado ninguém. Em outras palavras, Cristo não pretendia salvar ninguém, nem sua morte assegurou a salvação de ninguém. A salvação é uma obra adicional do livre arbítrio do homem. Um homem é mais espiritual do que outro, ou mais inteligente, ou mais determinado; e assim, de sua própria habilidade natural, ele aproveita a chance que Cristo ofereceu igualmente a todos. Se alguém deseja se reconciliar com Deus, o próprio homem deve fazer algo por sua própria vontade para produzir a reconciliação. Ele deve aplicar a redenção a si mesmo. O Arminianismo, como observado acima, contradiz o Calvinismo em todos os pontos; e aqui vemos isso contradizendo o ensino obviamente bíblico de que o homem está morto em pecado. Sua vontade não é totalmente depravada; sem regeneração ele pode exercer fé. Embora ninguém acuse os arminianos de serem católicos romanos, os dois concordam em um ponto pelo menos - um ponto fatal; a saber, que embora o sacrifício de Cristo fosse necessário para a salvação, não é suficiente. O homem deve adicionar algum trabalho meritório de sua autoria. Para apoiar a doutrina da L em TULIP, Expiação Limitada, é suficiente deduzi-la logicamente de outras doutrinas ou outras partes da doutrina da Expiação. Mas não estamos dispostos a aduzir passagens bíblicas que afirmem isso de maneira mais direta e explícita. Em primeiro lugar, porém, uma pequena divisão do assunto. A aplicação ou extensão do resgate pode ser dividida em duas partes. A palavra aplicação sugere algum método de aplicação de redenção; a palavra extensão se refere claramente ao número ou identidades daqueles que são salvos. A redenção é aplicada pelo Espírito Santo. Ele ressuscita o pecador, morto em delitos e pecados, para uma vida nova. Ele transforma a vontade recalcitrante de um homem em uma vontade de fé. Ele opera a fé em nós. Esta parte do plano de Deus é melhor discutida sob o assunto da obra do Espírito Santo. Aqui, estamos mais preocupados com a extensão da aplicação. Quanto ao material bíblico, até mesmo os arminianos devem admitir que muitos versículos têm relação com vários tópicos. Uma profecia comum de um evento futuro, como a libertação dos judeus por Ciro, apóia a doutrina da onisciência, apóia a visão de que Israel foi uma nação escolhida e nos ensina algo sobre como Deus usa governantes civis. Conseqüentemente, não podemos permitir que os arminianos nos proíbam de nos referirmos ao pacto de redenção (seção 3, acima). O Pai deu a seu Filho um certo número de pessoas para redimir. Este corpo de pessoas é propriedade peculiar de Deus. Isso não inclui todos, pois "Eu amei Jacó, mas eu odiei Esaú". O pregador não muito brilhante, citado pelo Sr. Dunkerley, que encontrou dificuldade com João 3:16 provavelmente não teve maiores problemas com ele do que o próprio Sr. Dunkerley, pois ele claramente o interpretou mal. Romanos 9:13 deve ajudar os dois. Enfatizando a natureza substitutiva da Expiação, Smeaton (A Expiação, 174) diz: A eficácia redentora de sua morte é descrita como tendo ocorrido dentro de um determinado círculo e tendo influência sobre um determinado grupo de pessoas. . . . As palavras do Senhor sobre este ponto são tão expressas que não temos qualquer dúvida de que a expiação foi oferecida especialmente para as pessoas que [realmente] recebem o benefício de sua morte. ... Sua extensão coincide com seus efeitos. Na próxima página, Nosso Senhor chama o objeto de sua expiação de suas ovelhas (João 10:15) ... . Eles já são chamados de suas ovelhas porque foram dados a ele no decreto divino e conhecidos como seus. . . . Cristo não morreu de maneira meramente indeterminada e na incerteza se ele deveria ter um rebanho, mas com objetos especiais de redenção [indivíduos específicos] diante de sua mente. ... Ele morreu pelas ovelhas, não pelos lobos. Smeaton tem várias páginas refutando o arminianismo e as visões semipelagianas.32 O ponto crucial da questão está na intenção de Cristo e do Pai. Cristo pretendia salvar alguns ou nenhum? Ele pretendia salvar os sodomitas? Qual era o seu propósito? Dois versículos do Evangelho de João obviamente apontam para sua intenção. João 10:15: Eu dou minha vida pelas ovelhas. João 17: 9: Eu não oro pelo mundo. Em resposta a qualquer arminiano ou outro tipo de má interpretação, diga-se que o mérito intrínseco do sacrifício de Cristo foi suficiente para comprar a redenção de qualquer um ou de todos. A questão é: quem em particular ele realmente comprou? Mais três versículos coincidem em responder a esta pergunta. Atos 20:28:. . . a igreja de Deus que ele comprou com seu próprio sangue. Romanos 8: 32-33:. . . entregou-o por todos nós. . . Eleito de Deus. Efésios 5:25: ... como também Cristo amou a igreja e se entregou por ela. Se alguém disser que, embora seja claro que Cristo morreu pelas ovelhas e pela igreja, ele também redimiu outros, que tal pessoa cite o versículo que diz que os sodomitas estão agora no

céu. Visto que isso obviamente não pode ser feito, os arminianos usam versos de aplicação mais geral. 1 Timóteo 2: 4,6:. . . que deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade. . . que se deu em resgate por todos. . . . Agora, primeiro, o contexto mostra claramente que as duas palavras "todos os homens" significam homens de diferentes posições sociais e diferentes raças: gentios, bem como judeus, reis e outros oficiais civis. Além do contexto, os próprios versos claramente não se aplicam a cada indivíduo individualmente. O versículo diz: "que deseja que todos os homens ... cheguem ao conhecimento da verdade". Mas Deus não quis enviar pregadores do Evangelho à África central no século décimo, nem aos índios americanos. O mesmo se aplica à Europa e à China do décimo século antes de Cristo. Portanto, "todos os homens" nesses versículos não significa todo ser humano que já viveu. Caso alguém queira responder que Deus realmente quis, mas foi impedido por alguma circunstância ou outra, a resposta irrefutável é Salmo 135: 6: O que quer que o Senhor queira, ele o faz, no céu e na terra, nos mares e nos todos os lugares profundos. Passamos agora para outra fase do mesmo problema. Se os arminianos e os neo-ortodoxos nos acusam de depender demais da lógica e do pensamento claro, os arminianos também - senão os neo-ortodoxos - às vezes partem de versos específicos e tentam deduzir conclusões. Eles argumentam que somente com base em uma expiação universal pode um evangelista oferecer salvação a todo o seu público e exortar todos a aceitá-la. Esta é uma tentativa de lógica, mesmo que a tentativa seja ruim. Alguns batistas falam da pregação promíscua do Evangelho; os presbiterianos costumam usar o termo "a oferta gratuita do Evangelho". Essa pregação pode ocorrer segundo os princípios calvinistas? Pelas conotações da língua inglesa, a frase "a oferta gratuita do Evangelho" pode ser facilmente mal interpretada. Parece "livre arbítrio" - uma doutrina que Calvino e Lutero rejeitaram. A seção anterior sobre soberania explicou que Deus estava livre de sujeição a qualquer circunstância externa. No entanto, ele não está livre de si mesmo. Ele não pode se ignorar. O que então significa a oferta "gratuita" do Evangelho? Não significa que a salvação é pela graça e é gratuita no sentido de que não temos que ganhá-la, de fato não podemos ganhá-la? Esta é de fato uma espécie de liberdade, mas dificilmente a oferta gratuita do Evangelho. Louis Berkhof (Teologia Sistemática, 397) dá uma definição em seis partes do termo: (1) a oferta de salvação não pretende ser uma revelação do conselho secreto de Deus; (2) esta oferta é sempre condicionada pela fé, uma fé dependente da operação do Espírito Santo; (3) esta oferta não consiste na declaração de que Cristo fez expiação por cada homem e realmente pretende salvar a cada um; (4) não é dever do pregador harmonizar o conselho secreto de Deus [a respeito de quais indivíduos serão salvos] com sua vontade declarativa; (5) Dr. Shedd disse que Deus pode chamar os não eleitos para fazerem algo que agrade a Deus; e (6) a oferta universal de salvação serve ao propósito de revelar a aversão e obstinação do homem e, se não fosse feita, os pecadores poderiam dizer que teriam aceitado de bom grado se ela tivesse sido oferecida a eles.33 Parece-me que a frase "a oferta gratuita do Evangelho" é pobre, especialmente porque muitos, ao contrário de Berkhof, não fazem nenhuma tentativa de explicá-la. A frase "pregação promíscua" pode servir, mas talvez a "pregação irrestrita do Evangelho" seja melhor. Visto que os hipercalvinistas são tão poucos em número, a forte ênfase na "oferta gratuita do Evangelho" é, na melhor das hipóteses, desnecessária e, em minha experiência, às vezes lamentavelmente mal aplicada. Em um caso, foi mal aplicado a uma pessoa que pregava bastante nas ruas. Na verdade, visto que dificilmente é possível (de fato impossível) saber que todos em uma congregação já estão regenerados, é difícil adivinhar onde - na posição dura - qualquer pregação do Evangelho poderia acontecer. Deve ser óbvio, portanto, que a "oferta gratuita do evangelho" não é de forma alguma inconsistente com a doutrina da Expiação Limitada. O primeiro identifica as pessoas a quem os pregadores devem pregar: todos. O último se refere à intenção de Cristo de redimir certos indivíduos não identificados. E que Cristo não pretendeu redimir a todos é suficientemente afirmado nos versos citados e outros. Também é deduzido validamente da posição bíblica sobre a soberania de Deus. Outras passagens bíblicas descrevem os meios pelos quais a Expiação foi realizada: chefia federal e traducianismo. Mais centrais são Satisfação, propiciação e expiação, cada uma uma fase do sacrifício vicário. Este sacrifício se tornou possível por meio do nascimento virginal e da obediência ativa de Cristo, todos os quais remontam às alianças da graça, da redenção e, portanto, novamente à soberania de Deus. Em uma ocasião, da qual me lembro bem, em um culto de seminário, vários alunos - mesmo alunos avançados - ficaram com raiva porque eu havia pregado isso. Agradou a Deus em seu propósito eterno. . . ordenar o Senhor Jesus, seu Filho unigênito, para ser o mediador entre Deus e o homem. . . a quem ele desde toda a eternidade deu um povo para ser. . . resgatado. . . . O Senhor Jesus por sua perfeita obediência e sacrifício de si mesmo. . . satisfez plenamente a justiça de seu Pai e comprou ... uma herança eterna ... para todos aqueles que o Pai lhe deu. . A todos aqueles por quem Cristo comprou a redenção, ele certamente e eficazmente a aplica e comunica. . . persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e obedecer. Esse é o Evangelho e deve ser pregado a todos os homens.

A crise de nosso tempo

Os historiadores batizaram o século XIII de Idade da Fé e denominaram o século XVIII de Idade da Razão. O século XX foi chamado de muitas coisas: a Era Atômica, a Era da Inflação, a Era do Tirano, a Era de Aquário. Mas ela merece um nome mais do que os outros: a Era do Irracionalismo. Os intelectuais seculares contemporâneos são antiintelectuais. Os filósofos contemporâneos são anti-filosofia. Os teólogos contemporâneos são anti-teológicos. Nos séculos passados, os filósofos seculares geralmente acreditavam que o conhecimento é possível ao homem. Conseqüentemente, eles despenderam muito pensamento e esforço tentando justificar o conhecimento. No século XX, porém, o otimismo dos filósofos seculares praticamente desapareceu. Eles se desesperam com o conhecimento. Como suas contrapartes seculares, os grandes teólogos e doutores da igreja ensinaram que o conhecimento é possível ao homem. No entanto, os teólogos do século XX repudiaram essa crença. Eles também se desesperam com o conhecimento. Esse ceticismo radical foi filtrado dos filósofos e teólogos e penetrou em toda a nossa cultura, da televisão à música e à literatura. O cristão no século vinte é confrontado com um consenso cultural avassalador - às vezes declarado explicitamente, mas na maioria das vezes implicitamente: o homem não conhece e não pode saber nada verdadeiramente. O que isso tem a ver com o Cristianismo? Simplesmente isto: se o homem não pode saber nada verdadeiramente, o homem não pode realmente saber nada. Não podemos saber que a Bíblia é a Palavra de Deus, que Cristo morreu por seu povo, ou que Cristo está vivo hoje à destra do pai. A menos que o conhecimento seja possível, o Cristianismo é absurdo, pois afirma ser conhecimento. O que está em jogo no

século XX não é simplesmente uma única doutrina, como o nascimento virginal ou a existência do Inferno, por mais importantes que sejam essas doutrinas, mas todo o próprio Cristianismo. Se o conhecimento não é possível ao homem, é pior do que tolo argumentar pontos de doutrina - é uma loucura. O irracionalismo da época atual é tão completo e difundido que até mesmo o Remanescente - o segmento da igreja professa que permanece fiel - aceitou muito dele, freqüentemente sem nem mesmo estar ciente do que estava aceitando. Em alguns círculos, esse irracionalismo se tornou sinônimo de piedade e humildade, e aqueles que se opõem a ele são denunciados como racionalistas - como se ser lógico fosse um pecado. Nossos antiteólogos contemporâneos fazem uma contradição e a chamam de Mistério. Os fiéis pedem a verdade e recebem o Paradoxo. Se alguém hesita em engolir os absurdos dos anti-teólogos, eles são freqüentemente marcados como hereges ou cismáticos que procuram agir independentemente de Deus. Não há maior ameaça enfrentando a verdadeira igreja de Cristo neste momento do que o irracionalismo que agora controla toda a nossa cultura. O totalitarismo, culpado de dezenas de milhões de assassinatos - incluindo os de milhões de cristãos - deve ser temido, mas não tanto quanto a ideia de que não sabemos e não podemos saber a verdade. O hedonismo, a filosofia popular da América, não deve ser temido tanto quanto a crença de que a lógica - essa "mera lógica humana", para usar a própria frase dos irracionalistas religiosos - é fútil. Os ataques à verdade, à revelação, ao intelecto e à lógica são renovados diariamente. Mas observe bem: os misologistas - os odiadores da lógica - usam a lógica para demonstrar a futilidade de usar a lógica. Os anti-intelectuais constroem intrincados argumentos intelectuais para provar a insuficiência do intelecto. Os anti-teólogos usam a Palavra de Deus revelada para mostrar que não pode haver Palavra de Deus revelada - ou que, se pudesse, permaneceria escuridão e mistério impenetráveis para nossas mentes finitas. O absurdo chegou. É de se admirar que o mundo esteja se agarrando às palhinhas - as palhinhas do experiencialismo, do misticismo e das drogas? Afinal, se as pessoas ouvem que a Bíblia contém mistérios insolúveis, não se deve esperar uma fuga para o misticismo? Com que base pode ser condenado? Certamente não por motivos lógicos ou bíblicos, se a lógica for fútil e a Bíblia ininteligível. Além disso, se não pode ser condenado por motivos lógicos ou bíblicos, não pode ser condenado de forma alguma. Se as pessoas tiverem uma religião de mistério, não adotarão o cristianismo: terão uma religião de mistério genuína. “Aqueles que clamam pelo absurdo”, escreveu C.S. Lewis certa vez, “descobrirão que ele vem”. E foi exatamente isso o que aconteceu. A popularidade do misticismo oriental, das drogas e da experiência religiosa é a consequência lógica do irracionalismo do século XX. Não pode e haverá nenhuma reforma cristã - e nenhuma reconstrução da sociedade - a menos e até que o irracionalismo da época seja totalmente repudiado pelos cristãos. The Church Defenseless No entanto, como eles farão isso? Os porta-vozes do cristianismo foram fatalmente infectados pelo irracionalismo. Os seminários, que anualmente treinam milhares de homens para ensinar milhões de cristãos, são as escolas finais do irracionalismo, completando o trabalho iniciado pelas escolas e faculdades governamentais. Alguns dos púlpitos das igrejas mais conservadoras (não estamos falando das igrejas apóstatas) são ocupados por graduados das escolas anti-teológicas. Esses produtos da educação antiteológica moderna, quando solicitados a dar uma razão para a esperança que há neles, geralmente podem responder apenas com o análogo intelectual de um encolher de ombros - um resmungo sobre o Mistério. Eles não compreenderam - e portanto não podem ensinar aqueles por quem são responsáveis - a primeira verdade: "E conhecereis a verdade." Muitos, de fato, negam explicitamente, dizendo que, na melhor das hipóteses, possuímos apenas “indicadores” da verdade, ou algo “semelhante” à verdade, uma mera analogia. A impotência da igreja cristã é um enigma? O fascínio pelo pentecostalismo e pela cura pela fé entre os membros das igrejas conservadoras é um enigma? Não quando se entende o tipo de absurdo estudado que é fornecido em nome de Deus nos seminários. The Trinity FoundationOs criadores da The Trinity Foundation acreditam firmemente que a teologia é muito importante para ser deixada para os teólogos licenciados - os graduados das escolas de teologia. Eles criaram a Fundação Trinity com o propósito expresso de ensinar aos fiéis tudo o que as Escrituras contêm - filosofias seculares não aquecidas e batizadas. Cada membro da diretoria da The Trinity Foundation assinou este juramento: “Eu acredito que a Bíblia sozinha e a Bíblia em sua totalidade é a Palavra de Deus e, portanto, inerrante nos autógrafos. Eu acredito que o sistema de verdade apresentado na Bíblia é melhor resumido na Confissão de Fé de Westminster. Então me ajude Deus. ” O ministério da Fundação Trinity é a apresentação do sistema de verdade ensinado nas Escrituras tão clara e completamente quanto possível. Não consideramos a obscuridade uma virtude, nem a confusão um sinal de espiritualidade. A confusão, como todo erro, é pecado, e ensinar que confusão é tudo o que os cristãos podem esperar é duplamente pecado. A apresentação da verdade das Escrituras necessariamente envolve a rejeição do erro. A Fundação expôs e continuará a expor o irracionalismo do século XX, seja seu porta-voz atual um filósofo existencial ou um teólogo professo reformado. Nos opomos ao antiintelectualismo, seja ele defendido por um teólogo neo-ortodoxo ou por um evangelista fundamentalista. Rejeitamos a misologia, seja nos lábios de um neo-evangélico ou de um carismático católico romano. Para cada erro trazemos a luz brilhante das Escrituras, provando todas as coisas e apegando-nos ao que é verdadeiro. A primazia da teoria O ministério da The Trinity Foundation não é um ministério “prático”. Se você é pastor, não o esclareceremos sobre como organizar uma reunião ecumênica de oração em sua comunidade ou como dobrar a freqüência à igreja em um ano. Se você é dona de casa, terá que ler em outro lugar para descobrir como se tornar uma mulher total. Se você é empresário, não lhe diremos como desenvolver uma consciência social. A igreja professa está se afogando em tais conselhos “práticos”. A Trinity Foundation é assumidamente teórica em sua perspectiva, acreditando que a teoria sem prática está morta, e que a prática sem teoria é cega. O problema com a igreja professa não está principalmente em sua prática, mas em sua teoria. Os cristãos não sabem, e muitos nem se importam em saber, as doutrinas das Escrituras. A doutrina é intelectual e os cristãos geralmente são antiintelectuais. A doutrina é a filosofia da torre de marfim, e eles desprezam as torres de marfim. A torre de marfim, no entanto, é a torre de controle de uma civilização. É um erro teórico fundamental dos homens práticos pensar que eles podem ser meramente práticos, pois a prática é sempre a prática de alguma teoria. A relação entre teoria e prática é a relação entre causa e efeito. Se uma pessoa acredita na teoria correta, sua prática tenderá a ser correta. A prática dos cristãos contemporâneos é imoral porque é a prática de falsas teorias. É um grande erro teórico dos homens práticos pensar que podem ignorar as torres de marfim dos filósofos e teólogos como irrelevantes para suas vidas. Cada ação que os homens “práticos” realizam é governada pelo pensamento que ocorreu em alguma torre de marfim - seja essa torre o

Museu Britânico; a Academia; uma casa em Basel, Suíça; ou uma tenda em Israel. Em Compreender seja Menor, é o primeiro dever do cristão compreender a teoria correta - a doutrina correta - e assim implementar a prática correta. Essa ordem - primeiro a teoria, depois a prática - é lógica e bíblica. É, por exemplo, exibido na epístola de Paulo aos Romanos, na qual ele passa os primeiros onze capítulos expondo a teoria e os últimos cinco discutindo a prática. Os professores cristãos contemporâneos não apenas inverteram a ordem, mas também a ênfase paulina na teoria e na prática. O fracasso virtualmente completo dos professores da igreja professa em instruir os fiéis na doutrina correta é a causa da má conduta e impotência cultural dos cristãos. A falta de poder da igreja é o resultado de sua falta de verdade. O Evangelho é o poder de Deus, não uma experiência religiosa ou relacionamento pessoal. A igreja não tem poder porque abandonou o Evangelho, as boas novas, por uma religião de experiencialismo. Os cristãos americanos do século vinte são crianças carregadas por todos os ventos de doutrina, sem saber no que acreditam, ou mesmo se acreditam em algo com certeza. O objetivo principal da The Trinity Foundation é neutralizar o irracionalismo da época e expor os erros dos professores da igreja. Nossa ênfase na Bíblia como a única fonte da verdade, na primazia do intelecto, na suprema importância da doutrina correta e na necessidade de pensamento sistemático e lógico - é quase única na cristandade. Na medida em que a igreja sobreviva - e ela sobreviverá e florescerá - será por causa de sua crescente aceitação dessas idéias básicas e de suas implicações lógicas. Acreditamos que a Trinity Foundation está preenchendo um vácuo na cristandade. Estamos dizendo que o Cristianismo é intelectualmente defensável - que, na verdade, é o único sistema de pensamento intelectualmente defensável. Estamos dizendo que Deus fez a sabedoria deste mundo - seja essa sabedoria chamada ciência, religião, filosofia ou senso comum - tolice. Apelamos a todos os cristãos que não cederam a derrota na batalha intelectual com o mundo para que se juntem a nós em nossos esforços para elevar um padrão que todos os homens de mente sã possam alcançar. O amor da verdade, da Palavra de Deus, quase desapareceu em nosso tempo. Estamos comprometidos e oramos por uma grande instauração. Mas embora não possamos ver essa reforma da cristandade em nossas vidas, acreditamos que é nosso dever apresentar todo o conselho de Deus porque Cristo o ordenou. Os resultados do nosso ensino estão nas mãos de Deus, não nas nossas. Quaisquer que sejam esses resultados, sua Palavra nunca é ensinada em vão, mas sempre atinge o resultado que ele pretendia alcançar. O professor Gordon H. Clark declarou bem a nossa opinião: Houve momentos na história do povo de Deus, por exemplo, nos dias de Jeremias, quando a graça refrescante e o avivamento generalizado não eram esperados: o tempo era de castigo. Se este século vinte for de natureza semelhante, os cristãos individuais aqui e ali podem encontrar conforto e força no estudo da Palavra de Deus. Mas se Deus decretou dias mais felizes para nós e se podemos esperar um despertar espiritual genuíno e que abala o mundo, então o autor acredita que o zelo pelas almas, por mais necessário que seja, não é a condição suficiente. Não houve santos devotos em todas as épocas, numerosos o suficiente para continuar um avivamento? Doze dessas pessoas são suficientes. O que distingue as eras áridas do período da Reforma, quando as nações foram movidas como não haviam sido desde que Paulo pregou em Éfeso, Corinto e Roma, é a plenitude do conhecimento desta última da Palavra de Deus. Para ecoar um pensamento antigo da Reforma, quando o lavrador e o atendente da garagem conhecem a Bíblia tão bem quanto o teólogo, e a conhecem melhor do que alguns teólogos contemporâneos, então o desejado despertar já deve ter ocorrido. Além de publicar livros, a Fundação publica um boletim informativo mensal, The Trinity Review. As assinaturas da The Review são gratuitas para endereços nos Estados Unidos; escreva para o endereço abaixo para se tornar um assinante. Caso deseje mais informações ou queira se juntar a nós em nosso trabalho, por favor, nos informe. A Trinity Foundation é uma fundação sem fins lucrativos, isenta de impostos nos termos da seção 501 (c) (3) do Código da Receita Federal de 1954. Você pode nos ajudar a disseminar a Palavra de Deus por meio de suas contribuições dedutíveis de impostos para a Fundação. E sabemos que o Filho de Deus veio e nos deu entendimento, para que conheçamos aquele que é verdadeiro; e nós estamos naquele que é verdadeiro, em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna. John W. Robbins

Munição intelectual

A Trinity Foundation está comprometida com a reforma da filosofia e da teologia ao longo das linhas bíblicas. Levamos muito a sério o mandamento de Deus de colocar todos os nossos pensamentos em conformidade com Cristo, e os livros listados abaixo são projetados para cumprir esse objetivo. Eles são escritos com dois propósitos subordinados: (1) demolir todas as reivindicações seculares de conhecimento; e (2) construir um sistema de verdade baseado somente na Bíblia. Filosofia Behaviorismo e Cristianismo, Gordon H. Clark $ 6,95 Behaviorismo é uma crítica aos behavioristas seculares e religiosos. Inclui capítulos sobre John Watson, Edgar S. Singer, Jr., Gilbert Ryle, B.F. Skinner e Donald MacKay. A refutação de Clark do behaviorismo e seu argumento para uma doutrina cristã do homem são irrespondíveis. Uma filosofia cristã da educação $ 8,95Gordon H. ClarkA primeira edição deste livro foi publicada em 1946. Ele despertou o interesse contemporâneo pelas escolas cristãs. O Dr. Clark o revisou e atualizou completamente, e agora é mais necessário do que nunca. Seus capítulos incluem: A necessidade de uma visão de mundo, A visão de mundo cristã, A alternativa ao teísmo cristão, Neutralidade, Ética, A filosofia cristã da educação, Questões acadêmicas, do jardim de infância à universidade. Três apêndices também estão incluídos: A Relação da Educação Pública com o Cristianismo, Uma Visão de Mundo Protestante e Arte e o Evangelho. Uma Visão Cristã de Homens e Coisas $ 10,95Gordon H. Clark Nenhum outro livro alcança o que Uma Visão Cristã faz: a apresentação do Cristianismo conforme ele se aplica à história, política, ética, ciência, religião e epistemologia. O comando de Clark da filosofia mundana e das Escrituras é evidente em todas as páginas, e o resultado é um desafio de tirar o fôlego e revigorante para a sabedoria deste mundo. Clark fala do túmulo, Gordon H. Clark $ 3,95 O Dr. Clark repreende alguns de seus críticos por não terem defendido o cristianismo com competência. Clark Speaks é uma discussão estimulante e esclarecedora dos erros dos apologistas contemporâneos. Educação, Cristianismo e o Estado $ 9,95 J. Gresham MachenMachen foi um dos mais importantes educadores, teólogos e defensores do Cristianismo no século XX. Autor de vários livros acadêmicos, Machen viu claramente que, se o cristianismo deve sobreviver e florescer, um sistema de escolas cristãs deve ser estabelecido. Esta coleção de ensaios captura seus pensamentos sobre educação ao longo de quase três décadas. Ensaios sobre Ética e Política, Gordon H. Clark $ 10,95 Os ensaios de Clark, escritos ao longo de cinco décadas, são uma importante declaração da ética cristã. Gordon H. Clark: Lembranças

pessoais $ 6,95John W. Robbins, editorAmigos do Dr. Clark escreveram suas lembranças do homem. Colaboradores incluem familiares, colegas, alunos e amigos, como Harold Lindsell, Carl Henry, Ronald Nash, Dwight Zeller e Mary Crumpacker. O livro inclui uma extensa bibliografia do trabalho de Clark. Historiografia: Secular e Religiosa $ 13,95Gordon H. Clark Nesta obra magistral, Clark aplica sua filosofia à escrita da história, examinando todas as principais escolas de historiografia. Uma Introdução à Filosofia Cristã $ 8,95Gordon H. Clark Em 1966, Clark deu três palestras sobre filosofia no Wheaton College. Nessas palestras, ele critica a filosofia secular e lança uma revolução filosófica em nome de Cristo. Linguagem e Teologia, Gordon H. Clark US $ 9,95Há duas correntes principais na filosofia-filosofia da linguagem e no existencialismo do século XX. Ambos são hostis ao Cristianismo. Clark descarta a filosofia da linguagem nesta crítica brilhante de Bertrand Russell, Ludwig Wittgenstein, Rudolf Carnap, A.J. Ayer, Langdon Gilkey e muitos outros. Logic, Gordon H. Clark $ 8,95 Escrito como um livro-texto para escolas cristãs, Logic é outro livro exclusivo da pena de Clark. Sua apresentação das leis do pensamento, que devem ser seguidas para que as Escrituras sejam entendidas corretamente, e que são encontradas na própria Escritura, é clara e completa. A lógica é um livro indispensável para o cristão pensante. Livro de exercícios de lógica, Elihu Carranza $ 11,95 Projetado para ser usado em conjunto com o livro de lógica de Clark, este livro de exercícios contém centenas de exercícios e perguntas de teste em páginas perfuradas para facilitar o uso pelos alunos. Chave de respostas da pasta de trabalho de lógica, Elihu Carranza $ 2,95 A chave contém as respostas para todos os exercícios e testes da pasta de trabalho. Lord God of Truth, Concerning the Teacher $ 7,95 Gordon H. Clark e Aurelius AugustineEste ensaio de Clark resume muitos dos argumentos mais reveladores contra o empirismo e defende o ensino bíblico de que conhecemos Deus e a verdade imediatamente. O diálogo de Agostinho é uma refutação da filosofia da linguagem empírica. A Filosofia da Ciência e a Crença em Deus $ 8,95 Gordon H. Clark Em oposição à idolatria contemporânea da ciência, Clark analisa três aspectos principais da ciência: o problema do movimento, a ciência newtoniana e as teorias modernas da física. Sua conclusão é que a ciência, embora possa ser útil, é sempre falsa; e ele demonstra sua falsidade de várias maneiras. Visto que a ciência é sempre falsa, ela não pode fazer objeções à Bíblia e ao Cristianismo. Religião, Razão e Revelação $ 10,95Gordon H. ClarkUma das obras-primas apologéticas de Clark, Religião, Razão e Revelação, foi elogiada pela clareza de seu pensamento e linguagem. Inclui capítulos sobre o Cristianismo é uma religião? Fé e razão, inspiração e linguagem, revelação e moralidade e Deus e o mal. É uma leitura obrigatória para todos os cristãos sérios. Thales to Dewey: A History of Philosophy paper $ 13,95 Gordon H. Clark capa dura $ 18,95Este é o melhor livro de história da filosofia em inglês. Três tipos de filosofia religiosa $ 6,95Gordon H. ClarkNeste livro sobre apologética, Clark examina o empirismo, o racionalismo, o dogmatismo e o irracionalismo contemporâneo, que não chega ao nível da filosofia. Ele oferece uma solução para a questão: "Como o cristianismo pode ser defendido perante o mundo? "William James e John Dewey $ 8,95Gordon H. ClarkWilliam James e John Dewey são dois dos filósofos mais influentes que a América já produziu. Suas filosofias de instrumentalismo e pragmatismo são hostis ao Cristianismo, e Clark destrói seus argumentos. TeologiaA Expiação, Gordon H. Clark $ 8.95 Em A Expiação, Clark discute os convênios, o nascimento virginal e a encarnação, a liderança federal e a representação, a relação entre a soberania e a justiça de Deus e muito mais. Ele analisa os pontos de vista tradicionais da expiação e os critica à luz apenas das Escrituras. A Doutrina Bíblica do Homem, Gordon H. Clark $ 6,95 O homem é alma e corpo ou alma, espírito e corpo? Qual é a imagem de Deus? O pecado de Adão é imputado a seus filhos? A evolução é verdadeira? Os homens são totalmente depravados? Qual é o coração? Estas são algumas das perguntas discutidas e respondidas com base nas Escrituras neste livro. A controvérsia Clark-Van Til $ 7,95Herman HoeksemaEsta coleção de ensaios do fundador da Igreja Protestante Reformada - ensaios escritos na época da controvérsia Clark-Van Til - é um dos melhores comentários sobre os eventos impressos. Cornelius Van Til: O Homem e o Mito $ 2.45John W. RobbinsOs ensinamentos reais desse eminente teólogo da Filadélfia foram obscurecidos pelos mitos que o cercam. Este livro penetra esses mitos e critica as visões surpreendentemente pouco ortodoxas de Van Til sobre Deus e a Bíblia. The Everlasting Righteousness, Horatius Bonar $ 8,95 Originalmente publicado em 1874, a linguagem da obra-prima de Bonar sobre a justificação pela fé apenas foi atualizada e americanizada para facilitar a leitura e o entendimento claro. Este é um dos melhores livros já escritos sobre justificação. Faith and Saving Faith, Gordon H. Clark $ 6.95As opiniões da Igreja Católica Romana, John Calvin, Thomas Manton, John Owen, Charles Hodge e B.B. Warfield são discutidas neste livro. O objeto da fé é uma pessoa ou uma proposição? A fé é mais do que crença? A crença é mais do que pensar com assentimento, como disse Agostinho? Em um mundo caótico com diferentes visões de fé, Clark explica claramente a visão bíblica da fé e da fé salvadora. God and Evil, Gordon H. Clark $ 4,95 Este volume é o Capítulo 5 de Religião, Razão e Revelação, no qual Clark apresenta sua solução para o problema do mal. O Martelo de Deus: A Bíblia e seus Críticos $ 10,95Gordon H. ClarkO ponto de partida do Cristianismo, a doutrina da qual todas as outras doutrinas dependem, é "Somente a Bíblia, e a Bíblia em sua totalidade, é a Palavra de Deus escrita e, portanto, inerrante nos autógrafos. Ao longo dos séculos, os oponentes do Cristianismo, com astúcia satânica, concentraram seus ataques na veracidade e integridade da Bíblia. No século XX, o ataque não é tanto nos campos da história e da arqueologia quanto na filosofia. A brilhante defesa de Clark da total veracidade da Bíblia é capturada nesta coleção de onze ensaios principais. Guia para a Confissão de Westminster e o CatecismoJames E. Bordwine $ 13.95 Este grande livro contém o texto completo da Confissão de Westminster (versões original e americana) e do Catecismo Maior. Além disso, ele oferece um resumo capítulo por capítulo da Confissão e um índice exclusivo para a Confissão e o Catecismo. O Espírito Santo, Gordon H. Clark $ 8,95 Esta discussão sobre a terceira pessoa da Trindade é concisa e exata. Clark inclui capítulos sobre a obra do Espírito, santificação e pentecostalismo. Este livro faz parte de sua teologia sistemática de vários volumes que começou a ser impressa em 1985. A Encarnação, Gordon H. Clark $ 8,95 Quem é Cristo? O ataque à encarnação nos séculos XIX e XX foi vigoroso, mas a resposta ortodoxa foi fraca. Clark reconstrói a doutrina da encarnação, construindo e aprimorando a definição calcedônica. Em Defesa da Teologia, Gordon H. Clark $ 9,95Há quatro grupos aos quais Clark se dirige este livro: cristãos comuns que não se interessam por teologia, ateus e agnósticos, experiencialistas religiosos e cristãos sérios. A vindicação do conhecimento de Deus contra as objeções de três desses grupos é o primeiro passo na teologia. The Johannine Logos, Gordon H. Clark $ 5,95Clark analisa a relação entre Cristo, que é a verdade, e a Bíblia. Ele explica por que João usou a mesma palavra para se referir a Cristo e ao seu ensino. Os capítulos lidam com o

prólogo do Evangelho de João, Logos e Rheemata, Verdade e Fé Salvador. Justificativa apenas pela fé, Charles Hodge $ 10,95 Charles Hodge, do Seminário de Princeton, foi o melhor teólogo americano do século XIX. Aqui, em um volume, estão seus dois ensaios principais sobre a justificação. Este livro é essencial para defender a fé. Predestination, Gordon H. Clark $ 8.95Clark discute minuciosamente uma das doutrinas mais controversas e difundidas da Bíblia: que Deus é, literalmente, Todo-Poderoso. O livre arbítrio, a origem do mal, a onisciência de Deus, a criação e o novo nascimento são todos apresentados dentro de uma estrutura escriturística. As objeções daqueles que não acreditam no Deus Todo-Poderoso são consideradas e refutadas. Esta edição também contém o texto do livreto Predestinação no Antigo Testamento. Santificação, Gordon H. Clark $ 8.95 Neste livro, que faz parte da teologia sistemática de vários volumes de Clark, ele discute as teorias históricas da santificação, os sacramentos e a doutrina bíblica da santificação. Evangelismo de hoje: falsificado ou genuíno? $ 6,95Gordon H. ClarkClark compara os métodos e mensagens dos evangelistas de hoje com as Escrituras, e descobre que o Cristianismo está diminuindo porque o Evangelho foi distorcido ou perdido. Este é um livro extremamente útil e esclarecedor. The Trinity, Gordon H. Clark $ 8,95 Além da doutrina das Escrituras, nenhum ensino da Bíblia é mais importante do que a doutrina de Deus. A defesa de Clark da doutrina ortodoxa da Trindade é uma parte principal da teologia sistemática de Clark. Existem capítulos sobre a divindade de Cristo, Agostinho, a incompreensibilidade de Deus, Bavinck e Van Til e o Espírito Santo, entre outros. What Calvin Says, W. Gary Crampton $ 7,95 Esta é uma introdução legível e completa à teologia de João Calvino. O que os presbiterianos acreditam? Gordon H. Clark $ 8,95 Esta introdução clássica à doutrina cristã foi republicada. É o melhor comentário sobre a Confissão de Fé de Westminster que já foi escrito. Comentários sobre o Novo TestamentoColossianos, Gordon H. Clark $ 6,95 Efésios, Gordon H. Clark $ 8,95 Primeiro Coríntios, Gordon H. Clark $ 10,95 Primeiro John, Gordon H. Clark $ 10,95 Primeiro e segundo Tessalonicenses $ 5,95Gordon H. ClarkNovos céus, Nova Terra (Primeiro e Segundo Pedro) Gordon H. Clark $ 10,95 As Epístolas Pastorais (I e II Timóteo e Tito) Gordon H. Clark $ 9,95 Todos os comentários de Clark são expositivos, não técnicos, e foram escritos para o leigo cristão. Seu propósito é explicar o texto de forma clara e precisa para que a Palavra de Deus seja totalmente conhecida por todo cristão. The Trinity LibraryWe enviaremos a você uma cópia de cada um dos 46 livros listados acima por $ 275. Você também pode solicitar os livros que desejar individualmente no pedido em branco na próxima página. Como alguns dos livros são escassos, devemos nos reservar o direito de substituí-los por outros de valor igual ou superior na Biblioteca da Trindade. Esta oferta especial expira em 30 de junho de 1998. ⁎ The Works of Jonathan Edwards, Leeds and Philadelphia, 1811. Vols. VII, VIII. ‡ The Atonement, Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1962, 10.